



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANA PATRÍCIA SILVA MOURA

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE MULHER, GÊNERO E FEMINISMO NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL**

JOÃO PESSOA

2022

ANA PATRÍCIA SILVA MOURA

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE MULHER, GÊNERO E FEMINISMO NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

Texto para defesa de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito total para obtenção do título de mestra.

Linha de pesquisa: Organização, uso e acesso à informação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929m Moura, Ana Patrícia Silva.

A mediação da informação sobre mulher, gênero e feminismo nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil / Ana Patrícia Silva Moura. - João Pessoa, 2022.

139 f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Mediação da informação. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Feminismo. 5. Protagonismo social - Mulheres. I. Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/BC

CDU 007:316.775.3(043)

ANA PATRÍCIA SILVA MOURA

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE MULHER, GÊNERO E FEMINISMO NOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito total à obtenção do grau de mestra em Ciência da Informação.

Dissertação aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Gisele Rocha Côrtes
(Orientadora – PPGCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Gracy Kelli Martins
(Avaliadora interna – PPGCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Gilda Olinto
(Avaliadora externa – PPGCI/IBICT-UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Izabel França de Lima
(Suplente interna – PPGCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Leyde Klébia Rodrigues da Silva
(Suplente externa - PPGCI/UFBA)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 277

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da Mestranda **ANA PATRICIA SILVA MOURA** como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Área de Concentração em Informação, Conhecimento e Sociedade e com Linha de Pesquisa em Organização, Acesso e Uso da Informação.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois (22/09/2022), às quatorze horas e trinta minutos, na Sala de Aula 01 do Bloco da Pós-graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para avaliar a candidata ao Grau de Mestre em Ciência da Informação na Área de Concentração Informação, Conhecimento e Sociedade, a mestranda **ANA PATRICIA SILVA MOURA**. A banca examinadora foi composta pelos(as) professores(as): Dra. Gisele Rocha Côrtes - PPGCI/UFPB (Presidenta/Orientadora); Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves - PPGCI/UFPB (Examinadora interna); Dra. Gilda Olinto de Oliveira - PPGCI/UFRJ (Examinadora externa); Dra. Izabel França de Lima - PPGCI/UFPB (Suplente interna); Dra. Denise Braga Sampaio - PPGC/UFCA (Suplente externa). Dando início aos trabalhos, a Professora Dra. Gisele Rocha Côrtes, Presidenta da Banca Examinadora, explicou aos presentes a finalidade da sessão e passou a palavra à discente para que fizesse oralmente a apresentação do trabalho de dissertação intitulado: **“A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE MULHER, GÊNERO E FEMINISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL”**. Após a apresentação, a candidata foi arguida na forma regimental pelos examinadores. Respondidas todas as arguições, a Professora Dra. Gisele Rocha Côrtes, Presidenta da Banca Examinadora, acatou todas as observações da banca e procedeu para o julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito:

(x)Aprovado ()Indeterminado ()Reprovado.

Observações da Banca: A banca destaca a qualidade e relevância da temática.

Proclamados os resultados, a presidente da Banca Examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, eu, Alinny Costa Araújo dos Santos, Assistente em Administração do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, confiro e assino a presente ata, em três vias, juntamente aos membros da Banca Examinadora e a aluna.

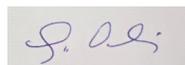
João Pessoa, 22 de setembro de 2022.



Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br GRACY KELLI MARTINS GONCALVES
Data: 02/12/2022 10:27:44-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Gracy Kelli Martins Gonçalves
Examinadora Interna – PPGCI/UFPB



Profa. Dra. Gilda Olinto de Oliveira
Examinadora Externa – PPGCI/UFRJ

Profa. Dra. Izabel França de Lima
Suplente Interna – PPGCI/UFPB **Profa.**

Dra. Denise Braga Sampaio
Suplente Externa – PPGB/UFCA

Ana Patrícia Silva Moura

Ana Patrícia Silva Moura
Mestranda

A minha mãe, Maria das Graças da Silva (*in memoriam*), por lutar com bravura pela minha existência, e nossa sobrevivência. Dedico!

AGRADECIMENTOS

*“Exu matou um pássaro ontem, com uma pedra
que só jogou hoje”*

É com esse ditado iorubá que reverencio à Exu, pela sua força vital, por me ensinar o valor da vida, do movimento e do amor, pela minha conexão com o mundo; pelos caminhos abertos - e outros fechados, porque o tempo de Exu não é cronológico, e eu percebi que “meus sonhos e minhas lutas começaram muito tempo antes da minha chegada” (BEATRIZ NASCIMENTO, 1989). Laroyê, Exu, “o amanhã é ancestral” (EMICIDA, 2020). Ao meu pai Oxóssi, dono dos meus passos e pensamentos, quem me mantém de pé. O senhor das matas, e que me ensina a ser caçadora para que nada me falte. É com Oxóssi que eu busco maneiras de existir e sobreviver. Okê Arô!

Concluir este ciclo, ser mestra, pesquisadora, bibliotecária... não é um sonho só meu. Ele vem antes de mim, muito antes... Nas primeiras batidas do meu coração, no meu primeiro ar de vida, no ventre, alguém já sonhava com essa conquista; e foi nesse percurso, no ápice da pandemia da Covid-19, em uma crise política, social e econômica que o país enfrenta ainda hoje, que a vida me obrigou a me despedir de uma parte de mim mesma - talvez um todo -, do meu porto seguro e do meu alicerce; que em seus últimos suspiros de vida lembrou-me do quanto acreditava em mim. Essa conquista sempre foi nossa e fez parte dos nossos sonhos. À **minha mãe**, meu anjo protetor, **Maria das Graças da Silva** (*in memorian*), sou eternamente grata pelo amor que se estende aqui comigo... Eu te amo, e um dia a gente se encontra para matar essa saudade!

Ao **meu irmão, Gabriel José**, pela companhia diária, pela paciência e por compreender os meus momentos. Ao meu padrasto, **Gilberto Batista**, pela força e pelo apoio. À **titia, Maria Luciene**, que é mão estendida nos momentos que a vida me desafia, é considerada por ela mesma a minha segunda mãe... Sem você este sonho também não seria possível. À **tia Ceíça**, pela alegria constante que me motiva a ver a vida com mais leveza.

Na nossa vida também surgem algumas pessoas que permanecem, fazendo-nos colecionar memórias. Com essas pessoas, partilho uma vida com todos os sentimentos possíveis: medo, alegria, tristeza, alívio... A elas, também, devo a minha gratidão!

À Bruna Pimentel, parceira de tantos encontros e desencontros. Pelo afago, pelo abraço, pelas palavras doces - e duras, em algumas ocasiões. À sua família, que também é minha: Andréa

Nascimento, Dora, Pytocks e Isaura; por me resgatarem, muitas vezes, dos momentos de ansiedade, quando eu pensei que não conseguia mais.

A Weverson Bezerra, por ser o melhor amigo que alguém poderia ter.

À Raphaella Ferreira e à Anna Beatriz, pela escuta e pelo acolhimento quando precisei mudar de cidade. A Heytor Marques, por ser pé no chão e me mostrar a vida como ela realmente é. A Paulo Milhomens, pelas conversas e momentos reflexivos, juntamente à nossa amiga Maria Joana. À Pietra Marques que, mesmo distante, me acompanha desde a aprovação à escrita final deste trabalho. A Jowbert Falcão, amigo e babalorixá, por me guiar espiritualmente.

À Thayse Gonzaga, por estar comigo, desde 2004, em todas as jornadas da vida. À Larissa Evelyn, Otília Martins e Anderson Gustafson, por proporcionarem momentos de leveza e muita risada.

Às/aos amigas/os de trabalho: à Kiara Júlia, pelo cuidado, pela mão estendida e por tornar o meu dia a dia mais leve; a Deivid Andrier, por ser escuta, e por ser um exemplo de disciplina e inspiração profissional; a Jean Medeiros, pelas risadas e pela cuidadosa revisão gramatical deste texto.

Às/aos amigas/os do mestrado, e em especial: Vitória Carvalho, uma grande amiga, que levarei para a vida; Lucas Henrique, por ser luz e inspiração; Rebeka Castro, que compartilhou e vivenciou junto comigo momentos difíceis no início do mestrado; e Priscilla Dantas, pelo fortalecimento que proporcionamos uma a outra.

À minha orientadora, Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes, uma verdadeira inspiração enquanto pesquisadora, que me acompanha desde 2018, na graduação em Biblioteconomia. Gisele é mais que uma orientadora, é uma grande amiga. Obrigada por tanto! À banca avaliadora, Profa. Dra. Gracy Kelli Martins e Profa. Dra. Gilda Olinto, pelas ricas contribuições neste trabalho desde o projeto de qualificação.

Ao GeMinas, por me ensinar a (des)construir o mundo.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa durante 12 meses.

Ao ex-futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que por meio de políticas públicas sociais, ampliou as vagas e as bolsas nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no Brasil.

*me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além
- legado
(O que o sol faz com as flores, Rupi Kaur)*

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é analisar a mediação consciente da informação em dissertações e teses produzidas sobre mulher, gênero e feminismo nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) acadêmicos no Brasil indexados nos repositórios institucionais. Para alcançar essa finalidade, foram elencados três objetivos específicos: a) mapear as dissertações e as teses produzidas sobre mulher, gênero e feminismo nos PPGCIs no Brasil; b) identificar as/os pesquisadoras/es que mediaram conteúdos informacionais atinentes aos temas; c) relacionar os conteúdos informacionais mediados conscientemente pelas pesquisadoras com a mediação consciente da informação, demonstrando a subversão das questões de gênero, raça e LGBTQIAPN+. No que concerne à metodologia, a pesquisa é do tipo documental, descritiva e bibliográfica. Os dados foram tratados com base nas abordagens qualitativa e quantitativa e coletados nos repositórios institucionais em que estão inseridos os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Federais e Estaduais de ensino superior do Brasil e no currículo *lattes* das/os pesquisadoras/es. As variáveis adotadas foram: instituição em que a pesquisa foi defendida; linha de pesquisa à qual está vinculada/o no PPGCI; ano em que a dissertação ou a tese foi defendida; metodologia; campo de pesquisa e palavras-chave utilizadas no trabalho. No que tange às/aos pesquisadoras/es, identificaram-se a autoria, a vinculação institucional, o gênero, a formação acadêmica e a titulação. Na amostra do estudo, mapearam-se 28 dissertações e 7 teses, das quais 86,1% foram produzidas por pesquisadoras e 13,9%, por pesquisadores. O estudo indicou, ainda, que 66,7% dos trabalhos foram orientados por mulheres e 33,3% por homens. Os resultados apontam que a mediação dos conteúdos informacionais produzidos nas dissertações e nas teses sobre mulher, gênero e feminismo disseminam conhecimentos sobre direitos, cidadania e desnaturalização das desigualdades de gênero, o que contribui para visibilizar a interface mulheres, gênero e o fenômeno informacional de forma a favorecer o protagonismo social das mulheres.

Palavras-chave: Mediação da informação; Mulheres; Gênero; Feminismo; Protagonismo social das mulheres.

ABSTRACT

The general objective of this work is to analyze the conscious mediation of information in dissertations and theses produced on women, gender and feminism in academic Graduate Programs in Information Science (PPGCIs) in Brazil indexed in institutional repositories. To achieve this end, three specific objectives were listed: a) to map the dissertations and theses produced on women, gender and feminism in the PPGCIs in Brazil; b) identify the researchers who mediated informational content related to the themes. c) relate the information content consciously mediated by the researchers with the conscious mediation of information, demonstrating the subversion of gender, race, LGBTQIAP+ issues. Regarding the methodology, the research is documental, descriptive and bibliographic. The data were treated based on qualitative and quantitative approaches and collected in the institutional repositories of the Postgraduate Programs in Information Science, of the Federal and State Universities of higher education in Brazil, and in the lattes curriculum of the researchers. The variables adopted were: institution where the research was defended; line of research to which it is linked in the PPGCI; year in which the dissertation or thesis was defended; methodology; search field and keywords used in the work. With regard to the researchers, authorship, institutional affiliation, gender, academic training and degree were identified. In the study sample, 28 dissertations and 7 theses were mapped, of which 86.1% were produced by researchers and 13.9% by researchers. The study also indicated that 66.7% of the works were guided by women, and 33.3% by men. The results indicate that the mediation of informational content produced in dissertations and theses on women, gender and feminism disseminate knowledge about rights, citizenship and the denaturalization of gender inequalities, which contributes to making the interface between women, gender and the informational phenomenon visible, from in order to favor the social protagonism of women.

Keywords: Information mediation; Women; Gender; Feminism; Women's social protagonism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das instituições que possuem PPGCIs acadêmicos e o ano de criação do mestrado e do doutorado.....	58
Quadro 2 – Dissertações que abordam a temática de gênero, mulher e feminismo nos PPGCIs acadêmicos do Brasil.....	60
Quadro 3 – Teses que abordam as temáticas de gênero, mulher e feminismo nos PPGCIs acadêmicos do Brasil.....	76
Quadro 4 – Corpo autoral das pesquisadoras/es que abordam as temáticas mulher, gênero e feminismo nas dissertações.....	84
Quadro 5 – Corpo autoral das/os pesquisadoras/es que abordam as temáticas mulher, gênero e feminismo nas teses.....	89
Quadro 6 – Linhas de pesquisa.....	93
Quadro 7 – Dissertações e teses vinculadas às linhas de pesquisa dos PPGCIs.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave.....	104
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual das dissertações sobre mulher, gênero e feminismo defendidas por instituição.....	60
Gráfico 2 – Percentual das teses sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo defendidas por instituição.....	75
Gráfico 3 – Crescimento das dissertações e teses publicadas sobre gênero, mulher e feminismo nos repositórios institucionais.....	81
Gráfico 4 – Percentual de mulheres e homens que desenvolveram pesquisas nos PPGCIs acadêmicos sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo.....	82
Gráfico 5 – Percentual entre mulheres e homens que orientaram pesquisas de mestrado e doutorado nos PPGCIs acadêmicos sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo.....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CDB	Centro de Documentação e Biblioteconomia
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CERMFL	Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPJC	Complexo Penal João Chaves
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
FACHA	Faculdade Integrada Hélio Afonso
FAVENI	Faculdade Venda Nova do Imigrante
FCC	Fundação Carlos Chagas
FCL	Fundação Cásper Líbero
GeMinas	Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação, Organização e Representação da Informação e os Marcadores Sociais da Diferença
GESAC	Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFMS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MIQCG	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PL	Projeto de Lei
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REF	Revista Estudos Feministas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense

UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UMICH	University of Michigan
UnB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo Júlio Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
USU	Universidade Santa Úrsula

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA	20
2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES..	22
2.1 CONCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O CAMPO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	22
3 BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO E NA CIÊNCIA: RESISTÊNCIA E PODER.....	38
3.1 MULHERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	47
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	54
4.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	54
4.2 1ª FASE DA COLETA DOS DADOS: REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	55
4.3 2ª FASE DA COLETA DOS DADOS: <i>PLATAFORMA LATTES</i>	56
4.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS	56
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	58
5.1 DISSERTAÇÕES SOBRE AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, MULHER E FEMINISMO... 59	
5.1.1 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ).....	65
5.1.2 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).....	67
5.1.3 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP)	69
5.1.4 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Câmpus Marília (PPGCI/UNESP).....	71
5.1.5 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).....	72
5.1.6 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCI/UnB).....	73

5.1.7 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCI/UFSC)	74
5.1.8 Algumas considerações pertinentes	74
5.2 TESES SOBRE AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, MULHER E FEMINISMO	75
5.2.1 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ).....	77
5.2.2 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).....	78
5.2.3 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).....	79
5.2.4 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP)	80
5.2.5 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCI/UnB).....	80
5.2.6 Algumas considerações pertinentes	80
5.3 LINHAS DE PESQUISA	93
5.4 A BUSCA PELO PROTAGONISMO SOCIAL POR MEIO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS MEDIADOS CONSCIENTEMENTE PELAS PESQUISADORAS.....	102
5.4.1 O uso das palavras-chave e a ação da mediação consciente da informação	102
5.4.2 O protagonismo social das/os pesquisadoras/es nas dissertações e teses sobre “mulher”, “gênero” e “feminismo”	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	124
REFERÊNCIAS DAS DISSERTAÇÕES.....	135
REFERÊNCIAS DAS TESES	138

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, as mulheres têm lutado e resistido contra o patriarcado. No contexto científico, isso não se difere. Os movimentos feministas por meio de mobilizações e *práxis* política protagonizaram significativas conquistas para que as mulheres pudessem se inserir na carreira científica e no “fazer científico”, entretanto, ainda há muito o que se conquistar.

Investigar sobre as categorias de gênero na ciência tornou-se algo desafiador, por mexer nas estruturas androcêntricas que permeiam a sociedade. Essa questão também é explorada por diversas áreas do conhecimento, nas suas diversas perspectivas, principalmente nas disciplinas das ciências humanas. Na História, investiga-se a vida das mulheres que, por anos, foi mantida na esfera privada; na Sociologia, focam sobre o acesso das mulheres nas universidades; na Biologia, se pesquisa sobre como as/os cientistas estudaram sobre mulheres; há os críticos culturais, que problematizam sobre as normativas da feminilidade e masculinidade (SCHIEBINGER, 2001).

Recorre-se, também, às ideias de Michelle Perrot (1989), cujas contribuições são relevantes ao discorrer sobre a memória das mulheres, principalmente porque o movimento feminista questiona acerca da vida privada das mesmas, para que tornem visíveis os arquivos de suas vidas daquela época, a exemplo dos dicionários, a acumulação de seus dados por suas vivências, através de um testemunho oral. Vale salientar que os eixos temáticos apresentados sobre os estudos de gênero não resumem em sua totalidade o que pode ser explorado nas disciplinas. Existem outras nuances, contextos sociais e políticos pelos quais os estudos de gênero podem ser explorados.

Na Ciência da Informação, doravante CI, as mulheres se destacam como produtoras de conhecimentos, usuárias de informação e protagonistas sociais. Em pesquisa realizada por Mariana Xavier e Nair Kobashi (2019), as autoras constataram que os estudos sobre mulheres na CI vêm se expandindo nos últimos anos, o que pode ser reflexo da luta nos movimentos sociais para que a temática cresça em todas as áreas do conhecimento. As autoras trazem outra característica muito importante desses estudos: contrastar as atuais concepções sobre as mulheres, com novas ideias e construção de conhecimento. Ainda assim, por meio do referencial teórico, as autoras afirmam que persiste a existência de um abismo de desigualdades entre homens e mulheres no âmbito científico.

Pode-se destacar algumas pesquisas realizadas na CI que versam sobre os estudos de gênero como, por exemplo, os escritos por Patrícia Espírito Santo (2008), Gilda Olinto (2011), Leilah Bufrem e Bruna Nascimento (2012), Henriette Gomes e Gisele Côrtes (2020), Gisele Côrtes e

Gracy Kelli Martins (2020), nas quais demonstram a importância da temática, com vistas ao protagonismo social na CI. As autoras afirmam que as mulheres constituem um grande público consumidor de informações, e faz-se necessário abordar sobre a desigualdade de gênero também na esfera científica. Sendo assim, as pesquisas desenvolvidas sobre mulheres, além de fomentarem o conhecimento de direitos e a valorização do percurso histórico das mulheres, deslegitimam as relações de poder e desconstruem paradigmas androcêntricos enraizados na academia e na sociedade.

Outro ponto importante é o conteúdo informacional que circula na academia: a disseminação de trabalhos e estudos sobre mulheres contribui para a promoção da autonomia delas, bem como a sua emancipação. Ademais, as investigações científicas, inclusive nas pesquisas de mestrado e doutorado sobre as mulheres, se constituem como uma ação que promove equidade entre mulheres e homens. A ação, como é apresentada, para além de ser uma ação social, que mexe com as estruturas institucionalizadas na sociedade, pode estar intrinsecamente ligada, na área da CI, à mediação da informação, objeto de estudo desta pesquisa. Na mediação da informação, a ação posiciona a informação, que apresenta-se como um dispositivo que está a favor do desenvolvimento do protagonismo social (GOMES, 2019).

Este estudo foi desenvolvido por uma feminista, pertencente à comunidade LGBTQIAPN+, primeira mulher da família a ingressar no mestrado, filha de Maria das Graças da Silva¹ (*in memoriam*), com raízes na zona rural do interior da Paraíba. O estudo é desenvolvido com e para as mulheres inseridas em todos os marcadores sociais da diferença. O interesse por desenvolver esta pesquisa se deu a partir da participação em um projeto de pesquisa realizado ainda na graduação em Biblioteconomia, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), entre os anos de 2018 e 2019. No referido estudo, foi possível refletir sobre os canais de informação utilizados pelo Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, na cidade de Campina Grande - PB, como artifício para enfrentar e prevenir a violência doméstica.

Desde então, as inquietações foram surgindo ao acompanhar os temas que foram sendo explorados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Mediação e Representação da Informação e os

¹ Maria das Graças da Silva é licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dedicou a sua vida inteira à educação de crianças e adolescentes na cidade de Areia, no interior da Paraíba. É considerada revolucionária da educação na cidade em que nasceu, cresceu e viveu durante anos, trazendo para o município a metodologia sócio-construtivista de Jean Piaget. Maria das Graças da Silva, PRESENTE! O seu legado permanece vivo, ecoando em todos os espaços da cidade.

Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas), ao qual a pesquisadora está vinculada. Pesquisar sobre mulheres sempre significou estar ativa em uma causa, em posição de enfrentamento e de resistência.

O pressuposto desta pesquisa é de que a mediação dos conteúdos informacionais produzidos nas dissertações e nas teses sobre mulher, gênero e feminismo disseminam conhecimentos sobre direitos, cidadania e desnaturalização das desigualdades de gênero, o que contribui para visibilizar a interface mulheres, gênero e o fenômeno informacional de forma a favorecer o protagonismo social das mulheres.

Considerando-se esse cenário, indaga-se: De que forma a mediação de conteúdos informacionais atinentes a gênero, mulher e feminismo, dinamizados nas teses e nas dissertações dos PPGCIs, têm contribuído para visibilizar a interface mulheres e informação, com vistas ao protagonismo social?

O objetivo geral deste trabalho é analisar a mediação consciente da informação em dissertações e teses produzidas sobre mulher, gênero e feminismo nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) acadêmicos no Brasil indexadas nos repositórios institucionais. Para alcançar essa finalidade, foram elencados três objetivos específicos:

- a) Mapear as dissertações e as teses produzidas sobre mulher, gênero e feminismo nos PPGCIs no Brasil indexadas nos repositórios institucionais dos PPGCIs do Brasil;
- b) Identificar as/os pesquisadoras/es que mediarão conteúdos informacionais atinentes às temáticas de gênero, mulher e feminismo;
- c) Relacionar os conteúdos informacionais mediados conscientemente pelas pesquisadoras com a mediação consciente da informação, demonstrando a subversão das questões de gênero, raça, LGBTQIAPN+.

No que concerne à metodologia, a pesquisa é do tipo documental, descritiva e bibliográfica. Os dados foram tratados com base nas abordagens qualitativa e quantitativa e coletados nos repositórios institucionais dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação das Universidades Federais e Estaduais de ensino superior do Brasil e no currículo *lattes* das/os pesquisadoras/es.

Kobashi e Tálamo (2003) evidenciam a informação como um bem simbólico e inesgotável que precisamos consumir para obter conhecimentos. As autoras sintetizam o papel social da informação na sociedade contemporânea, que antes era vista como um estoque de registros do

conhecimento, mas hoje é reconhecida por desempenhar uma ação fundamental na transformação da realidade social. Desenvolver pesquisas sobre a produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação acerca dos temas gênero, mulher e feminismo significa analisar como a informação está sendo direcionada e dinamizada para transformar as estruturas hegemônicas de gênero existentes na sociedade, a exemplo do que é ser mulher e de todas as exigências sociais que estão atreladas a isso, como a performance de feminilidade, a maternidade e o cuidado doméstico.

No que diz respeito à estrutura, o texto foi dividido em seis capítulos. No primeiro, a “Introdução”, onde a pesquisa está contextualizada, junto a questão de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa. No capítulo 2, “Mediação da Informação e Protagonismo Social das Mulheres”, serão abordados os aspectos gerais da CI, de forma breve, abordando algumas concepções teóricas do seu surgimento, trazendo desde o conceito de mediação da informação utilizado nesta pesquisa até a origem do protagonismo social, articulado ao conceito de gênero; o capítulo 3, “Breve histórico da inserção das mulheres na ciência: resistência e poder”, versa, inicialmente, sobre as contribuições do movimento feminista para a ciência, aborda a forma como a divisão sexual do trabalho pode interferir na ascensão acadêmica das mulheres e a atuação dos estudos de gênero na CI; no capítulo 4, metodologia, apresentam-se a delimitação do estudo, as fases desenvolvidas e as dificuldades encontradas no campo; no capítulo 5, trata-se dos resultados da pesquisa e análise dos dados. Por fim, as “Considerações finais”, que trazem uma síntese do que foi analisado na pesquisa em relação aos objetivos elencados.

1.1 JUSTIFICATIVA

As dissertações e teses que abordam as temáticas de gênero, mulher e feminismo, contribuem diretamente para as mais diversas concepções e recortes de pesquisa na área da CI. Contudo, existe a necessidade de verificar se essas pesquisas são constituídas como uma forma política de resistência. É importante destacar que nem todas as pesquisas que discutem os aspectos de gênero na sociedade se coadunam às perspectivas do protagonismo social na CI. Portanto, faz-se necessário verificar como estão sendo desenvolvidas as pesquisas de mestrado e doutorado nos PPGCIs acadêmicos no Brasil, principalmente no que se refere às intencionalidades das ações de mediação da informação.

A mediação da informação de maneira consciente, segundo as teorias de Gomes (2019), é a ação central do protagonismo social, que também está intrinsecamente ligado às ações políticas de combate e resistência das categorias subalternizadas. O conceito de informação utilizado nesta pesquisa é o de Gomes (2014), no qual a autora afirma que a **informação é o conhecimento em estado de compartilhamento** e articula-se às análises de como as informações contidas nas dissertações e teses estão servindo para suprir as necessidades informacionais das/os usuárias/os, como também para mostrar que pesquisadoras e pesquisadores tornam-se protagonistas sociais ao abordarem temáticas que não condizem com a estrutura androcêntrica que permeia a academia.

Conforme Santos, Targino e Freire (2017) a informação é um agente imprescindível para o empoderamento, construção de identidades e conhecimento de direitos para todas as categorias marginalizadas, principalmente por estarem vulneráveis à opressão. As ações políticas existentes no protagonismo social colaboram para que as mulheres pesquisadoras sejam visibilizadas por meio da produção científica e que outras mulheres também possam se sentir representadas, levando em consideração os eixos interseccionais de classe, raça, gênero, etnia, e tantos outros, colocando-se em posição de enfrentamento, combate e resistência.

A responsabilidade social, abordada por Aquino e Silva (2000), parte da perspectiva de conscientização por parte das/os pesquisadoras/es para que seja repensada a maneira que é construída a produção do conhecimento, com o intuito de atingir a (re)construção de novos conhecimentos de maneira consciente, voltados para diminuição de desigualdades sociais e fomentando a equidade de gênero.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

Este capítulo traz uma abordagem sobre a mediação da informação como a ação central do protagonismo social na CI (GOMES, 2019), baseada na origem do conceito de protagonismo social desenvolvido por Perrotti (2017). Para a teoria feminista, foram utilizados os pressupostos teóricos de Joan Scott (1995), Guacira Louro (1997), Cecília Sardenberg (2002), Giulia Crippa (2011), Gilda Olinto (2011), Patrícia Espírito Santo (2008), Henriette Gomes e Gisele Côrtes (2021) e Mirian Aquino (2007).

2.1 CONCEPÇÕES INICIAIS SOBRE O CAMPO SOCIAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Na cronologia humana, nota-se a necessidade que existe de organizar, armazenar, disseminar e classificar as informações que são produzidas no cotidiano. Entretanto, cientificamente, houve a necessidade de que uma área em específico pudesse atuar no dispositivo “informação” como um fenômeno social. De acordo com Silva e Freire (2012), a CI surge para suprir as necessidades informacionais de outras áreas, sejam elas disciplinas acadêmicas ou não, indivíduos, instituições sociais, dentre outros.

Alguns indícios mostram que a CI surgiu a partir de duas premissas: a primeira, relacionada aos precursores sociais e científicos, principalmente na II Guerra Mundial - a explosão informacional ocasionou problemas relativos à organização e registros de informação, necessitando de estudos para resolução dessas problemáticas; e a segunda, ligada aos acontecimentos institucionais, técnicos e científicos que propiciaram o avanço na área. Outro ponto que é importante levar em consideração é o de que a CI instituiu-se e concentrou-se nas disciplinas de Biblioteconomia e Documentação (SILVA; FREIRE, 2012).

Embora existam vários marcos que se envolvem no surgimento da área, Araújo (2014) ressalta que as abordagens dividiram-se no surgimento da Biblioteconomia e Documentação; a relação institucional com a Biblioteconomia; a atuação dos primeiros cientistas da informação no percalço de serviços em ciência e tecnologia; o incremento tecnológico; a fundamentação na Teoria Matemática.

Mais um aspecto que caracteriza o início da CI em 1962, supostamente, foi o *Georgia Institute of Technology*, ocorrida no estado da Georgia, nos EUA, na *Conferences on training science information specialists*. Acreditando na relevância que esse evento trouxe para o campo científico da CI, vale destacar que nessa época algumas teorias sobre a CI já estavam estabelecidas,

desde as contribuições das disciplinas de Biblioteconomia e Documentação às Teorias Matemáticas e Sistêmicas de Informação (SILVA; FREIRE, 2012).

Com o passar dos anos, os novos rumos e tendências da CI foram se modificando, a informação foi e vem ocupando outros espaços, os quais abrangem as novas formas de tecnologia, onde a informação não é interpretada, mas, sim, consumida (LAYOTARD, 1989). Considerando-se que todas as áreas científicas se alimentam de informação, a CI possui uma grande responsabilidade em tratar as lacunas informacionais na sua perspectiva social.

Essas afirmações se coadunam com algumas reflexões de Mirian Aquino (2007), nas quais a pesquisadora nos mostra que a ótica dos indivíduos sobre os fenômenos sociais são múltiplos, variando de acordo com as construções sociais e historicidade de cada uma/um. Essa afirmação se estende às práticas informacionais em relação aos fenômenos sociais para construção do conhecimento. Em relação a isso, a autora traz dois questionamentos interessantes acerca da construção do conhecimento ao assumir a responsabilidade social na CI: qual informação, e para quem?

Assim sendo, Mirian Aquino (2007) alerta que a CI é uma ciência propulsora da construção do conhecimento e é responsável por analisar as maneiras pelas quais os indivíduos pensam, refletem, agem e constroem novos saberes. Dentro dessa perspectiva, é importante afirmar que a prática social da informação, nesse contexto, é uma ação social que permite mover estruturas e diminuir as desigualdades sociais, por meio do acesso, uso, disseminação e apropriação de informações. Contudo, necessita-se que a CI e o seu objeto informação sejam analisados sob a ótica humana, pautada no seu paradigma social (CAPURRO, 2003).

Autoras/es como Marteleto (1995), Hjørland, Capurro (2007), Araújo (2012), Freire e Freire (2015), entre outras/os, aproximam-se de uma perspectiva social do conceito de informação na CI. Marteleto (1995) caracteriza a informação como um objeto fluído, que se constitui pela ótica da/o pesquisadora/or, principalmente ao analisar fenômenos sociais e humanos. No entanto, só é possível analisar o conceito de informação sob esses fenômenos, não só por sua essência e seu significado, mas também de sua funcionalidade no campo social. Não se trata de entender todas as identidades e construções sócio-históricas dos indivíduos, mas de analisar os movimentos que a informação causa nas/os usuárias/os e em toda cultura informacional que atravessa os fenômenos sociais.

Hjorland e Capurro (2007) asseveram que a informação não é um conceito absoluto. No campo da comunicação, para interpretar a informação, em suas possibilidades de significados, deve-se levar em consideração a perspectiva do/a receptor/a. A cultura, a religião e toda a historicidade do sujeito inserem-se no processo informacional. Baseando-se na perspectiva do paradigma social (CAPURRO, 2003) no âmbito dos estudos de usuários da CI, Araújo (2012) afirma que a informação “é vista como uma construção social, algo que é definido no terreno da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas (isto é, interações)” (ARAÚJO, 2012, p. 146). Ou seja, o conceito de informação, juntamente aos processos em que a informação é o objeto de ação central, é um reflexo da interação e construção social das/os agentes informacionais, que carregam consigo toda a sua cultura e identidades.

Freire e Freire (2015) atestam que a informação é um fenômeno social, cuja existência requer uma tríade de condições básicas: o ambiente social, que é um espaço onde a informação pode ser materializada para que haja a comunicação; os agentes, que são os responsáveis por emitir e receber a informação; e os canais, que são os meios pelos quais a informação é transportada. Essas condições estabelecem um processo de comunicação na CI que é fundamental para que os atores sociais envolvidos no processo atuem.

Portanto, no âmbito desta pesquisa de mestrado, a informação situa-se na perspectiva social da CI, pois a mediação da informação é um processo que é determinado pelas ações humanas. Partindo desse pressuposto, mediar informação se interliga a todas as identidades que constroem os seres humanos, nos âmbitos religioso, filosófico, estético, científico ou ideológico (MARTELETO, 1995) e se constitui enquanto uma ação política, que é o alicerce de uma ciência que não se coaduna com a “neutralidade científica”.

2.2 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E O PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES

O processo de comunicação existente nos fenômenos informacionais é intensificado pela mediação da informação, a fim de construir e reconstruir saberes. Seu sustentáculo é a dialogia, que forma espaços de interação e possibilita o exercício da crítica, a observação dos conflitos e o preenchimento das lacunas existentes no conhecimento. A mediação da informação é “responsável por ressignificar o acesso e gerar novos saberes e conhecimentos” (GOMES, 2016, p. 99).

A mediação é plural e interdisciplinar e movimenta-se por vários âmbitos da ciência e da sociedade contemporânea. Na prática, é um processo que perpassa a subjetividade e solidifica as

relações culturais, sociais e políticas entre os indivíduos. A mediação é um instrumento que tem o objetivo de construir e socializar conhecimentos, levando em consideração as indagações, os questionamentos e as contestações do pensamento humano.

Na Ciência da Informação, o conceito de mediação inicia-se na Biblioteconomia, nos estudos de usuários, abordados por Ortega y Gasset (1967), em um clássico intitulado ‘Missão do Bibliotecário’, no qual o autor enfatiza a importância da comunicação para a Biblioteconomia nas unidades de informação, vinculada à responsabilidade social da/o profissional bibliotecária/o e à visão humanística da área, inserida no paradigma cognitivo elencado por Capurro (2003). A partir das ideias explicitadas pelo autor na década de 1960, nota-se que a mediação na CI propõe, de forma reflexiva, uma interação de valores socioculturais. Como se trata, nesse contexto, da Biblioteconomia, o foco desse conceito está no usuário da informação, o qual busca informação nas unidades informacionais de acordo com suas necessidades.

Factualmente, a área da Biblioteconomia enfatizou o caráter preservacionista de seus equipamentos. A dicotomia “disseminação x preservação” sempre “pendeu” para o lado da última, como se as bibliotecas existissem como meros repositórios, ou melhor, armazéns, ou melhor ainda, depósitos de livros. Como estes não eram alocados em porões, mas nos espaços nobres das bibliotecas, tais espaços foram se moldando, tomando o perfil, parecendo-se com porões (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2007, p. 4).

É importante ressaltar que, devido à subjetividade e à pluralidade nas relações humanas, a CI necessita elaborar, conforme Santos Neto e Almeida Júnior (2019), de forma mais sólida, teorias e conceitos sobre mediação. Embora seja aplicada, desde os primórdios, no campo da Biblioteconomia, alguns autores/as da CI discorrem sobre o conceito enfatizando a mediação como o resultado da interação dos sujeitos sociais com o mundo (SANTOS NETO, 2019; ALMEIDA JÚNIOR, 2009).

Santos Neto (2019) enuncia que a informação não é mediada constantemente, que varia de sujeito para sujeito e configura-se “como um ato pessoal e singular” (p. 343). Esse pensamento corrobora a assertiva de Silva (2015) ao afirmar que não existe mediação que ocorra de forma neutra, mas uma ação humana que sofre interferência das construções sociais que envolvem o agente mediador.

Almeida Júnior (2015) entende que a informação é mediada em todos os âmbitos da CI e que a mediação é objeto de estudo da CI e mais evidente do que a própria informação na área. Na

visão do autor, nessa perspectiva de suportes informacionais das bibliotecas, a mediação apresenta-se em duas dimensões: a implícita, que ocorre nos processos técnicos, na seleção e na aquisição de materiais nas divisões de coleções das bibliotecas; e a explícita, que está presente nos serviços de referência, ao lidar com as necessidades informacionais dos usuários externos da biblioteca. Focaliza, inicialmente, duas premissas: a interferência e a apropriação da informação.

Sob o ponto de vista do autor, os atores sociais, que, nesse contexto, são as/os profissionais de informação, terão a responsabilidade de interferir no processo mediador, ou seja, de atender às necessidades e aos desejos informacionais da/o usuária/o, tanto na dimensão implícita, ao selecionar, adquirir e classificar os documentos, quanto na explícita, ao lidar com a busca e as necessidades informacionais das/os usuárias/os, ao solicitar materiais de determinado assunto nos serviços de referência, o que corrobora o pensamento de Ortega y Gasset (1967).

A interferência no fazer do profissional da informação nega a postura, enfaticamente defendida, de que esse profissional é passivo, subserviente, destituído de uma atitude pró-ativa, sem iniciativa, que apenas contribui, auxilia e apoia (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2015, p. 8).

A interferência é um contraponto bem forte em relação aos conceitos de mediação que surgiram nos primórdios da Biblioteconomia, pois evidencia a não neutralidade das/os profissionais de informação. Nenhum fazer ou fazer profissional é neutro e a interferência é uma ação subjetiva, que perpassa todo o fazer técnico das/dos bibliotecárias/os. Para Gomes (2014), a “informação, como conhecimento em estado de compartilhamento” (p. 99) subsidia novos pensamentos, promove a liberdade de expressão e desperta nas/os usuárias/os o senso crítico.

Já a apropriação da informação é o resultado do processo mediador, que se inicia na comunicação e finaliza na construção de conhecimentos. Na produção científica, a apropriação ocorre de forma inconsciente, independentemente da área em que o suporte informacional esteja inserido. É um processo que perpassa a subjetividade e apresenta-se de forma imaterial, com o objetivo de fomentar a consciência crítica de quem se apropria da informação mediada em algum suporte informacional. No geral, a mediação da informação perpassa a subjetividade e está para além da consciência humana. Os conhecimentos são construídos por meio da apropriação de conteúdos informacionais, que são vistos como produtos do construto da mediação da informação e dependem de um terceiro elemento – os atores sociais (agentes informacionais) – que se responsabilizam por veicular as informações e levam em consideração os elementos culturais,

sociais e físicos em que os sujeitos estão inseridos (ALMEIDA JÚNIOR, 2007; ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2015).

Almeida Júnior (2015, p. 25) conceitua a mediação da informação como

[...] toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

Nesse conceito mais atual, o autor acrescenta três elementos - o processo, a ambiência e o conflito - e define a mediação como um processo no qual estão inseridos os sujeitos mediadores e os equipamentos informacionais (suportes) que devem ser analisados a partir de sua ambiência - física ou digital - e os conflitos gerados são necessários para adquirir conhecimentos e fazer indagações sobre os fenômenos sociais, como o androcentrismo na ciência, e outros processos mediadores.

A mediação da informação é cíclica e a forma e a estrutura cognitiva por meio das quais a informação é mediada reflete diretamente na reconstrução de saberes e no surgimento de novas informações. A interação social é intrínseca à apropriação da informação e promove a construção do conhecimento. E por mais que seja expressa de forma materializada, como os mais variados suportes informacionais, tem um caráter social e reflexivo. No contexto das bibliotecas, a apropriação da informação é o objetivo final da necessidade informacional da/o usuária/o, bem como a organização e a representação do conhecimento nos sistemas de classificação, que não só se restringem a fornecer informações como também a se apropriar delas e a adquirir outras. A/O bibliotecária/o e a/o profissional da informação são parte do processo mediador, e a mediação entre a/o usuária/o e a informação é efetiva (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2015; GOMES, 2014).

Mediar informação sobre mulheres, gênero e feminismo, conforme Henriette Gomes e Gisele Côrtes (2020), contribui para (re)formular paradigmas hegemônicos androcêntricos. Na mediação dos conteúdos informacionais produzidos nas dissertações e nas teses sobre mulher, gênero e feminismo disseminam-se conhecimentos sobre direitos, cidadania e desnaturalização das desigualdades de gênero, que interferem na geração de novos conhecimentos e visibilizam a interface mulheres, gênero e o fenômeno informacional de forma a favorecer o protagonismo social das mulheres.

Gomes (2008) afirma que existem formas por meio das quais o resultado do processo mediador existe sem que os sujeitos interajam diretamente. Essa primeira etapa, que constitui o conhecimento por meio das ações de mediação e comunicação, equivale ao produto da interação - apropriação da informação - entre a/o mediadora/or, sujeitos ou grupos informacionais e a informação disponibilizada em suportes informacionais. Sendo assim, conforme a autora, o conhecimento e a apropriação da informação resultam das interações entre os sujeitos e os recursos de registros informacionais disponíveis.

Gomes (2019) conceitua a apropriação da informação como o alicerce do processo da mediação consciente da informação, porque essa fase do processo promove a tomada de decisão. Nesse contexto, a reflexão crítica e o domínio dos saberes dependem da apropriação da informação entre os indivíduos, que são elementos importantes para consolidar um sujeito protagonista. É na apropriação da informação que se efetiva a intersubjetividade da construção do conhecimento e, nesse processo, o sujeito protagonista busca materializar essa subjetividade, não necessariamente de maneira física.

O conhecimento é privado, enquanto a informação é pública. A informação pode ser transmitida, distribuída, disseminada; mas o conhecimento, por si só, está impedido desse movimento. A sua circulação apenas é possível com a sua representação pela informação (GOMES, 2008, p. 3).

Nesse contexto de representação a que se refere a autora, é importante perceber a interferência da/o profissional da informação nesse processo de mediação. De acordo com Moraes e Arcello (2000), por mais que a representação se aproxime da realidade, pode ser entendida e lida de diversas maneiras, atrelada à vivência de mundo dos sujeitos mediadores. Apesar de o objeto representado ser inalterável, as interpretações e seus significados podem tomar diversas proporções, a depender do contexto social em que os sujeitos estiverem inseridos. A subjetividade e o mundo imaginário e o simbólico estão presentes no processo de construção do conhecimento. Para obter a objetividade, nesse contexto, é essencial que se estabeleça um elo entre a subjetividade e a consciência humana, que possa mediar, criar e recriar a informação a partir da obtenção do conhecimento. O processo comunicacional e o de mediação são semelhantes por elencar a importância dos signos, sentidos e significados gerados a partir da interação social. A importância do processo nem sempre está no produto da interação entre os sujeitos e algum consenso entre eles, mas na desconstrução de visões obtusas, que podem ser efetivas na mediação da informação (GOMES, 2008; GOMES, 2016).

Ainda assim, como afirma Silva (2015), a construção da mediação se debruça nas relações materiais e sociais e possibilita que, ao interagir dialogicamente com outro sujeito, o indivíduo se aproprie da informação e tenha senso crítico ao “questionar certezas e reconstruir conhecimentos” (p. 102). Deste modo, a mediação é parte constituinte da consolidação subjetiva dos seres humanos, o que caracteriza a mediação como uma ação que se vincula “à vida, ao movimento, ao processo de construção de sentidos” (GOMES, 2010, p. 87).

Gomes (2014, 2019) enuncia que a apropriação da informação de maneira efetiva na ação mediadora consciente envolve cinco dimensões: a **dialógica**, a **estética**, a **ética**, a **formativa** e a **política**. Isso é um alerta de cuidado para todas as instâncias que a informação perpassa. A ação mediadora da informação realizada de forma consciente, através da inserção e do seguimento dessas dimensões, é o objeto central do protagonismo social.

Paiva e Ramalho (2017) referem que o estudo da produção científica impacta diretamente nos indicadores de desenvolvimento de qualquer área, sobretudo, na CI, cujos estudos interferem nos rumos e nas tendências da área. Numa perspectiva humanística da CI, o protagonismo social das mulheres pode ser investigado e analisado por meio das produções científicas.

A presente pesquisa toma como base o conceito de informação elaborado pela autora Henriette Gomes. Dessa forma, a autora define informação como **o conhecimento em estado de compartilhamento**. A informação, nesse sentido, tem natureza social, resultado de um processo dialógico entre os sujeitos, que se apresenta como sustentáculo da geração de conhecimentos (GOMES, 2016; 2017; 2019).

Apresentamos, de forma breve e resumida, as dimensões desenvolvidas por Henriette Gomes (2014, 2019) A primeira dimensão atribuída pela autora é a **dialógica**, a qual sustenta todo o processo de mediação. A dialogia é a ferramenta principal entre a/o agente mediadora/or, a informação e as/os interlocutoras/es, considerando a linguagem utilizada pelo agente, os dispositivos comunicacionais e a aproximação entre os elementos que fazem parte do processo. Também proporciona bem-estar e aconchego, o que pode resultar em uma ação mediadora consciente. Por meio dessa dimensão, as/os interlocutoras/es podem encontrar novas perspectivas de conhecimento, dialogando e se autoconhecendo. A/o profissional da informação exerce o papel de agente mediador, mas não é o/a único/a agente da mediação. Essa consciência necessária de forma ética na ação mediadora, como afirmado anteriormente, é o cerne do protagonismo social

nesse processo, tanto para quem “recebe” a informação e se apropria dela quanto para quem a “emite” e dissemina.

A dimensão **estética** parte da perspectiva da beleza e de o indivíduo se ver como propulsor de novas informações a partir da apropriação da informação iniciada por outro agente. Essa dimensão propõe que ele olhe para si mesmo, veja-se também como detentor de conhecimentos e, possivelmente, aproprie-se de conceitos mais antigos para formular novas ideias a partir de outras perspectivas que são promovidas pelo autoconhecimento. Nessa dimensão, a ambiência - física ou digital – é sobremaneira importante, segundo Almeida Júnior (2015), e deve proporcionar segurança, confiança e bem-estar.

A dimensão **ética** está interligada à dimensão estética, pois o autoconhecimento depende da interação entre os sujeitos envolvidos no processo, razão por que é necessário respeitar o que é visto como “diferente” e acolher a outra pessoa, compreendendo suas necessidades, através do diálogo e, principalmente, ouvir, levando em consideração a diversidade e o contexto social em que o outro está inserido. Inibe a censura e proporciona debate e reflexões libertadoras no que concerne a problemas e direitos sociais mais urgentes.

A experiência de criar e recriar saberes pode qualificar, formar e, conseqüentemente, transformar a/o usuária/o e os sujeitos sociais como um todo. A dimensão **formativa** é o elo existente entre a dimensão estética e a ética. Pode-se dizer que é o produto dessas duas dimensões juntas e bem executadas. Ora, se a dimensão ética promove e se dispõe a um autoconhecimento ao interagir com os sujeitos e a dimensão estética propicia a formulação de novas ideias, por conseguinte, a dimensão formativa é justamente o resultado desse desenvolvimento consciente realizado pelas dimensões ética e estética.

A autora também traz para o debate a quinta dimensão – a **política** - que é o construto de todas as dimensões apresentadas anteriormente, pois o/a agente mediador/a da informação é um sujeito político que age, interfere, busca e promove a (des)construção de novas formas de pensamento crítico. É o alcance, de fato, do protagonismo social. Está interligada à ação de resistência e de combate ao que já está consumado e institucionalizado na sociedade e é o objeto principal da ação central do protagonismo social: a mediação consciente da informação.

Para compreender melhor essa questão, Perrotti (2017) contextualiza e toma como base a obra de Sófocles (496-409 a.C.), intitulada ‘Antígona’, na qual Antígona é sepultada viva por buscar justiça ao receber a notícia de que seus irmãos foram mortos em uma batalha, cada um para

o seu lado, e Polénice, um de seus irmãos, não teve o direito de ser sepultado. Seu corpo foi exposto às aves. Antígona se impôs contra o que aconteceu com o seu irmão, e sempre tomava para si os problemas sociais daquela época. Ser sepultada viva era um castigo por sempre ir contra as injustiças e as leis impostas pelo Rei Creonte da cidade de Tebas, que era uma pessoa grosseira, autoritária e arbitrária.

Antígona se ergue e luta contra o Rei de Tebas, na Grécia Antiga, contra tudo o que não cabia em seu lugar. A protagonista nunca baixava a cabeça e se comportava como uma figura que se opunha ao autoritarismo do Rei, buscando justiça social em sua vida pública. Esteve sempre do lado dos oprimidos, lutando pelo coletivo (dimensão pública), diferentemente das autoridades daquela época, que focavam seus interesses pessoais (dimensão privada). Antígona, segundo o autor, mostrava sua força de luta e resistência, enfrentando as injustiças e lutando pelo bem comum. Como consequência, essa luta era responsável pela transformação de realidades sociais. Ela é a legitimação dos interesses coletivos de uma sociedade acima do egocentrismo existente na esfera privada.

Perrotti (2017) inicia conceituando a palavra protagonista, por meio do significado da própria palavra de maneira multifacetada, em que ‘proto’ significa primeiro/principal e ‘agon/agonistes’ significa luta/aquela/e que luta/a lutadora. Essa forma de conceituar a palavra protagonista foi colocada em prática a partir do conceito de protagonismo implicado na obra de Sófocles, que “remete para uma compreensão claramente conectada à ‘vida cidadã’, ao reconhecimento do outro como condição de constituição do si mesmo” (p. 13). Para o autor, ser protagonista não significa ganhar uma luta ou derrotar o outro, mas ter como base o amor, a busca por igualdade, o “viver junto”, não andar sozinha/o, a não alienação e o não aceitar o que lhe é imposto. Esse conceito de protagonismo apresentado pelo autor corrobora as dimensões da mediação consciente da informação de Gomes (2014, 2016, 2019), criando margem para que o conceito seja analisado a partir do seu objeto de ação central: a mediação consciente da informação.

Toma-se como referência, nesta pesquisa, a noção de protagonismo social, como acontece com Antígona, o qual pode indagar sobre as concepções dos dispositivos de informação e a forma como a informação é mediada e disponibilizada, no que se refere aos estudos de gênero, mulher e feminismo na CI. Então,

[...] se a circulação e a apropriação da informação das mulheres são pensadas e projetadas pelo “outro” que, universalizado e definido neutro, nega as diferenças, e se, até agora, as mulheres viram à mediação como algo que o “outro” tornou

acessível, sua tarefa tem sido a de manter a própria existência feminina silenciada junta aos significados que a sociedade “neutra” encontrou para seus desejos, aspirações, necessidades informacionais e culturais (CRIPPA, 2011, p. 774-775).

A mediação da informação é um processo contínuo que envolve a apropriação da informação como objetivo. Nesse contexto, tanto a mediação da informação, como também a apropriação da informação, têm um caráter político e social. Nesses elementos, é imprescindível que a construção do conhecimento seja realizada por mulheres, com mulheres e para mulheres, baseada em seus desejos, na construção de direitos e no rompimento das relações de poder. Assim, será possível visibilizar a atividade científica delas, romper o silenciamento de suas histórias no âmbito científico e desnaturalizar a ideia de “neutralidade” na ciência.

De modo geral, portanto, pode-se concluir que as diferenças de gênero na produção científica não apontam para uma clara supremacia masculina. O exercício da ciência, assim como o desempenho escolar, está longe de indicar diferenças significativas entre os sexos e sugerir habilidades específicas inerentes a homens e mulheres (OLINTO, 2011, p. 70).

Para compreender o protagonismo social na CI pode-se tomar como exemplo o contexto histórico das bibliotecas da antiguidade apresentado por Perrotti (2017), quais sejam: a biblioteca *templum*, que era a iniciação e a origem das bibliotecas, como, por exemplo, a biblioteca de Alexandria, cujo objetivo era de preservar e conservar a memória social; e a biblioteca *emporium*, que era um dispositivo social, cujo propósito era de universalizar os direitos de acesso à informação e ao conhecimento registrado, bem como sua apropriação cultural. Esses modelos de biblioteca são como dispositivos de difusão da memória, da informação e da cultura. Com base neles, o autor elaborou dois paradigmas culturais: o **paradigma da conservação cultural**, que se refere às bibliotecas *templum*; e o **paradigma da difusão cultural**, relacionado às bibliotecas *emporium*.

Semelhante ao paradigma da difusão cultural, cujo foco, além da disponibilidade e da universalização do conhecimento, é a apropriação cultural, esse modelo, de acordo com Perrotti (2017), não tem consumidoras/es ou, até mesmo, apenas usuárias/os, mas protagonistas, que lutam, agem, e, no contexto desta pesquisa, mediam, criam e recriam informações, colocando-se em favor do bem comum, do público em relação ao interesse privado. Sendo assim, leva em consideração a apropriação da informação como o resultado da mediação da informação a partir das dimensões abordadas por Gomes (2014, 2016, 2019), já mencionadas neste capítulo.

A apropriação cultural por demandas informacionais é salutar no protagonismo social. Na sociedade da informação, a quantidade de dados e de informações gerados cotidianamente nem

sempre podem fazer com que o acesso à informação seja efetivo, porquanto podem se transformar em outras questões, problematizações e indagações. Para contextualizar também esse fato, pode-se retomar a obra de Sófocles. Como Antígona, Ismênia teve o mesmo acesso à informação sobre a tragédia que aconteceu com seus irmãos, porém seu comportamento foi contrário ao de sua irmã. Ismênia não se tornou protagonista, pois a informação não foi utilizada a seu favor ou do bem público. Ela continuou em silêncio, enquanto Antígona, sua irmã, apropriou-se daquela situação e das informações que tinha a respeito da situação, debruçou-se sobre a empatia, atendeu às suas emoções e enfrentou o Rei de Tebas. E como afirma Perrotti (2017), “o protagonista nunca está só; é um ser relacional” (p. 23).

Vê-se, então, que o fato de as mulheres desenvolverem conscientemente pesquisas científicas sobre os temas ‘mulher’, ‘gênero’ e ‘feminismo’ se configura como uma ação protagonista, visto que elas agem e atuam em prol de sua visibilidade no campo científico, antagonizando e ressignificando os esquemas hegemônicos de gênero. Abordar as práticas científicas das mulheres é uma práxis política e engendra reflexões que podem alterar e transformar a estrutura androcêntrica. A práxis com um viés político corrobora a dimensão política da mediação consciente da informação (SARDENBERG, 2001; GOMES, 2019).

É importante ressaltar as ações dos movimentos feministas contemporâneos na produção de obras com discussões atinentes ao cotidiano das mulheres, seus desejos, suas vivências e a vida privada. Nesse sentido, destacam-se algumas obras que hoje são reconhecidas como clássicas como *Le deuxième Sexe*, de Simone Beauvoir (1949); *The feminine mystique*, de Betty Friedman (1963); *Sexual politics*, de Kate Millett (1969); *Por um feminismo afro-latino-americano*², de Lélia Gonzalez (2020); *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, de Nísia Floresta (1989); *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, de Sueli Carneiro (2011); *Olhos D’água*, de Conceição Evaristo (2014); dentre outras.

Uma das marcas mais importantes dos estudos feministas foi seu caráter político e posicionado. As pesquisadoras foram ganhando credibilidade por meio dos seus escritos e já escreviam em primeira pessoa. Era nesse espaço em que elas tinham autonomia para imaginar e escrever sobre suas vivências, a fim de tornar visíveis suas histórias. Os assuntos explorados eram de interesse delas e “tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social

² Trata-se de uma coletânea inédita que reúne todas as produções escritas por Lélia Gonzalez, organizada por Flávia Rios e Márcia Lima.

das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudar” (LOURO, 1997, p. 19).

Nesse contexto, as trajetórias de vida das mulheres cientistas são construções históricas e culturais que se perpetuam em alguns âmbitos até os dias atuais. Esses estudos impulsionaram o desenvolvimento de problematizações a respeito da naturalização das desigualdades. Por isso, é imprescindível que a ciência se contraponha a essas argumentações. Louro (1997) afirma que as distinções sexuais não são características sexuais que definem o sucesso de alguém, mas a maneira como são representadas e valorizadas na sociedade. A compreensão do lugar e das relações se dá a partir do que se foi construído sobre os sexos, por esse motivo, o conceito de gênero é um elemento importante a ser levado em consideração na ciência feminista porque desconstrói os ideários sexistas.

Scott (1995) discorre sobre o conceito de gênero e diz que ele foi construído a fim de “rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termo como sexo ou diferença sexual” (p. 72). Sua principal função é de desconstruir as construções sociais baseadas no sexo. É importante ressaltar que o conceito de gênero não substitui as características biológicas, mas desnaturaliza, no campo social, as construções sociais e históricas produzidas sobre os corpos, que levam às práticas misóginas e machistas.

O conceito de gênero é discutido no campo social, porque é nesse campo em que as relações de poder se perpetuam. É fato que os estudos sobre mulheres são importantes não só por visibilizar a ciência feminista, mas também por convidar, explicitamente, os homens para o debate. A ótica de gênero, a partir desses estudos, é voltada para algo em constante construção, e não para o que já existe e/ou é determinado biologicamente. Ainda assim, existem alguns problemas relacionados aos estudos de gênero na ciência: o primeiro refere-se ao aprofundamento do conhecimento e dos seus campos de luta; o segundo é concernente à objetividade e neutralidade científicas nos aspectos teóricos-metodológicos das Ciências Sociais; e o terceiro relaciona-se à contribuição que os estudos de gênero trazem para o campo social (SCOTT, 1995; SCAVONE, 2008).

Todas essas questões são trazidas à tona e indagadas sobre sua veracidade científica por se constituírem como uma ação política ao desenvolver pesquisas no âmbito dos estudos de gênero. Essas práticas de desenvolver pesquisa nessa perspectiva de gênero e feminismo, geralmente, são vistas como pautas ideológicas. Ainda assim, imersa aos estudos de gênero, Lucila Scavone (2008) alerta para as/os pesquisadoras/es que tratam de gênero enquanto uma categoria neutra, excluindo

a perspectiva do feminismo das suas pesquisas. É a teoria feminista que dialoga com a luta dos movimentos e as realidades sociais, pois elas se “retroalimentam” (p. 174).

Historicamente, os estudos de gênero e feministas se apresentaram enquanto uma ciência que fomenta a desconstrução das relações de dominação masculina, mas que inicialmente foram associados a contextos gerais, tratando as mulheres como uma categoria universal, sem vincular marcadores sociais de raça e classe. A respeito disso, é preciso levar em consideração o debate que as mulheres negras realizam sobre interseccionalidade de raça e gênero.

Kimberle Crenshaw (2002) é uma das principais teóricas que pesquisam sobre a interseccionalidade de raça e gênero. A pesquisadora traz uma explicação muito simples, mas que é extremamente complexa de se resolver na sociedade. A interseccionalidade é a diferença dentro das diferenças, mas o que isso quer dizer?

Crenshaw (2002) diz que a interseccionalidade é uma perspectiva de análise em como duas ou mais categorias de marcadores sociais da diferença podem operar juntas na sociedade, que nesse contexto, são os marcadores de raça e gênero. Os marcadores sociais da diferença podem ser: o gênero, a classe, a raça/etnia, a nacionalidade, a orientação sexual, dentre outras/os.

O racismo e o machismo atuando juntos, marginalizam as mulheres negras e colocam-nas em situações de vulnerabilidade social. Então é necessário que a perspectiva de raça seja incorporada nos estudos de gênero, como também a questão de gênero deverá ser inserida nos estudos de raça/etnia. Se formos investigar a categoria “mulheres” sem levar em consideração a pluralidade de mulheres que existem na sociedade, excluiremos todos os outros grupos que também são subalternizados, atendendo as necessidades apenas das mulheres vistas como “dominantes”, branca, cisgênero e heterossexual.

Carla Akotirene (2019) relata que a perspectiva do projeto de feminismo negro diz-se projeto, pois as injustiças interseccionais de raça e gênero ainda estão presentes na sociedade, principalmente na ótica do feminismo liberal. Segundo Ângela Davis (2016), Sojourner Truth – abolicionista e ativista dos direitos das mulheres, apresentou em seu discurso as articulações das categorias raça, gênero e classe social. Truth foi vítima do escravismo, vendida em leilão aos nove anos de idade e, em discurso proferido em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, denunciou as torturas sofridas naquela época. A frase proferida “E eu não sou uma mulher?” referiu-se a, justamente, não se sentir enquadrada na categoria “mulheres”, que foi

discutida durante a convenção. O posicionamento de Truth, através da sua interferência durante a convenção, articula as categorias de gênero, raça e classe ao mesmo tempo.

Na CI, notam-se a luta, os desafios e as resiliências a que as mulheres subsistiram para consolidar a área. Pesquisadoras como Gisele Côrtes, Mirian Aquino, Gilda Olinto, Giulia Crippa, Leyde Klébia, dentre outras, vêm desenvolvendo pesquisas sobre mulheres e disseminando conhecimentos pautados na visibilização e na ressignificação dos esquemas hegemônicos de gênero e raça, trazendo uma perspectiva interseccional para a área. Mediar informações a respeito desse tema é desnaturalizar as relações de poder existentes na sociedade e na Academia. Nesse sentido, as mulheres que pesquisam e mediam informações sobre mulheres e relações de gênero, numa perspectiva feminista, vão em combate ao androcentrismo colonial e ao sistema patriarcal na sociedade contemporânea e tornam-se protagonistas sociais.

Giulia Crippa (2011) afirma que deve ser ponderada a representação dos estudos de gênero na perspectiva da mediação da informação na CI. A autora argumenta que é necessário que as/os profissionais da informação se comprometam com a ação política da mediação da informação e apropriação da informação, para, conseqüentemente, analisar a construção de conhecimento. Essa ação política deverá basear-se nas diferenças existentes entre as/os usuárias/os da informação, o que remete à dimensão ética da mediação consciente da informação, a partir do respeito à alteridade (GOMES, 2019).

As pesquisas, geralmente, têm o intuito de visibilizar a historicidade das mulheres e de apresentar ferramentas de análise ao mostrar suas relações entre o público e o privado. Segundo a autora, “a participação das mulheres se torna um elemento de transformação da realidade e é parte da história, se tornam significativos nas ações de mediação e apropriação de informação em um sistema de circulação de saberes institucionalizados” (CRIPPA, 2011, p. 770). A produção do conhecimento institucionalizado pelos homens é desconstruída a partir do desenvolvimento de pesquisas sobre mulheres realizadas na CI, principalmente quando há possibilidade de convidar as usuárias para o debate, para que elas também existam nas palavras expressadas durante os escritos e que façam parte do pensamento crítico em relação aos espaços que ocupam. Assim, configuram uma ação de resistência, enfrentamento e combate aos antagonismos enraizados na produção científica.

Neves (2018) convida-nos a refletir sobre como as disparidades de gênero afetam a comunicação científica, sobretudo na CI. Oliveira e Bufrem (2019) desenvolveram um estudo que

evidenciou, por meio do mapeamento dos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), a invisibilidade das mulheres na CI e constataram a incipiência de produções, apesar dos avanços em 2018.

Na perspectiva do protagonismo social, Aurekelly Silva e Gisele Côrtes (2021) desenvolveram um estudo acerca das mulheres vítimas de violência doméstica da Casa Abrigo da Paraíba e constataram que a mediação da informação contribuiu para o protagonismo social das mulheres no rompimento com as situações de violência a partir da disseminação de conteúdos informacionais relacionados aos tipos de violências sofridas, fato que também contribuiu para a emancipação social das mulheres. A disseminação de informações em relação à temática também ocorre nas oficinas, nos serviços de apoio psicológico e jurídico oferecido às mulheres.

Gisele Côrtes e Gracy Martins (2020) também seguiram a vertente do protagonismo social ao desenvolver um estudo sobre as mulheres que presidiram a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Nessa pesquisa, as autoras visibilizaram o protagonismo social das cientistas da informação e deram margem para que outros estudos fossem desenvolvidos por meio dessa perspectiva.

Algumas dessas pesquisas fomentam o protagonismo social das mulheres na CI. São estudos nos quais a mediação da informação é intrínseca à atividade da cientista da informação. Estudos, artigos, textos e produções científicas são resultados de muita luta e resistência das mulheres desde o início das reivindicações feministas. Apesar disso, é importante ressaltar que o protagonismo social dificilmente é alcançado de maneira rápida, principalmente quando existe uma estrutura resistente a ser corrompida que antagoniza a visibilidade das mulheres (GOMES; CÔRTEZ, 2020).

3 BREVE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO E NA CIÊNCIA: RESISTÊNCIAS E PODER

*“A ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai, e infectada, também!”
(Virgínia Woolf, 1936)*

A estrutura do sistema patriarcal, responsável pela segregação dos sexos ao longo da história da humanidade, influencia diretamente nas desigualdades sociais, econômicas e políticas, desfavorecendo as mulheres e privilegiando os homens. Essa estrutura impacta diretamente, de maneira desigual, nos espaços que as mulheres ocupam na sociedade, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. Essa desigualdade está presente em todas as esferas sociais, sendo marcada e mais intensificada quando são interseccionadas com os marcadores sociais de raça/etnia e classe. Não obstante, essa estrutura hegemônica também se estende à carreira científica, na qual as mulheres são alocadas para um *hall* de subalternização.

A ciência não foge do modelo hegemônico de gênero instituído pela sociedade, pois está estruturada em um sistema patriarcal, desde os primórdios, e tem o intuito de excluir as mulheres da sua construção, tratando-se de décadas de segregação na carreira científica. Essa desigualdade ocorre em decorrência também da divisão sexual do trabalho na qual as mulheres são responsabilizadas, quase exclusivamente, pelas dinâmicas familiares, que atribui a elas as responsabilidades dos trabalhos domésticos e cuidado com as/os filhas/os, principalmente as que vivem em relações heterossexuais.

A divisão sexual do trabalho, segundo Danièle Kergoat (2009), “é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade” (KERGOAT, 2009, p. 67). Como característica da divisão sexual do trabalho, a autora aponta que os homens estão à frente da esfera considerada produtiva do trabalho, enquanto as mulheres estão voltadas para a reprodução e seus desdobramentos, como as práticas de cuidado com a família e o âmbito privado. Na divisão sexual do trabalho, também há a hierarquização das profissões e ocupações de mulheres e homens, na qual, conseqüentemente, os homens ocupam lugares e assumem profissões que são consideradas socialmente mais rentáveis, tanto socialmente, quanto economicamente.

Portanto, a divisão de tarefas de maneira desigual sobrecarrega as mulheres em relação aos homens, o que impede a sua ascensão social e autonomia econômica. Em levantamento realizado

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se, no ano de 2021, que 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força do país em 2019. Esses indicadores também podem ser avaliados por outras nuances, como as mulheres na faixa etária de 25 a 49 anos, que possuem filhas/os com até 3 anos de idade, na qual o percentual de ocupação é 54,6%, abaixo dos 67,2% daquelas que não têm filhas/os. Já os homens, correspondiam a um percentual de 73,7%. Em relação aos homens que têm filhas/os, a situação é totalmente oposta à das mulheres. O estudo registrou que homens que são pais de crianças com até 3 anos correspondem a 89,2% em nível de ocupação, percentual superior aos 83,4% que não têm filhas/os nessa idade. A situação se agrava ao analisar o nível de ocupação das mulheres negras (pretas e pardas) que corresponde a menos de 50%, enquanto as mulheres brancas registraram um percentual de 62,6%. A força de trabalho, segundo o estudo, é composta por todas as pessoas que estão empregadas ou que têm procurado emprego.

O levantamento também analisou o impacto dos afazeres domésticos. No Brasil, em 2019, as mulheres dedicam quase o dobro do tempo para os afazeres domésticos em relação aos homens, o que corresponde a 21 horas semanais contra 11 horas semanais dos homens. O estudo mostra que, além de dificultar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, os afazeres domésticos, bem como a conciliação com a vida profissional, limitam a ascensão social das mulheres, causando um estado de estagnação. A desigualdade se intensifica em relação à desigualdade salarial em cargos que asseguram maiores ganhos econômicos. Entre cargos de chefia, as mulheres receberam 61,9% do rendimento dos homens e, em relação às mulheres envolvidas na carreira científica, o percentual corresponde a 63,6%.

É interessante observar que, no âmbito da educação, o estudo constatou que as mulheres brancas são mais instruídas que os homens. Na população que possui 25 anos ou mais, 37,1% das mulheres brancas não possuem instrução ou têm o fundamental incompleto. Entre os homens esse percentual alcança 40,4%. É necessário evidenciar a desigualdade entre as mulheres pretas e pardas com as mulheres brancas. Enquanto as mulheres brancas com ensino fundamental completo corresponde a um percentual de 40,9%, a das mulheres pretas e pardas possui uma taxa de 22,3%. A sociedade tem a expectativa de que os cuidados com a família estejam sempre à frente da vida profissional/acadêmica das mulheres. Trazer as mulheres e os seus estudos para a academia exige uma transformação estrutural na sociedade, que culturalmente foi sistematizada para que os homens obtivessem o reconhecimento e o sucesso profissional (SCHIEBINGER, 2001).

As universidades, criadas no século XII na Europa, não eram espaços voltados para o público feminino. Apenas no final do século XIX e início do século XX é que as mulheres brancas e de altas classes sociais puderam participar efetivamente do corpo docente e discente das instituições de ensino superior. Neste sentido, as mulheres europeias ocupavam um espaço de subordinação na hierarquia social, o que corroborava para que suas funções fossem atreladas aos cuidados com o lar, com o marido e as/os filhas/os. Eram vistas como “sexo frágil”, de natureza “delicada e sensível” com base em supostos argumentos naturalizantes. Nesse sentido, as mulheres deveriam ser “preservadas” da esfera pública, voltando-se, apenas, para os cuidados com o lar, sendo reconhecidas neste papel na sociedade (SCHIENBINGER, 2001; PEREIRA; FAVARO, 2017).

Alguns registros relatam que a Itália foi o primeiro país em que mulheres brancas estudaram e adentraram no ensino superior. Os cursos escolhidos geralmente eram campos voltados para as Ciências Exatas, como Física e Matemática. Pode-se exemplificar algumas poucas mulheres que adentraram e lecionaram nas universidades, iniciando-se pela Bettisia Gozzadini, no início do século XIII, professora no curso de Direito na Universidade da Bolonha e Novella d’Andrea, no século XIV, que substituiu o seu pai falecido nessa época, Giovanni d’Andrea, na cátedra de Direito Canônico (SCHIENBINGER, 2001; SILVA, 2012).

Destaca-se, também, na Itália, a física Laura Bassi e a milanesa Maria Agnesi. Em 1732, Laura foi a segunda mulher a receber grau na universidade. Maria, foi responsável por elaborar um manual sobre cálculo diferencial e integral, no ano de 1748 (SCHIENBINGER, 2001). Outros países da Europa não seguiram o modelo inclusivo das mulheres nas universidades, como na Itália. Na Universidade da Suíça, por exemplo, como também na França, Alemanha e Inglaterra, o ingresso das mulheres só se deu no século XIX, que coincide com o início do movimento da incorporação das mulheres na Academia brasileira (MAFFIA, 2002; SILVA, 2012).

Em geral, percebe-se que as mulheres cientistas estiveram e ainda estão imersas em diferentes realidades sociais, que somadas às concepções hegemônicas de gênero e de raça/etnia, potencializam as desigualdades sociais e, nesse contexto científico, diminuem as oportunidades de ascensão das mulheres na academia. Regionalidade, classe social e/ou caracterização étnico-racial, muitas vezes, fazem estas mulheres se sobressaírem em relação às mulheres que estão inseridas em outros contextos sociais.

Como visto anteriormente, as concepções hegemônicas de gênero influenciam diretamente

no campo científico, mas este não é o único fator que impacta culturalmente o ingresso e a progressão das mulheres. É imprescindível que se considere as divisões políticas, sociais e culturais em que as pesquisadoras estão inseridas, imbricadas a alguns marcadores sociais da diferença - classe, raça e etnia.

No Brasil, as dificuldades que as mulheres enfrentaram em relação aos direitos de instrução escolar, teve colaboração do processo de colonização existente no país. As culturas transpostas de Portugal para o Brasil consideravam as mulheres como seres subalternos, que não deveriam ter acesso ao aprendizado da leitura e escrita. As imigrações internacionais, como também o aumento da demanda econômica do país, nessa época, reivindicaram que existisse acesso à educação de homens e mulheres (RIBEIRO, 2000; BELTRÃO; ALVES, 2009).

Aragão e Kreutz (2010) relatam que na primeira metade do século XIX foi que as instituições começaram a se preocupar e querer incluir as mulheres na educação brasileira. Porém, o conteúdo que era disseminado nas aulas era voltado para a moral e os bons costumes, que se dirigia ao papel social de boa mãe e boa esposa que as mulheres deveriam exercer. Ainda reforçam que as mulheres eram instruídas a terem uma educação restrita para o lar, ao aprender atividades que “[...] possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos” (p. 109).

Ribeiro (2000) destaca que a tradição cultural de subordinação das mulheres em relação aos homens também sofria fortes influências das igrejas. Por meio dos dogmas religiosos, as evangelizações tinham o intuito de atestar a autoridade máxima para o Estado e a Igreja, que tradicionalmente são lideradas por homens brancos. É importante ressaltar que esse contexto de acesso à educação básica das mulheres era privilegiadamente voltado para as mulheres brancas, enquanto as mulheres negras viviam em situações de vulnerabilidade e exclusão social. Segundo Sueli Carneiro (2009), o marcador social “raça” reproduziu gêneros marginalizados, tanto em relação às mulheres negras como também em relação às masculinidades subalternizadas, os homens negros. Conforme a autora, o “racismo rebaixa o *status* dos gêneros” (SUELI CARNEIRO, 2009, p. 119). Como relata Schiebinger (2001), o acesso à educação dependia dos diversos contextos sociais em que as mulheres estavam inseridas, o que reforça a marginalização e subordinação das mulheres negras nessa época.

As mulheres não brancas, que viviam na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos, começaram a contestar o modelo do “ser mulher”, do feminino universal na perspectiva de gênero, no final da década de 1970. Essas reflexões encorajaram as feministas não brancas a se afastarem

do movimento feminista liberal, refletindo sobre os traços e aspectos que as mulheres tinham em comum, cada uma dentro do seu contexto social. A reflexão sobre os modelos do que é “ser mulher”, nessa época, causou um desencantamento nas mulheres não brancas, que se reverteu em incluir também as suas experiências de exclusão, discriminação e opressão para que fossem desenvolvidas suas próprias perspectivas a respeito do conceito de gênero e feminismo com base no racismo. Elas constataram que a perspectiva que o movimento feminista tradicional tinha a respeito dos aspectos de gênero para tratar das problemáticas femininas não abarcava as outras identidades de mulheres da sociedade, que eram marcadas pelas categorias de raça, classe e sexualidade. Essa perspectiva do feminismo liberal contribui para o apagamento e invisibilidade das mulheres não brancas na sociedade, principalmente na ascensão de *status* social, que é promovido pelo acesso à educação (CALDWELL, 2000).

Segundo Kia Caldwell (2000), o Brasil caminhou, e ainda caminha, em passos lentos para a discussão sobre o feminismo a partir de um viés interseccional de raça e gênero, devido a não incorporação dos debates de raça/etnia nos estudos de gênero nos textos acadêmicos, até a contemporaneidade. Inicialmente os trabalhos de mulheres não brancas norte-americanas foram traduzidos para o português, promovendo *insights* no desenvolvimento da ciência nos estudos de gênero, a exemplo do texto de bell hooks, intitulado “Intelectuais negras”, publicado em 1995 na “Revista Estudos Feministas”.

bell hooks (1995) relata como foi a sua construção intelectual enquanto mulher negra apresentando os seus percalços desde a infância até a juventude. A intelectual relata que se sentiu perseguida durante anos pela sua família e pela sociedade, pois “[...] ser demasiado inteligente era sinônimo de intelectualidade e isso era motivo de preocupação sobretudo se se tratasse de uma mulher” (p. 465). Para bell hooks, a intelectualidade não era um *status* social ou uma vaidade, mas, sim, um mecanismo de sobrevivência, pois ela tinha consciência de que somente os estudos poderiam oferecer recursos econômicos para viver. Permitir-se ser uma intelectual era adentrar na sua própria realidade e compreender os mecanismos que faziam as pessoas negras viverem em situação de vulnerabilidade social.

Aproveitando a perspectiva da discussão de raça e gênero advinda dos Estados Unidos e suas intelectuais, é importante ressaltar que a realidade social norte-americana para mulheres negras difere do que se é vivenciado no Brasil. Tal contexto reflete na exclusão de mulheres negras nos espaços públicos, se estendendo, inclusive, nas instituições de ensino superior. Dessa forma, o

machismo e o racismo estrutural operando juntos, alocam as mulheres negras para as margens da sociedade, intensificando as desigualdades sociais e impedindo que as mulheres negras obtenham sucesso na carreira profissional e científica.

Nos anos de 1980, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez, na sua antologia denominada “Lugar de Mulher”, traz luz para a discussão racial nos estudos feministas, alertando que as feministas liberais traziam para o debate de gênero apenas aspectos de gênero e classe, o que “neutralizava” as discussões raciais na área. Pode-se destacar também as intelectuais Sueli Carneiro e Thereza Santos na obra “Mulher Negra”. As autoras denunciaram que as estatísticas a respeito da vivência das mulheres negras eram insuficientes no país, principalmente porque os dados coletados na década de 1970 ainda não haviam sido disseminados pelo país, o que contribui para a falta de informação a respeito da situação e inserção das mulheres negras em diversos âmbitos sociais. Além disso, o livro contribui diretamente para a análise e comparação entre as realidades sociais entre mulheres negras e brancas e como essa situação tem gerado conflitos na sociedade (CALDWELL, 2000).

Essa situação da falta de acesso ao ensino básico das mulheres, principalmente das mulheres negras, se intensificou principalmente no ensino superior. A respeito dessa desigualdade, Beltrão e Alves (2009) trazem o conceito de hiato de gênero imbricado no contexto da educação brasileira no século XX. Para a autora e o autor, o hiato de gênero ocorre quando existem diferenças drásticas em relação aos níveis de escolaridade entre homens e mulheres. O hiato de gênero na educação brasileira, no século XX, se deu devido às taxas de alfabetização e educação básica dos homens serem superiores aos das mulheres. Essa desigualdade não é decorrente de questões biológicas, mas devido às construções sociais e históricas que as mulheres vivenciaram.

Conforme Beltrão e Alves (2009), no final do século XX, nos anos de 1990, as mulheres brancas superaram os níveis educacionais em relação aos homens. Alguns eventos já vêm debatendo a respeito do hiato de gênero na educação brasileira, como a Conferência da Mulher, Fórum Mundial de Educação e as Metas do Milênio, que são promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo desses eventos foi debater sobre as desigualdades sociais entre os gêneros, que alocam as mulheres para um *status* de vulnerabilidade. Eliminar as barreiras e discriminações em relação às mulheres no campo educacional e profissional promove autonomia econômica e propicia liberdade e empoderamento para as mulheres.

A presença das mulheres negras nos espaços públicos de poder também tem sido

investigada pela ciência. Essas pesquisas têm o intuito de compreender como procedem as relações de gênero e raça/etnia para o acesso das mulheres às universidades brasileiras. As desigualdades sociais, que impactam no acesso à educação superior no Brasil, são consequência das diferenças entre pretos e brancos, ricos e pobres, homens e mulheres.

Nesse contexto, os homens brancos e ricos são considerados detentores de poder e de conhecimento, o que reforça mais ainda a subalternização das mulheres, que são vistas enquanto esposas e mães, em papéis sociais voltados para o âmbito privado. Apenas as mulheres brancas eram vistas enquanto “boa mãe”, “boa esposa”, vistas como detentoras da sensibilidade feminina, moralidade e bons costumes. As mulheres negras eram exploradas, “trabalhadoras nas casas das ‘mulheres brancas instruídas’, chegavam em casa e tinham o dinheiro tomado por ‘maridos ociosos’, bastante ofendidos porque não havia ‘comida pronta dentro de casa’” (AKOTIRENE, 2019, p. 18). Além de tudo, eram submetidas a trabalho braçal, enquanto as mulheres brancas exerciam funções de mãe com a responsabilidade pelo âmbito doméstico (AQUINO, 2015).

A participação das mulheres no ensino básico brasileiro, nas escolas privadas, era restrita às mulheres brancas, filhas de empresários ricos e ocorreu em meados do século XIX. Apenas em 1880, na Escola Normal, localizada na corte do Rio de Janeiro, é que as mulheres começam a ocupar o ensino público. Após concluir os estudos, as mulheres, em geral, se tornaram instrutoras de educação primária para as crianças e adolescentes de classe pobre. Essas escolas foram criadas pelos próprios negros para que suas/seus filhas/os fossem alfabetizadas/os, evidenciando a preocupação das pessoas negras com a educação e alfabetização na metade do século XIX (AQUINO, 2015).

D. Pedro, ainda no século XIX, concedeu às mulheres o acesso ao ensino superior, mas, independentemente disso, com muitas restrições em relação à classe social e econômica em que as mulheres estavam inseridas. O ingresso das mulheres nas instituições de ensino superior se deu no final do século XIX. Algumas literaturas, como a de Eva Blay e Rosana Conceição (1991), apontam que esse processo iniciou-se na Faculdade de Medicina na Bahia, em 1887. Já outras autoras, como Schiebinger (2001), relatam que Ambrosina de Magalhães foi a primeira mulher branca a ingressar na faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, porém concluiu o curso na Bahia (ARANHA, 2006; BEZERRA, 2010). Em contrapartida, Beltrão e Alves (2009) afirmam que foi apenas em 1887 que Rita Lobato Velho Lopes acessou o ensino superior na faculdade de Medicina, tornando-se a primeira médica do país. Esses eventos abriram as portas para que outras mulheres brancas

tivessem acesso à educação superior no país.

Outro acontecimento importante que marcou a trajetória política e social das mulheres foi o direito ao voto, conquistado em 1932, no governo do ex-presidente Getúlio Vargas. Beltrão e Alves (2009) alertam que o interesse do direito ao voto para as mulheres se deu por interesses políticos, pois nessa época, apenas pessoas alfabetizadas tinham direito ao voto. As autoras frisam que somente na década de 1960 as mulheres puderam exercer a cidadania democrática. Foi nessa mesma década que as mulheres se submeteram a exames de magistério superior e disputaram vestibulares.

Se para as mulheres brancas o acesso às instituições de ensino superior foi difícil, para as mulheres negras essa dificuldade foi muito maior. No Brasil, as mudanças educacionais em relação ao acesso às universidades públicas começaram a melhorar na década de 1990. Mesmo que as mulheres brancas ingressassem em maior número nas universidades na década de 1990, apenas nos anos 2000 é que se evidencia a presença feminina nesses espaços. A pouca ocupação desses espaços de poder pelas mulheres negras se deu por uma avalanche de exclusão social causada pelo sistema patriarcal, sexista e racista, que aumenta a desigualdade social e determina o baixo nível econômico das mulheres negras, impedindo o acesso às universidades (AQUINO, 2015).

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 1999, indicam que as mulheres brancas compõem um percentual de 23,8% de ocupação nas instituições de ensino superior, enquanto as mulheres negras representam apenas 9%. Em 2003, o percentual aumentou 5%. E, mesmo com políticas públicas voltadas para a inserção de mulheres negras nos espaços educacionais de ensino superior, ainda há muito o que se resistir e buscar para equidade de raça e gênero nesses espaços, pois há bastante segregação e racismo nesses espaços.

A respeito da segregação de gênero, Olinto (2011) relata que dois tipos de mecanismos são identificados que estabelecem barreiras para que as mulheres sigam caminhos diferentes na ciência, de acordo com os estereótipos sobre as habilidades adquiridas no processo de socialização cultural de mulheres e homens. Os mecanismos a que a autora refere-se são a **segregação horizontal**, onde as mulheres são induzidas a seguirem carreiras marcadas e segmentadas por gênero e a **segregação vertical**, em outros estudos conhecida como “teto de vidro”, mecanismo mais imperceptível ao olhar do senso comum, mas que mantém as mulheres em um local de subordinação na sociedade. Esses dois tipos de segregações possuem uma conexão com duas proposições de Joan Scott (1995) sobre o conceito de gênero: uma é que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais

baseadas nas diferenças entre os sexos; e a outra, é que o gênero define as relações de poder existentes na sociedade.

No contexto da pandemia da Covid-19, as desigualdades entre os gêneros no âmbito acadêmico se intensificaram. Por mais que os homens sintam os impactos do isolamento social, as mulheres enfrentam responsabilidades desafiadoras, pois são responsáveis pela maior parte das atribuições em relação ao lar e às crianças, sentindo a carga muito mais pesada para executar o trabalho remoto. Em vez de se dedicarem à vida acadêmica e profissional, as mulheres cientistas têm distribuído o seu tempo em uma jornada tripla de trabalho, tendo que dar conta, além das suas atividades acadêmicas, da educação das crianças e das atividades domésticas.

Em um levantamento realizado pela *Parent In Science* (2020), constatou-se que apenas 8% das mulheres docentes conseguiram trabalhar remotamente, enquanto os homens na mesma ocupação correspondem à 18,3%. A situação é mais grave ao analisar o efeito do gênero imbricado à parentalidade, e com relação à raça. Das mulheres brancas que possuem filhas/os, apenas 4,4% estão conseguindo cumprir com a jornada de trabalho remoto. Em relação às mulheres negras que são mães, esse número cai para 3,4%. Já para os homens brancos com filhas/os esse número corresponde a 15,8% e os homens negros que são pais correspondem a 12,2% do total. A desvantagem das mulheres em relação aos homens é discrepante, não só na carreira docente, mas também no que tange à produtividade acadêmica.

No que concerne às/aos docentes que submeteram artigos científicos para publicação como o planejado, as mulheres negras com crianças são as que tem maior desvantagem, correspondendo à 46,5%, enquanto as mulheres brancas com filhos um percentual um pouco maior, de 47,2%, conseguiram submeter artigos para publicação. Nesse contexto, os homens negros com filhas/os equivalem a 61%, enquanto entre os negros sem filhas/os são 67,9%. Os homens brancos se beneficiam dessa estrutura racista e sexista de toda forma, pois mesmo tendo a incumbência de serem responsáveis pelas crianças, 67,2% deles cumprem com as submissões de artigos conforme o planejado. O percentual se eleva mais ainda ao analisar os homens brancos sem filhos, correspondendo à 77,3%.

Percebe-se que, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19, as mulheres sofreram maior sobrecarga, e não só no âmbito acadêmico, mas também em todas as esferas sociais. Pode-se supor que as responsabilidades domésticas são divididas de maneira desigual, o que acarreta em inúmeras consequências desvantajosas para as mulheres. Se levarmos em consideração

que algumas mulheres são mães monoparentais, o cenário é muito mais cruel, pois além de todas as demandas domésticas, de cuidado com as crianças e dedicação ao trabalho, ainda há sobrecarga da responsabilidade financeira.

Em síntese, o tópico apresentou um breve panorama sobre os contextos históricos e culturais das mulheres na ciência, assim como levantou problemáticas e questionamentos acerca das dificuldades e lacunas que as mulheres têm enfrentado e resistido ao longo da história até a contemporaneidade, levando em consideração os marcadores sociais de gênero e raça/etnia. A seguir, o subtópico apresenta como se instituiu e como são delineados os estudos de gênero na CI.

3.1 MULHERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Mesmo que de maneira tímida, percebe-se que a CI tem crescido exponencialmente no que se refere aos estudos de gênero sobre mulheres. As mulheres têm se destacado por serem produtoras de conhecimento e usuárias de informação. Em pesquisa realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) em 2022, foram recuperadas 557 pesquisas com o descritor “gênero”; 177 pesquisas com o descritor “mulher”; e 55 estudos com o descritor “feminismo”.

Maria Mary Ferreira (2003) relata que os estudos de gênero ainda não estavam solidificados na área durante os anos 2000, principalmente se vinculado às questões sociais da Biblioteconomia. A área ainda não assumia um caráter revolucionário, que fosse responsável pelas transformações sociais, no que se refere à desigualdade de gênero, investigando e mencionando os motivos pelos quais ainda há a desvalorização das mulheres, tanto no âmbito científico, quanto na CI. A autora chama a atenção para a importância dos/as profissionais da informação discutirem e repensarem sobre as relações de gênero que permeiam toda a sociedade.

Do mesmo modo que as outras áreas, como a Sociologia e a História que têm trazido de maneira mais efetiva esses debates, é necessário que a CI potencialize a problematização sobre as desigualdades de gênero na sociedade, aprofundando pesquisas com a interface mulheres e informação. Elisabeth Martucci (1996) trouxe a discussão a respeito da feminização do campo da Biblioteconomia desmistificando o porquê que as mulheres, ao longo dos anos, têm se tornado bibliotecárias/profissionais da informação. A autora comparou a carreira das professoras de magistério do século XIX, com características indispensáveis para o exercício profissional: disciplina, submissão, trabalho sem tréguas, lealdade e pureza. Da mesma forma, levando em consideração o contexto histórico do magistério, a feminização da Biblioteconomia se encaixa na

mesma perspectiva, pois “o agir” dessas/es profissionais da informação era instruir jovens e crianças que tinham acesso às bibliotecas escolares. Algumas exigências para a profissão também são elencadas, como: espírito de ordem, necessidade constante de educação, afabilidade no trato, tolerância e condições físicas. Percebe-se, então, a semelhança existente entre as “virtudes” e “atributos” exigidos às mulheres da época, como também das/os profissionais da informação.

Gracy Kelli Martins e Gisele Côrtes (2020) apontam que, historicamente, as mulheres na Biblioteconomia são protagonistas devido a sua participação expressiva na área, contudo são alvos de invisibilidade, principalmente quando algumas abordagens evidenciam os homens como responsáveis pelas descobertas e pelos feitos. Segundo as autoras, inserir as mulheres na área foi marcado por interesses sexistas e opressores. Porém, algumas mulheres que formaram a Biblioteconomia também fizeram parte da construção da CI, tanto na consolidação de alguns Programas de Pós-Graduação, como também na ANCIB. Conforme as autoras, durante a trajetória da ANCIB, contou-se com 58 pesquisadoras/es envolvidas/os diretamente na diretoria da Associação. Desses, 40 são mulheres e 18 são homens. A diretoria conta com os cargos de presidenta/e, tesoureira/o, secretária/o geral, secretária/o, representante docente e discente. As pesquisadoras apontam que, das 40 mulheres que compuseram a diretoria da ANCIB, 25 possuem graduação em Biblioteconomia, o que reforça a influência das mulheres bibliotecárias na consolidação da CI, ocupando um lugar legítimo e assumindo uma posição de liderança.

Em pesquisa mais recente, realizada por Mariana Xavier e Nair Kobashi (2019), as autoras constataam que os estudos sobre mulheres na CI vêm se expandindo nos últimos anos, o que pode ser reflexo da luta nos movimentos sociais para que a temática cresça em todas as áreas do conhecimento, bem como do terreno científico que fora semeado pelas cientistas da informação. As pesquisadoras relatam outra característica significativa dos estudos sobre mulheres: contrastar as atuais concepções sobre o público feminino com novas ideias e construção de conhecimento. Ainda assim, por meio do referencial teórico, as autoras afirmam que existe um abismo de desigualdades entre homens e mulheres no âmbito científico.

A respeito das mulheres que constituem a área e discutem sobre os aspectos de gênero na CI, pode-se destacar Gilda Olinto, Jacqueline Leta, Gisele Côrtes, Mirian Aquino, Patrícia Espírito Santo, Giulia Crippa, Mary Ferreira, Leyde Klébia Silva, Aurekelly Silva, Maria Cristiana Luciano, dentre outras. Maria Cristiana Luciano (2021), em sua pesquisa de mestrado, contabilizou que dentre os 4.508 trabalhos publicados no ENANCIB, apenas 58 versam sobre a temática mulher,

gênero e feminismo. O estudo levou em consideração os GTs do evento, durante os anos de 1994 a 2019. Os 58 trabalhos publicados no ENANCIB foram elaborados por 76 pesquisadoras/es, e dessas/es pesquisadoras/es, 57 são mulheres, o que corresponde a um percentual de 75% do total.

As pesquisadoras vêm demonstrando a importância da temática, com vistas à desnaturalização das desigualdades de gênero na área. Discutir sobre mulheres no campo da CI a partir de um viés interseccional ainda é incipiente, porém algumas pesquisas já abordam sobre a temática, levando em consideração os marcadores sociais de raça e classe, que atravessam e marcam as vivências das mulheres enquanto seres plurais; entretanto há muito o que avançar nesses aspectos.

Patrícia Espírito Santo (2008) afirma que as mulheres constituem um grande público consumidor de informações e faz-se necessário abordar sobre a desigualdade de gênero também na esfera científica e, sobretudo, na CI. Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas sobre mulheres, além de fomentar o conhecimento de direitos e a valorização do percurso histórico das mulheres, visibilizam o dispositivo informação enquanto um bem simbólico, capaz de transformar realidades sociais. Gisele Côrtes e Gracy Kelli Martins (2020) afirmam que a ciência é um campo de poder e toda a trajetória das mulheres fomenta discussões e reflexões a fim de desconstruir os princípios pautados na neutralidade e nas teorias consideradas universais.

Desde 1995, a pesquisadora Gilda Olinto tem se debruçado sobre os estudos acerca das mulheres na ciência. No momento, a autora investiga sobre a equivalência de gênero nas disciplinas de Ciência e Tecnologia, quanto ao ingresso e progressão na ciência e ao uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), desde a análise do desempenho escolar nas disciplinas de exatas e humanas das meninas e meninos, por meio do debate sobre gênero, ao desempenho nas pesquisas em instituições de ensino superior.

A respeito das produções científicas sobre mulheres, pode-se enfatizar os trabalhos apresentados no Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Em pesquisa de mestrado realizada por Maria Cristiana Félix Luciano (2021), constatou-se que, entre os anos de 1994 e 2019, 58 trabalhos versam sobre o tema, incluindo artigos em comunicações orais, resumos expandidos e pôsteres, no qual as mulheres correspondem a 77% de autorias e coautorias e os homens a 23% de participação nos trabalhos.

Os resultados da pesquisa de Maria Cristiana Luciano (2021) demonstram que a perspectiva

de crescimento da área é através da produção científica das mulheres sobre mulheres na área, e consequentemente outras pesquisas crescerão exponencialmente por meio desses estudos, que também são frutos de pesquisas de mestrado e doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

A respeito de quem está produzindo sobre mulheres no ENANCIB, Maria Cristiana Luciano (2021) destaca que Gisele Côrtes é a que mais se destaca em relação às publicações científicas no evento, com 8 trabalhos em coautoria, o que demonstra que as suas publicações são frutos de outras pesquisas desenvolvidas no âmbito dos PPGCIs e abre espaços para que outras pesquisadoras possam disseminar conhecimento a respeito dos estudos de gênero no evento. Em seguida, destaca-se a pesquisadora Gilda Olinto, com 5 publicações sobre mulheres na área. Dentro dessa perspectiva, Maria Cristiana Luciano (2021) aponta que Gilda Olinto foi a primeira pesquisadora a publicar sobre gênero no ENANCIB, e que

[...] abriu novos horizontes para que outros (as) pesquisadores (as) encontrassem na Ciência da Informação, como um campo científico tão vasto, um espaço para discutir e protagonizar conscientemente conteúdos informacionais sobre questões necessárias e pertinentes (LUCIANO, 2021, p. 103).

Nessa perspectiva, expandir o campo de conhecimento a respeito dos estudos sobre mulheres é uma maneira de denunciar as opressões que o sistema patriarcal exerce na atividade científica, o qual exclui as mulheres da sua construção e consolidação. Jacqueline Leta (2003) também tem se dedicado em investigar sobre a carreira científica das mulheres na ciência, levando em consideração as desigualdades de gênero que permeiam o âmbito acadêmico.

Durante a pandemia do coronavírus e devido às medidas sanitárias de isolamento para a não circulação do vírus Sars-Cov-2 não foi possível promover o ENANCIB no ano de 2020. Portanto, em 2021, o ENANCIB ocorreu no formato remoto, com a temática “50 anos de Ciência da Informação no Brasil: saberes, diversidade e transformação social”. Nota-se, pela própria temática, que o ENANCIB tem caminhado para potencializar a perspectiva da responsabilidade social das/os cientistas da informação. A seguir, apresento os trabalhos apresentados no ENANCIB (2021) que tratam sobre a perspectiva de gênero, utilizando, para recuperação dos textos, os descritores “gênero”, “mulher” e “feminismo” nos títulos dos artigos.

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

- As tranças resistem: feminismo negro e epistemologia social a partir das trajetórias de

vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. - Leyde Klebia Rodrigues da Silva e Gustavo Silva Saldanha;

- Aspectos históricos acerca da presença do feminino na Biblioteconomia brasileira. - Ana Laura Silva Xavier e Deise Maria Antonio Sabbag.

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

- Mediação da informação na Universidade Livre Feminista: uma metodologia em favor do protagonismo social das mulheres. - Joelma da Silva Oliveira e Gisele Rocha Côrtes;
- Mulheres no espaço público: a mediação da informação no processo de conquistas sociais. - Beatriz de Oliveira Benedito, Marcela Arantes Ribeiro e Luana Maia Woida;
- Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da Casa das Mulheres da Maré no Rio de Janeiro. - Priscila Rufino Fevrier e Rodrigo de Sales;
- Mediação da informação e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher: pesquisa participativa em Bauru. - Tamara de Souza Brandão Guaraldo, Célia Retz Godoy dos Santos e Daniele Mendes de Melo;

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

- A formação de mulheres empreendedoras para o protagonismo social: entrelaces da gestão e a mediação da informação. - Dâmaris Queila Paredes Oliveira Domiciano, Lucilene Klenia Rodrigues Bandeira e Raquel do Rosário Santos.

GT 5 – Política e Economia da Informação

- A violência contra a mulher na perspectiva dos regimes de informação: uma análise sobre o machismo a assistentes digitais. - Denise Braga Sampaio, Gracy Kelli Martins, Gisele Rocha Côrtes e Denyson Mota.

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

- Competência em informação e empoderamento de mulheres. - Eliane Pellegrini, Elizete Vieira Vitorino e Karolyna Marin Herrera.
- Parentalidade na Ciência da Informação: interseccionalidades entre o feminino, o cuidado, a ciência e a pandemia. - Ana Carolina Simionato Arakaki, Ariadne Chlöe Furnival, Camila Carneiro Dias Rigolin, Leticia Azevedo Januário e Luciana de Souza Gracioso
- Estereótipos e segregação de gênero na opção por C&T: pesquisa com estudantes do ensino médio do Colégio Pedro II. - Gabriel Teixeira, Gilda Olinto e Patrícia Mallmann

SP.

- Conhecimento, desenvolvimento humano e a violência contra as mulheres: interseções entre a lei das bibliotecas escolares, a Lei Maria da Penha e a agenda 2030. - Carla Maria Martellote Viola, Andréa Doyle Louzada de Mattos Dodebei Aymonin e Bruna Nascimento Rodrigues da Silva;
- Justiça para quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. - Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Nathália Lima Romeiro, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves.

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

- As mulheres na produção tecnológica da UFRGS: abordagem patentométrica. - Fernanda Bochi Santos, Felipe Grandó Brandão, Rene Faustino Gabriel Junior e Ana Maria Mielniczuk de Moura.
- Visibilidade dos trabalhos das mulheres na Ciência da Informação brasileira: um estudo da produção e citação. - Francielle Franco dos Santos, Maurício Coelho da Silva, Leila Morás Silva, Laura Regina do Canto Leal, Rene Faustino Gabriel Junior.

GT 8 – Informação e Tecnologia

- Fusão de dados e informações na prevenção da violência contra a mulher. - Cineia Josefina Rocha, Fabio Eder Cardoso, Leonardo Castro Botega e Cecilio Merlotti Rodas.

GT 10 – Informação e Memória

- Espaços de Memória e identidade no *Instagram* de coletivos feministas. - Anna Raquel de Lemos Viana e Izabel França de Lima.

Como visto anteriormente, o levantamento acerca dos estudos de gênero e mulheres no XIX ENANCIB ainda é muito incipiente, porém as pesquisas, assim como a CI, possuem um caráter interdisciplinar e percorrem outros âmbitos de pesquisas científicas. Nota-se que dos 714 trabalhos apresentados no ENANCIB, apenas 17 trabalhos tratam sobre a temática de gênero, o que corresponde a menos de 3%. Em relação aos GTs, conforme apresentado, o GT 9 (Museu, Patrimônio e Informação), o GT 2 (Organização e Representação do Conhecimento) e o GT 11 (Informação e Saúde) não tiveram nenhum trabalho publicado sobre os estudos acerca de mulheres, o que demonstra a necessidade que esses GTs possam acolher pesquisas a respeito das temáticas de gênero, mulher e feminismo.

Apesar da incipiência de trabalhos sobre mulheres nos GT's do ENANCIB em 2019, é

importante ressaltar o grande avanço que a área tem tido. A criação do GT 12, que tem como coordenadora a Profa. Dra. Izabel França, que atualmente é professora associada no departamento de Ciência da Informação da UFPB e coordenadora do PPGCI/UFPB; e líder do grupo de pesquisa Inclusos. A vice-coordenadora, a Profa. Dra. Maria Aparecida Moura, é professora titular da UFMG e diretora da Universidade dos Direitos Humanos na mesma instituição; atua nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social e no PPGCI/UFMG. Integra os grupos de estudos Colaboratório de pesquisas e práticas sobre Folksonomia e Sistemas Híbridos de Organização do Conhecimento (#FOLKCoLAB) e Coragem. O GT 12 tem como proposta ser um espaço de diálogos e apresentações de trabalho sobre os estudos de gênero, diversidade, estudos étnico-raciais e a teoria feminista vinculados com o fenômeno informacional, sendo uma significativa conquista no que tange às pesquisas sobre sujeitos subalternizados e resistências.

Por fim, destacam-se algumas produções científicas a respeito das temáticas de mulheres e ciência publicadas no ENANCIB. O primeiro artigo é de autoria de Maria Ivonete Nascimento e Eliane Oliveira (2019), vinculado ao GT 1, intitulado “Mulher e gênero na produção científica da Ciência da Informação”. Leilah Bufrem e Ana Lúcia Oliveira (2019) publicaram o artigo “Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2009-2018)”. Em uma perspectiva interseccional de raça e gênero articulado à perspectiva científica, foi possível recuperar o texto de Franciéle Carneiro Silva et al. (2019), vinculado ao GT 11, com o título “A saúde da mulher negra em foco: análise da produção científica na BDTD”.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Eles e seus patronos têm interesse em jogar areia em nossos olhos. Eles contam fábulas sobre a objetividade e o método científico para estudante nos primeiros anos de iniciação, mas nenhum praticante das altas artes científicas jamais seria apanhado pondo em prática as versões dos manuais (DONNA HARAWAY, 1995, p. 9).

A ciência é uma prática de busca da compreensão da subjetividade coletiva, do cotidiano dos indivíduos e do destino humano. O objeto de estudo das ciências sociais é histórico e caracteriza as questões sociais como provisórias, dinâmicas e específicas (MINAYO, 2009; LAVILLE, 1999). Assumir pesquisas sobre relações de gênero, mulheres e feminismo é um ato político e requer uma ciência posicionada. Os aspectos sociológicos, epistemológicos e éticos são intrínsecos à pesquisa, desde a escolha do tema até a execução do plano de trabalho (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A metodologia feminista não é algo imutável, mas um espaço de construção de saberes e de conhecimentos, que dá voz às práticas críticas da ciência. Não pode ser considerada um método imparcial, porque é comprometida com as transformações de realidades sociais (HARAWAY, 1995). A seguir, serão descritos os caminhos e percalços para a construção desta pesquisa.

4.1 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

No que diz respeito à natureza, trata-se de uma pesquisa **exploratória, documental e bibliográfica**. De acordo com Gil (2008), as pesquisas exploratórias possibilitam promover a visibilidade de um tema pouco explorado em determinada área e expõem a necessidade de que outros estudos possam se desenvolver devido a algumas inquietações. Inicialmente, desenvolvem-se por meio de buscas por teses e dissertações nos repositórios institucionais.

Já a pesquisa documental se caracteriza como uma fonte de informação (RODRIGUES, 2007) e foi feita na *Plataforma Lattes*, com o intuito de verificar quem são as/os pesquisadoras/es, descrever as informações acerca de sua formação acadêmica - desde a graduação até o presente momento – a atuação profissional e/ou acadêmica, e a titulação.

Quanto à pesquisa bibliográfica, para construir o aporte teórico desta pesquisa, recorreu-se a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e ao repositório Benancib, onde estão indexados os trabalhos apresentados no ENANCIB. Para o desenvolvimento desta pesquisa, o método foi alicerçado em uma abordagem quanti-qualitativa (MINAYO; SANCHES, 1993) que,

segundo a autora e o autor, não podem se desvincular nem serem vistas como metodologias opostas.

4.2 1ª FASE DA COLETA DOS DADOS: REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

O termo ‘repositório institucional’ é utilizado com frequência no ambiente acadêmico. Porém, antes de explorá-lo como campo empírico de pesquisa, é imprescindível que sejam elucidados sua função e seu conceito. Leite (2009) ressalta que, para se aproximar do conceito e da finalidade dos repositórios institucionais, é essencial saber o que são os “repositórios digitais”. Ele refere que os repositórios digitais são vias alternativas para comunicação científica que, a depender do seu objetivo, se adaptam para atingir seu escopo. Nesta pesquisa, são abordados os repositórios institucionais, que, segundo o autor, são voltados para a produção intelectual de institutos de pesquisa.

Por meio de uma busca realizada na Plataforma Sucupira³, identificou-se 17 PPGCIs acadêmicos de mestrados e doutorados existentes no Brasil, que serão apresentados na análise de dados. A execução da fase exploratória possibilitou recuperar o *corpus*⁴ empírico da pesquisa nos repositórios institucionais. O percentual de dissertações e teses das temáticas gênero, mulher e feminismo foi extraído a partir desse levantamento realizado nos repositórios institucionais em que o PPGCI está vinculado. Foram levantados alguns dados, como: a quantidade e quais as pesquisas desenvolvidas, levando em consideração o ano e o PPGCI; o gênero das/os pesquisadoras/es, com vistas a fim de extrair o percentual entre mulheres e homens que pesquisam e orientam pesquisas sobre mulher, gênero e feminismo; e outros dados, como a vinculação institucional, a atuação profissional e/ou acadêmica, a titulação, o objetivo da pesquisa, o método aplicado, o campo de pesquisa e os conteúdos informacionais das análises de dados das dissertações e teses.

Em geral, os repositórios utilizam o mesmo programa para recuperação de produções acadêmicas, o *DSpace*. Sendo assim, a busca pelas dissertações e teses nos repositórios seguiram a mesma logística. A seguir, quatro passos que foram fundamentais para recuperação dos documentos: (1) a pesquisa iniciou-se selecionando a área do conhecimento em que o PPGCI está

³ A Plataforma Sucupira é o local de registro informacional sobre as coletas acerca dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) de instituições públicas e privadas do país. Para saber mais: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

⁴ Denomina-se *corpus* de uma pesquisa uma coleção de estudos de informações sobre determinado tema (COSTA, 2015).

localizado; (2) alguns filtros ficaram disponíveis para definir o centro, departamento ou faculdade em que o PPGCI está inserido; (3) foi possível selecionar o Programa, e em alguns casos, optar pelo nível do curso (mestrado ou doutorado); (4) por último, foi possível inserir os descritores “mulher”, “gênero” e “feminismo” no campo “assunto”, utilizados nesta pesquisa para recuperação das dissertações e teses.

4.3 2ª FASE DA COLETA DOS DADOS: *PLATAFORMA LATTES*⁵

A segunda fase da coleta dos dados foi realizada na Plataforma Lattes, no currículo *lattes* das/os pesquisadoras/es. Os dados foram coletados em meados de maio de 2021 e tabulados no programa *Microsoft Office Excel* para a construção dos gráficos e quadros. O currículo *lattes* contém os dados e os metadados a respeito de todo o histórico de produções, atuações acadêmicas e profissionais das/os pesquisadoras/es. No que se refere a esta pesquisa, como apresentado no objetivo específico “b”, foram recuperadas informações como formação acadêmica - desde a graduação até o último título acadêmico - a titulação, a atual vinculação institucional e sua atuação profissional e/ou acadêmica.

4.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Devido ao acentuado volume de documentos indexados nos repositórios institucionais, o processo de recuperação das teses e das dissertações tornou-se dificultoso. Para que as investigações sejam mais precisas, a estrutura de busca para recuperar teses e dissertações deve apresentar uma opção para selecionar e inserir filtros de busca. Cabe à/ao pesquisadora/or optar por só pesquisar no departamento e/ou no centro em que os programas estão inseridos, o que, nesta pesquisa, não foi possível em um primeiro momento – novembro de 2020 –, visto que o campo era algo recente e desconhecido para a pesquisadora. Além das dificuldades supracitadas, os repositórios institucionais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) estavam em manutenção, o que impediu o acesso ao sistema.

Em uma segunda busca mais recente, em maio de 2021, os documentos foram recuperados por meio de alguns atalhos mais visíveis nas bases de pesquisa. Ainda assim, houve dificuldade no

⁵ Sistema de currículos virtual, criado e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em que se integram as bases de dados curriculares, grupos de pesquisa e instituições em um único sistema de informações das áreas de Ciência e Tecnologia atuando no Brasil. Para saber mais: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/plataforma-lattes-chega-um-milhao-de-curriculos-4159756>. Acesso em: 1 jul. 2021.

acesso ao repositório institucional da USP, pois existem duas formas de acessar as teses e as dissertações: por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), em que não foi possível visualizar um campo de pesquisa nem selecionar o centro e o departamento para fazer uma pesquisa mais precisa; e por meio do Repositório da Produção da USP, onde os termos “mulher”, “gênero” e “feminismo” foram inseridos no campo junto a “ciência da informação”. Assim, a pesquisa foi encaminhada para outra página *web* e foi possível filtrar pela sigla do Centro de Documentação e Biblioteconomia (CDB), em que o PPGCI/USP se localiza.

Em quase todas as buscas, o que se recuperou foi além do recorte de pesquisa, em que as dissertações e as teses recuperadas tratavam de assuntos diversos que nada tinham a ver com a temática. Esses pontos mencionados partem de uma dificuldade em relação à arquitetura da informação e à dinâmica de busca nos repositórios. A seleção dos dados se deu a partir de uma leitura do resumo da dissertação ou tese, e assim, caso a pesquisa se enquadrasse no recorte das temáticas mulher, gênero e feminismo, aquele documento passava a fazer parte da amostra da pesquisa. Para além dos dados coletados nas dissertações, foram apresentadas as linhas de pesquisa de cada programa, para se compreender bem a perspectiva de cada programa acerca das áreas de concentração de pesquisa no mestrado e no doutorado.

Depois que os dados foram coletados nos repositórios, foi construído um quadro contendo o ano de defesa, o título, a vinculação institucional, a orientação, a linha de pesquisa da tese ou da dissertação, a metodologia e o campo de pesquisa. Outros pontos referidos nos quadros para controlar os dados da pesquisa foram a disponibilidade no repositório institucional e o *link* para acesso – itens que foram analisados pela autora.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão apresentados os dados coletados nas dissertações e teses recuperadas ao longo da pesquisa, referentes ao percentual levando em consideração o programa em que a pesquisa foi defendida, o ano de defesa, a autoria, a orientação, os métodos utilizados e o campo de pesquisa utilizado no desenvolvimento dos estudos. As dissertações e teses serão apresentadas nos quadros, por programa e em ordem cronológica e, logo após, serão descritas nas subseções.

A seguir, o quadro 1 apresenta as instituições que possuem os PPGCIs, com o ano de criação de mestrado e doutorado.

Quadro 1 – Relação das instituições que possuem PPGCIs acadêmicos e o ano de criação do mestrado e do doutorado

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ano de criação	
	Mestrado	Doutorado
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	1970	1994
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	1976	1997
Universidade de Brasília (UnB)	1978	1992
Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Câmpus Marília (UNESP)	1998	2005
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1998	2012
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2000	2013
Universidade de São Paulo (USP)	2006	2006
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2007	2012
Universidade Federal Fluminense (UFF)	2009	2014
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2009	2017
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2012	2018
Universidade Federal do Ceará (UFC)	2016	Não possui
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	2016	Não possui
Universidade Federal do Pará (UFPA)	2017	2018

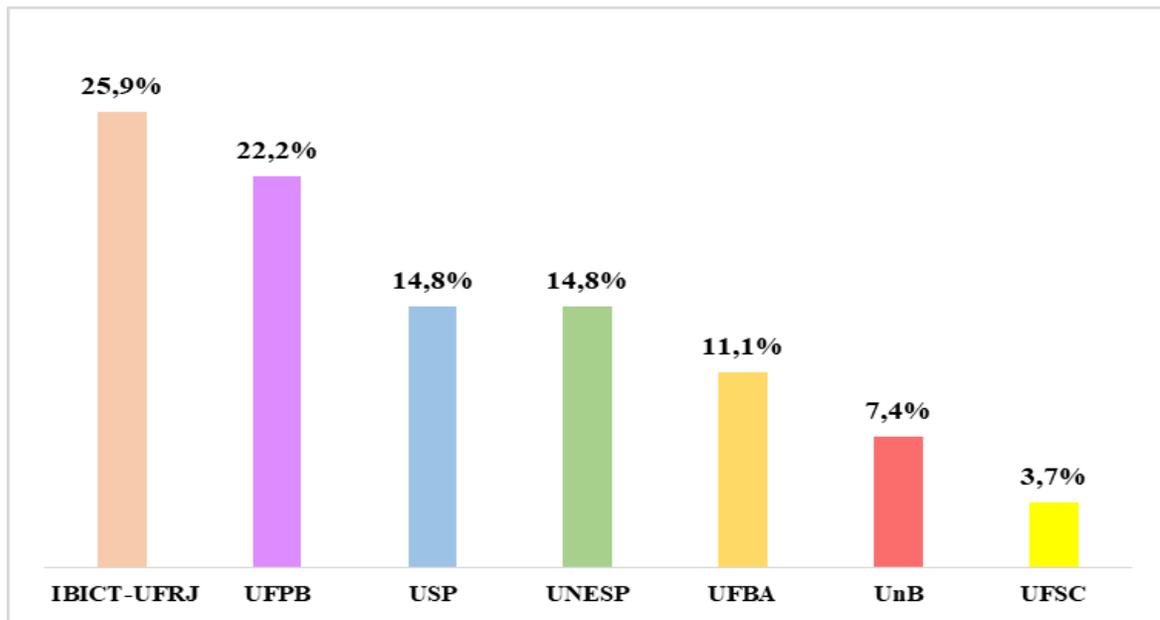
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	2019	Não possui
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2019	Não possui
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2018	Não possui

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao finalizar a coleta de dados, percebeu-se uma escassez de dissertações e teses que abordam as temáticas “mulheres”, “gênero” e “feminismo”. No total foram 35 pesquisas de mestrado e doutorado, sendo 27 dissertações e 8 teses, defendidas nas seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Câmpus Marília (UNESP); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É importante ressaltar que os repositórios não disponibilizam o quantitativo geral das dissertações e teses que estão indexadas e que são pertencentes aos programas para que se pudesse analisar proporcionalmente a quantidade geral das dissertações e teses defendidas e publicadas nas redes em relação às pesquisas que abordam os estudos de gênero.

5.1 DISSERTAÇÕES SOBRE AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, MULHER E FEMINISMO

Apresenta-se, a seguir, o gráfico 1, com o percentual das dissertações defendidas por instituição e, em seguida, a relação das dissertações publicadas nos repositórios, junto aos dados referentes à instituição a que o programa pertence, o ano de defesa, a autoria e a orientação.

Gráfico 1 – Percentual das dissertações sobre mulher, gênero e feminismo defendidas por instituição

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao todo foram recuperadas 27 dissertações sobre a temática. Os percentuais apresentados no gráfico 1 representam o quantitativo das dissertações recuperadas referentes aos PPGCI: IBICT-UFRJ (25,9%), que corresponde a 7 dissertações; UFPB (22,2%) com 6 dissertações; UFBA (11,1%) com 3 dissertações; USP e UNESP (14,8%) com 4 dissertações cada; UnB (7,4%) com 2 dissertações; e a UFSC (3,7%) com 1 dissertação. A seguir, o quadro 2 com as dissertações recuperadas no corpus desta pesquisa, acompanhadas dos títulos, o ano de defesa, a autoria e a orientação.

Quadro 2 – Dissertações que abordam a temática de gênero, mulher e feminismo nos PPGCIs acadêmicos do Brasil

Gênero, ciência e contexto regional: analisando as diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2014	Elinielle Pinto Borges	Gilda Olinto
Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação

PPGCI/IBICT-UFRJ	2014	Leididaiana Araújo e Silva	Gilda Olinto
Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2018	Carla Maria Martellote Viola	Marco André Feldman Schneider
Herdeiras de Ada Lovelace: iniciativas para fomentar a participação feminina na computação no Brasil e no mundo			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2018	Deborah Abreu de Araújo	Gilda Olinto
Visibilidades na pesquisa sobre aborto induzido no Brasil: onde estão as palavras e as coisas?			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2018	Martha Maria Neiva Moreira	Rose Marie Santini
Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a <i>folksonomia</i> como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2019	Nathália Lima Romeiro	Arthur Coelho Bezerra
Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2020	Amanda C. Salomão	Gustavo Silva Saldanha
Bamidêlê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2014	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	Mirian de Albuquerque Aquino
Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT			

Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2019	Laelson Felipe da Silva	Gisele Rocha Côrtes
Práticas informacionais e a construção da competência crítica da informação: Um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2019	Daniella Alves de Melo	Edvaldo Carvalho Alves
Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2019	Maria da Conceição Davi	Joana Coeli Ribeiro Garcia
Arquitetura da informação pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2019	Michel Batista Silva	Henry Poncio Cruz de Oliveira
Asas da informação: Protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2020	Aurekelly R. da Silva	Gisele Rocha Côrtes
A Ciência da Informação no Brasil: um retrato da área através do estudo de autoria e da análise das redes de colaboração científica			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFBA	2011	Bruna S. do Nascimento	Maria Yêda F. Gomes
Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFBA	2018	Bruno Almeida dos Santos	Nídia Maria Lienert Lubisco

A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento: uma abordagem de representatividade social			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFBA	2019	Vanessa Jamile Santana dos Reis	José Carlos Sales dos Santos
As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/USP	2014	Larissa Akabochi de Carvalho	Giulia Crippa
Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/USP	2018	Mariana Xavier	Nair Yumiko Kobashi
Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet do Brasil			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/USP	2018	Carolina Ito Messias	Giulia Crippa
Construções identitárias & TICs: o caso do <i>blog</i> "Blogueiras Negras"			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/USP	2019	Thais Pereira da Silva	Marco Antônio Almeida
Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UNESP	2010	Suellen Oliveira Milani	José Augusto Chaves Guimarães
Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UNESP	2018	Gislaine I. de Matos	Ely Francina T. Oliveira

A pesquisa brasileira acerca do feminismo: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados <i>Scopus</i>			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UNESP	2019	Denise Cristina B. Fioravanti	Daniel Martinez-Ávila
A presença do feminino na biblioteconomia brasileira: aspectos históricos			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UNESP	2020	Ana Laura Silva Xavier	Deise Maria Antonio Sabbag
Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UnB	2015	Ada Suyin Sosa Solano	Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UnB	2018	Elton Mártires Pinto	Fernando César Lima Leite
Estudos de gênero na Ciência da Informação: análise dos anais do ENANCIB			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFSC	2019	Mariana Faustino dos Passos	Ursula Blattmann

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Das 27 dissertações recuperadas sobre a temática, constata-se que 23 foram defendidas por mulheres e 4 por homens, no período de 2010 a 2020. Em relação às orientações, 17 estudos foram orientados por mulheres e 10 por homens. Das mulheres, destacam-se a Profa. Dra. Gilda Olinto (IBICT-UFRJ) com 3 orientações, a Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes (UFPB) com 2 orientações e a Profa. Dra. Giulia Crippa (USP) com 2 orientações. A seguir, serão descritas as dissertações recuperadas no *corpus* da pesquisa, com base no ano de defesa em ordem crescente por instituição.

Os subtópicos foram estruturados na mesma sequência do Gráfico 1, em ordem decrescente, partindo da instituição que mais possui pesquisas de mestrado sobre a temática para a instituição que menos possui dissertações. Também serão apresentados os dados como autoria, orientação, título, instituição, metodologia utilizada e o campo empírico da pesquisa.

5.1.1 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ)

No PPGCI/IBICT-UFRJ as 2 primeiras dissertações sobre a temática gênero, mulher e feminismo foram defendidas em 2014, mas apenas em 2018 que a temática voltou para o âmbito das pesquisas de mestrado da instituição, com 3 dissertações; em seguida, em 2019, com 1 dissertação; e, até abril de 2020, 1 dissertação foi apresentada.

A dissertação intitulada “Gênero, ciência e contexto regional: analisando a diferença das docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras” da pesquisadora **Elinielle Pinto Borges**, orientanda de **Gilda Olinto**, esteve vinculada ao PPGCI/IBICT-UFRJ, e à linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”. A pesquisa foi defendida em 2014 e verificou a desigualdade de gênero nas tarefas acadêmicas dos docentes-pesquisadores da pós-graduação, como também identificou os mecanismos que reforçam as desigualdades de gênero existentes nesse âmbito. O campo explorado pela pesquisadora foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) por meio de uma análise quantitativa e qualitativa.

Também em 2014, a dissertação intitulada “Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação”, da pesquisadora **Leididaina Araújo e Silva**, orientanda de **Gilda Olinto**, foi defendida no PPGCI/IBICT-UFRJ na linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação” na qual apresentou uma versão da história do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Foram destacados os trabalhos de cinco mulheres, que são as coordenadoras/lideranças do movimento. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e, para coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas que alcançaram categorias como os dados demográficos, as vivências pessoais, caracterização das regionais, atividades desenvolvidas em cada uma das regionais e os aspectos informacionais e de comunicação interna e externa das/os membras/os, principalmente no papel

das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a articulação e preservação do movimento.

Carla Maria Martellote Viola, orientanda de **Marco André Feldman Schneider**, construiu um estudo do objeto informação sobre os direitos das mulheres debatidos na Câmara dos Deputados no Brasil. A autora traz concepções sobre o conceito de informação dentro do regime de informação e a Lei de Acesso de Informação. As temáticas são articuladas com as ações da Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres) até chegar ao contexto brasileiro, descrevendo um panorama histórico-político das mulheres no sistema político brasileiro. A dissertação, defendida e publicada em 2018 no PPGCI/IBICT-UFRJ, vinculada à linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”, intitula-se “Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados”. A pesquisa objetivou examinar quais são os temas e assuntos predominantes nas proposições que tramitam na Câmara dos Deputados com o termo “mulher” até dezembro de 2017.

Deborah Abreu de Araújo, sob a orientação de **Gilda Olinto**, publicou sua dissertação em 2018. A autora teve como proposta analisar as iniciativas criadas para fomentar a participação e representação das mulheres nos cursos e mercado de trabalho na Ciência da Computação. A pesquisa baseou-se nas evidências empíricas e teorias que versam sobre a questão de gênero, concernente às relações sócio-culturais, interagindo com as teorias das TICs. A dissertação tem como título “Herdeiras de Ada Lovelace: iniciativas para fomentar a participação feminina na computação no Brasil e no mundo” e está vinculada à linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação” do PPGCI/IBICT-UFRJ. O método utilizado para coleta de dados foi a observação participante, que iniciou-se a partir da interação entre os grupos de mulheres que ensinam as outras a programar em eventos interagindo por redes sociais. O campo da pesquisa foi o PrograMaria e o *InsideOut Project* Brasil.

Martha Maria Braga Neiva Moreira foi orientanda de **Rose Marie Santini** em 2018 e, a partir da sua dissertação, compreendeu os aspectos quantitativos da dinâmica dos estudos sobre o aborto induzido no país, devido à problemática existente acerca da temática que dificulta a coleta de informações. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo dimensionar quantitativamente os estudos na *Web Of Science*, utilizando os descritores “aborto” e “*pregnancy interrupt*”, entre os anos de 1945 e 2015. A dissertação tem como título “Visibilidades na pesquisa sobre aborto

induzido no Brasil: onde estão as palavras e as coisas?” e está vinculada à linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação” do PPGCI/IBICT-UFRJ.

Nathália Lima Romeiro, em 2019, defendeu sua dissertação com o título “Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a *folksonomia* como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil” e orientada por **Arthur Coelho Bezerra**. Teve como objetivo geral compreender se os instrumentos normativos sobre violência sexual e mídias sociais servem como punição, denúncia e formação de redes de apoio contra crimes sexuais sofridos por meninas e mulheres. Metodologicamente, a pesquisa foi classificada numa abordagem quanti-qualitativa, de tipo bibliográfica, documental e exploratória. A dissertação está vinculada ao PPGCI/IBICT-UFRJ, na linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”.

Amanda Christina Salomão, do PPGCI/IBICT-UFRJ, sob a orientação de **Gustavo Silva Saldanha**, é autora da dissertação “Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura”, defendida e publicada no ano de 2020. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação” e possui abordagem qualitativa, com natureza exploratória, na qual investiga sobre os saberes apropriados dos clubes de leitura.

Percebe-se o protagonismo das mulheres no IBICT-UFRJ ao observarmos que, das dissertações pertencentes ao IBICT-UFRJ, todas as 7 foram escritas por elas. Em relação às orientações, elas também são maioria, com 5 orientações. Já os homens, esse número corresponde a 2 orientações. Importante frisar o protagonismo da Profa. Dra. Gilda Olinto, que orientou 2 dissertações dentre 7 que foram recuperadas no *corpus* da pesquisa. A seguir, serão descritas as dissertações pertencentes à UFPB, que ocupa o 2º lugar no *ranking* das pesquisas de mestrado que abordam a temática gênero, mulher e feminismo.

5.1.2 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)

No PPGCI/UFPB, a primeira e única dissertação recuperada no *corpus* da pesquisa sobre a temática gênero, mulher e feminismo foi defendida em 2014, e só 5 anos depois, em 2019, com 4

dissertações, que a instituição retoma a defesa de pesquisas de mestrado sobre a temática. Em seguida, até abril/2020, a instituição é contemplada com mais 1 dissertação.

Em 2014, no PPGCI/UFPB, a pesquisadora **Leyde Klebia Rodrigues da Silva**, orientada por **Mirian de Albuquerque Aquino**, analisou como acontecem os processos informacionais de apropriação, disseminação, democratização e preservação étnico-racial na Organização de Mulheres Negras da Paraíba (BAMIDELÊ). O trabalho, vinculado à linha de pesquisa “Organização, acesso e uso da informação”, intitula-se “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba”. O percurso metodológico possuiu uma abordagem qualitativa, com recorte descritivo-exploratório e o campo de pesquisa foi o Bamidelê. As interlocutoras foram as mulheres negras que faziam parte da coordenação do movimento e outras mulheres que participaram de eventos desenvolvidos pelo grupo.

A pesquisa de mestrado de **Laelson Felipe da Silva**, orientando de **Gisele Rocha Côrtes**, defendida em 2019, tem como título “Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT” e consistiu em analisar as práticas informacionais das/os usuárias/os do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar as suas influências no processo de empoderamento. A dissertação esteve vinculada à linha de pesquisa “Organização, acesso e uso da informação” do PPGCI/UFPB. Como metodologia, é do tipo documental e de campo e o campo empírico da pesquisa é o Espaço LGBT do estado da Paraíba.

Daniella Alves de Melo é autora da dissertação “Práticas informacionais e a construção da competência crítica da informação: Um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba”. A pesquisa está vinculada ao PPGCI/UFPB, na linha de pesquisa “Organização, acesso e uso da informação” e teve como objetivo compreender se/como as práticas informacionais desenvolvidas pelas feministas negras, que atuam na Bamidelê, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação, possibilitando-as a orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais. O campo de pesquisa foi o Bamidelê, do tipo correlacional. Foi orientada por **Edvaldo Carvalho Alves** em 2019.

A dissertação intitulada “Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade”, da pesquisadora **Maria da Conceição Davi**, foi defendida em 2019 sob a orientação de **Joana Coeli Ribeiro Garcia** e está inserida no PPGCI/UFPB na linha de pesquisa “Ética, gestão e políticas de

informação”. O estudo de campo e descritivo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa na ala feminina do Complexo Penal João Chaves (CPJC), em Natal/RN. Teve como objetivo analisar como o acesso às informações, disponibilizadas pelo complexo penal João Chaves, vem contribuindo para a (re)construção significativa do conceito de qualidade de vida por parte das mulheres apenadas.

Michel Batista Silva, orientando de **Henry Poncio Oliveira de Cruz**, desenvolveu um estudo, em 2019, intitulado “Arquitetura da informação pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba”, vinculado ao PPGCI/UFPB, na linha de pesquisa “Informação, memória e sociedade”. A dissertação teve o objetivo de analisar a aplicabilidade da Arquitetura da Informação Pervasiva na ecologia de ambientes do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba. O método utilizado foi um modelo metodológico para a Arquitetura da Informação Pervasiva.

Aurekelly Rodrigues da Silva, orientanda de **Gisele Rocha Côrtes**, defendeu sua dissertação em 2020. O estudo tem como título “Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo na Paraíba” e está imerso na linha de pesquisa “Organização, acesso e uso da informação”. A metodologia desenvolvida na pesquisa foi o estudo de caso, de tipo descritivo; pesquisa de campo e documental com abordagem quanti-qualitativa. O campo empírico foi a Casa Abrigo da Paraíba.

Percebe-se também o protagonismo das mulheres na UFPB, pois das 6 dissertações defendidas, 4 foram de autoria feminina. Do mesmo modo com as orientações, em que 4 foram orientadas por mulheres e 2 por homens. Nesse âmbito, é imprescindível destacar o protagonismo de Gisele Rocha Côrtes que orientou 2 das 6 dissertações sobre a temática gênero, mulher e feminismo. A posteriori, em 3º lugar, serão apresentadas as dissertações sobre a temática pertencentes às instituições USP e UNESP.

5.1.3 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP)

No PPGCI/USP, a primeira dissertação defendida sobre a temática foi em 2014. Apenas em 2018, 4 anos depois, mais 2 dissertações foram defendidas. Em seguida, no ano de 2019, mais uma

pesquisa de mestrado foi apresentada. A seguir, serão descritos os dados referentes às dissertações pertencentes a USP recuperados no *corpus* da pesquisa.

Em 2014, no PPGCI/USP, foi realizada a dissertação de **Larissa Akabochi de Carvalho**, orientada por **Giulia Crippa**. A autora da dissertação “As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura”, vinculada à linha de pesquisa “Apropriação Social da Informação”, analisou a apropriação da informação, relativa à leitura, por meio dos comentários que as/os usuárias/os fizeram a respeito da leitura das Revistas “Claudia” e “Marie Claire” e dos programas “Mais Você” e “Saia Justa”. A análise foi realizada por meio de um estudo de usuários na comunidade virtual *Skoob*, espaço que permite que as/os leitoras/es façam comentários a respeito das obras que leram.

Em 2018, **Mariana Xavier** foi orientada por **Nair Yumiko Kobashi** para produção da dissertação intitulada “Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação”, na linha de pesquisa “Gestão de dispositivos de informação”. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, articulada, no referencial teórico, com os estudos sobre os movimentos de mulheres e feministas, que foram fontes de inspiração para a constituição das unidades de informação sobre mulheres.

No mesmo ano, **Carolina Ito Messias**, orientanda de **Giulia Crippa**, defendeu sua dissertação intitulada “Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil” no PPGCI/USP, vinculada à linha de pesquisa “Apropriação social da informação”. Objetivou-se, na pesquisa, elaborar um panorama das principais publicações *on-line* de histórias em quadrinhos feitas por mulheres no Brasil. A metodologia utilizada na pesquisa foi uma análise de conteúdo para identificação da temática dos quadrinhos e entrevistas com as autoras.

Thaís Pereira da Silva, orientanda de **Marco Antônio Almeida**, é autora da dissertação “Construções identitárias & TICs: o caso do blog ‘Blogueiras Negras’”. Escrito em 2019, o trabalho teve como objetivo refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras brasileiras como tática e estratégia para a resistência contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe. O campo empírico da pesquisa é o *weblog* “Blogueiras Negras” e a metodologia utilizada é a netnografia, com análise foucaltiana. A dissertação está inserida na linha de pesquisa “Apropriação social da informação” do PPGCI/USP.

Constata-se que, das 4 pesquisas de mestrado defendidas entre os anos de 2014 e 2019, todas são escritas por mulheres. Em relação às orientações, 3 são orientadas por mulheres e 1 por

homem. Merece destaque a pesquisadora Giulia Crippa, responsável por orientar 2 dissertações de mestrado sobre a temática mulher, gênero e feminismo no PPGCI/USP. Em seguida, com a mesma quantidade de pesquisas de mestrado defendidas, serão apresentados os dados da UNESP.

5.1.4 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Câmpus Marília (PPGCI/UNESP)

A primeira dissertação defendida e publicada nos repositórios institucionais do PPGCI/UNESP sobre o tema, conforme os dados desta pesquisa, foi em 2010. Somente 8 anos depois a instituição retoma a produção de pesquisas de mestrado nesse âmbito, com 1 dissertação defendida em 2018. Logo após, em 2019 e 2020, mais 1 dissertação foi entregue em cada ano.

A pesquisadora **Suellen Oliveira Milani**, orientanda de **José Augusto Chaves Guimarães**, é autora da dissertação intitulada “Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras”. A pesquisadora utilizou a abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e históricos; os campos de pesquisas foram as linguagens documentais brasileiras: Vocabulário Controlado Básico, Vocabulário Controlado USP, Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional e Classificação Decimal de Direito. Nesse sentido, a autora toma como base teórica o percurso histórico da biblioteconomia brasileira e discute a dimensão em que os termos que possuem relação com as mulheres se inserem nos instrumentos utilizados por bibliotecárias/os no processo de representação do conhecimento.

Em 2018, foi defendida a dissertação intitulada “Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas”, de **Gislaine Imaculada de Matos**, sob a orientação de **Ely Francina Tannuri de Oliveira**. A autora realizou um estudo bibliométrico na “Revista Estudos Feministas” (REF) acerca do domínio “Feminismo e Estudos de Gênero” com artigos publicados entre 2001 e 2016.

O estudo de **Denise Cristina Belam Fioravanti** intitulado “A pesquisa brasileira acerca do feminismo: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus*” foi orientado por **Daniel Martínez-Ávila**. Teve como objetivo compreender o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados *Scopus* e entender como o feminismo vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira por meio de uma análise

bibliométrica. A fonte de base de dados utilizada foi o *Scopus*, entre os anos de 1999 e 2018. A dissertação foi apresentada no PPGCI/UNESP, em 2019, na linha de pesquisa “Produção e organização da informação”.

A dissertação de mestrado de **Ana Laura Silva Xavier** teve como objetivo evidenciar a presença de mulheres no percurso histórico da Biblioteconomia brasileira, por meio de uma abordagem qualitativa, com procedimentos bibliográficos, documentais e históricos. O estudo foi defendido em 2020 e tem como título “A presença do feminino na biblioteconomia brasileira: aspectos históricos”, na linha de pesquisa “Produção e organização da informação” do PPGCI/UNESP sob a orientação de **Deise Maria Antonio Sabbag**.

Nota-se que todas as dissertações são escritas por mulheres. Já em relação às orientações, há um equilíbrio concernente aos gêneros das/os orientadoras/es, onde 2 trabalhos foram orientados por mulheres e 2 por homens. Em seguida, os dados referentes às dissertações defendidas no PPGCI/UFBA.

5.1.5 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA)

No PPGCI/UFBA consta o total de 3 dissertações. A primeira, defendida em 2011 e as demais defendidas nos anos de 2018 e 2019. A dissertação defendida por **Bruna S. do Nascimento**, em 2011, sob a orientação de **Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes**, vinculada à linha de pesquisa “Produção, circulação e mediação da informação”, intitula-se “A Ciência da Informação no Brasil: um retrato da área através do estudo de autoria e da análise das redes de colaboração científica”. O método utilizado foi bibliométrico e cientométrico, nos quais pode-se verificar as características da autoria e coautoria entre os anos 2000 e 2010 em seis revistas renomadas da área da CI. Esse dado foi recuperado a partir da inserção do descritor “gênero”, que é mencionado no resumo da dissertação, em uma categoria de destaque, apresentada pela pesquisadora ao constatar que as mulheres são maioria no que se refere às publicações dos periódicos “Ciência da Informação”, “Perspectivas em Ciência da Informação”, “Informação & Sociedade”, “Encontros Bibli”, “Datagrama Zero” e “Informação & Informação”.

Em 2018, a pesquisa de mestrado de **Bruno Almeida dos Santos** teve como objetivo conhecer em que medida os Centros de Referência LGBT cumprem suas funções na sociedade como espaços de informação, cidadania e cultura, como também satisfazem as necessidades

informativas das/os usuárias/os. O estudo de campo possui abordagem qualitativa e quantitativa, no qual foram realizadas entrevistas com as pessoas que faziam parte da coordenação dos centros e um questionário com parte das/os usuárias/os. A dissertação está vinculada ao PPGCI/UFBA na linha de pesquisa “Políticas e tecnologia da informação” e tem como orientadora **Nídia Maria Lienert Lubisco**.

Vanessa Jamile Santana dos Reis, orientanda de **José Carlos Sales dos Santos**, analisou como a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações das linguagens documentárias diante das terminologias nos instrumentos de representação da informação em dissertação denominada “A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento: uma abordagem de representatividade social”. O estudo foi publicado em 2019, no PPGCI/UFBA, na linha de pesquisa “Produção, circulação e mediação da informação”. A metodologia foi um método qualitativo de estudo de caso de Yin e Análise de Conteúdo de Bardin.

Das 3 dissertações sobre a temática pertencentes ao PPGCI/UFBA, 2 autoras são mulheres e 1 autor é homem, o que reforça, mais uma vez, que as mulheres estão à frente das dissertações da instituição. Em relação às orientações, constata-se que as mulheres também são maioria, orientando 2 dissertações, das 3 mencionadas neste subtópico. A seguir, serão descritas as pesquisas de mestrado da UnB e da UFSC.

5.1.6 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCI/UnB)

No PPGCI/UnB, constam 2 dissertações que abordam a temática. A primeira, defendida no ano de 2015 e, 3 anos depois, a segunda. A pesquisadora **Ada Suyin Sosa Solano**, orientanda de **Elmira Luzia Soares Simeão**, defendeu sua dissertação intitulada “Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)” no ano de 2015. De natureza exploratória e abordagem quanti-qualitativa, a autora produziu sua pesquisa com mulheres que residem na Cidade Estrutural, problematizando o acesso e uso das informações recebidas nos postos de saúde sobre o planejamento familiar.

A dissertação de **Élton Mártires Pinto** objetivou analisar a relação entre o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as suas percepções sobre identidade de gênero. Trata-se de uma pesquisa em abordagem qualitativa e propósito descritivo. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Comunicação e mediação da informação” do PPGCI/UnB. Foi defendida em 2018,

sob a orientação de **Fernando César Lima Leite**, e tem como título “Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero”.

Vê-se que há um equilíbrio entre os gêneros, tanto no que se refere às autorias, quanto às orientações. Em relação a isso, uma pesquisa foi orientada e escrita por mulheres e a outra foi orientada e escrita por homens. A seguir, serão apresentados os dados referentes às dissertações defendidas na UFSC.

5.1.7 Dissertações sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCI/UFSC)

Referente à UFSC, apenas 1 dissertação foi recuperada sobre a temática, de autoria e orientação realizadas por mulheres. A dissertação de **Mariana Faustino dos Passos**, defendida em 2019, foi a única oriunda do PPGCI/UFSC sobre a temática abordada. Sob a orientação de **Ursula Blattmann**, a pesquisa exploratória com análise textual discursiva foi realizada nos Anais do ENANCIB e intitula-se “Estudos de Gênero na Ciência da Informação: análises dos anais do ENANCIB”, estando vinculada à linha de pesquisa “Informação, gestão e tecnologia”. A pesquisa é bibliográfica e analisou as temáticas de gênero abordadas na CI, a nível nacional, por meio do ENANCIB.

5.1.8 Algumas considerações pertinentes

Mesmo com todas as contribuições do feminismo, enquanto movimento social para a conquista dos direitos das mulheres, como também a sua atuação para a construção teórica e epistemológica dos estudos de gênero, ainda é escassa a sua atuação no âmbito das dissertações recuperadas, sendo o objeto de estudo menos explorado no *corpus* da pesquisa. O objeto de estudo foi identificado a partir do título e palavras-chave utilizadas nas produções. Das 27 dissertações, o objeto ‘mulheres’ tem sido mais expressivo dentre as pesquisas de mestrado, com um total de 17 pesquisas. O “gênero”, visto como objeto de estudo, está presente em 7 dissertações. Dentre elas, 3 são estudos sobre a comunidade LGBTQIAP+. Já o “feminismo” aparece apenas em 3 dissertações. Sendo assim, infere-se que há escassez e invisibilidade sobre a temática no âmbito dos PPGCIs.

A respeito disso, Lucila Scavone (2008) alerta que a busca pela neutralidade científica marginaliza e exclui, muitas vezes, a contribuição do feminismo para os estudos de gênero. E

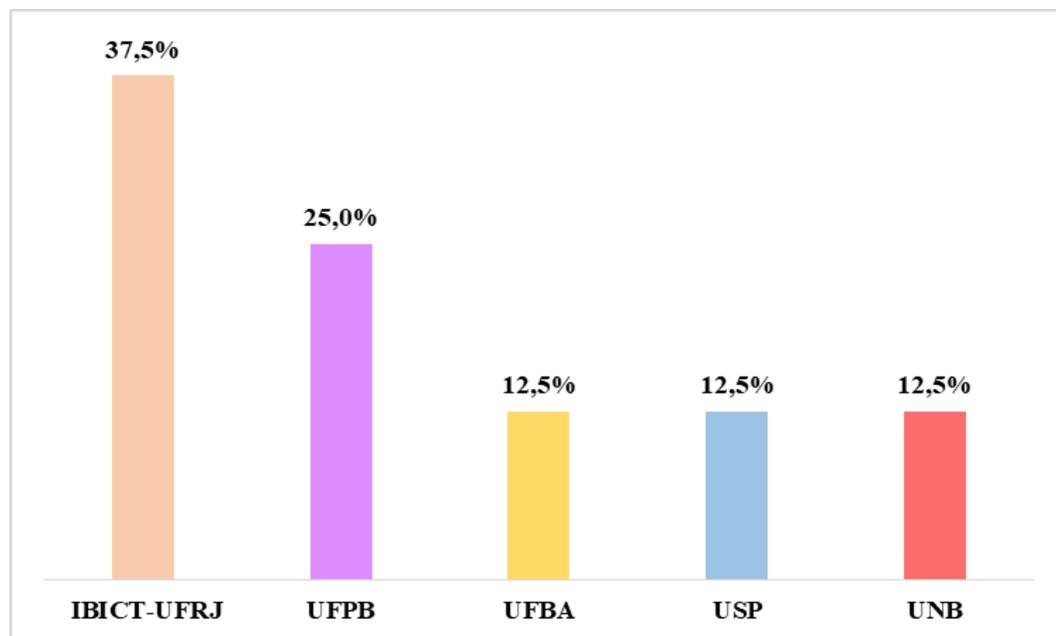
aponta que, mesmo que a construção teórica e epistemológica sobre esses estudos tenham evoluído em diversos contextos sociais, não se pode excluir a contribuição que o movimento feminista trouxe para a ciência por meio de ações políticas. O movimento feminista propiciou visibilidade às investigações científicas sobre gênero, e por meio disso, o reconhecimento de identidades, sobretudo, entre as mulheres. Neste sentido, a ciência e o feminismo, enquanto movimentos sociais, se complementam e contestam estruturas hegemônicas excludentes, como, por exemplo, a ausência de mulheres na política e o impedimento das mulheres ocuparem instituições públicas.

Em síntese, vê-se que em relação às pesquisas de mestrado, as mulheres se sobressaem, pois das 27 dissertações, 23 são escritas por mulheres e 4 por homens. Nas orientações, o mesmo cenário se repete, mas em uma proporção menor, pois 17 dissertações foram orientadas por mulheres e 10 por homens. No próximo subtópico serão descritas as pesquisas de doutorado sobre gênero, mulher e feminismo no âmbito dos PPGCI/IBICT-UFRJ, UFPB, UFBA, USP e UnB.

5.2 TESES SOBRE AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, MULHER E FEMINISMO

Apresenta-se, a seguir, o gráfico 2, com o percentual das teses defendidas por instituição, e, em seguida, a relação das teses publicadas nos repositórios, acompanhadas dos dados referentes à instituição a que o programa pertence, o ano de defesa, a autoria e a orientação.

Gráfico 2 – Percentual das teses sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo defendidas por instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao todo, recuperaram-se 8 teses, distribuídas nos PPGCIs do IBICT-UFRJ, UFPB, UFBA, USP e UnB. Os percentuais apresentados no gráfico 2 representam o quantitativo de teses recuperadas nos PPGCI: IBICT-UFRJ (37,5%), que corresponde a 3 teses; UFPB (25%), com 2 teses; UFBA, USP e UnB (12,5%), com 1 tese cada. A seguir, o quadro 3 com as teses recuperadas no corpus desta pesquisa, com título, ano de defesa, autoria e orientação.

Quadro 3 – Teses que abordam as temáticas de gênero, mulher e feminismo nos PPGCIs acadêmicos do Brasil

Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do Programa Federal GESAC			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2015	Ariane Durce Maciel	Gilda Olinto
Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2019	Nádia Bernuci dos Santos	Gilda Olinto
Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/IBICT-UFRJ	2020	Leyde Klebia R. da Silva	Gustavo Silva Saldanha
Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2019	Claudialyne da Silva Araújo	Gisele Rocha Côrtes
Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFPB	2020	Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos	Isa Maria Freire

Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatuiua – Maranhão			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UFBA	2018	Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/USP	2020	Bianca Maria Santana de Brito	Marco Antônio Almeida
Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros			
Programa	Ano de defesa	Autoria	Orientação
PPGCI/UnB	2020	Maria Ivonete Gomes do Nascimento	Eliane Braga de Oliveira

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao todo foram recuperadas 8 teses sobre a temática, sendo 7 de autoria de mulheres e 1 de autoria de homem. Da mesma forma, em relação à orientação, 6 teses foram orientadas por mulheres e 2 orientadas por homens. Nesse âmbito, mais uma vez, destaca-se Gilda Olinto, responsável por orientar 2 teses pertencentes ao IBICT-UFRJ. Posteriormente, na mesma estrutura do subtópico referente às dissertações, serão apresentadas as teses recuperadas no *corpus* desta pesquisa.

5.2.1 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (PPGCI/IBICT-UFRJ)

No PPGCI/IBICT-UFRJ consta que a primeira tese sobre a temática foi defendida em 2015 e, só 4 anos depois, em 2019, mais 1 tese foi apresentada e outra em 2020. A primeira tese, do ano de 2015, é de autoria de **Ariane Durce Maciel**, orientada por **Gilda Olinto**. A tese teve como título “Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC”. Aplicou-se uma abordagem quantitativa e teve como objetivo identificar as diferenças entre os gêneros no uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) disponíveis aos usuários do programa de inclusão digital do Governo Federal, Governo Eletrônico

Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa (PNAG).

A tese de **Nádia Bernuci dos Santos**, defendida em 2019, sob a orientação de **Gilda Olinto**, intitulada “Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II”, está vinculada à linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”. Trata-se de uma pesquisa de campo no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, com abordagem qualitativa, utilizando-se de dados quantitativos de outras bases. Teve como objetivo analisar os condicionantes socioculturais que parecem influenciar as diferenças de gênero no uso e apropriação das TIC.

Leyde Klebia Rodrigues da Silva é a única pesquisadora que estendeu a sua pesquisa de mestrado à de doutorado na perspectiva dos estudos sobre mulheres por meio de uma perspectiva interseccional. A sua tese de doutorado foi defendida no PPGCI/IBICT-UFRJ, inserida na linha de pesquisa “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”, no ano de 2020, intitulada “Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em biblioteconomia e ciência da informação”. A pesquisa foi orientada por **Gustavo Silva Saldanha** e teve como objetivo (re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras dos campos da Biblioteconomia e CI baseando-se na epistemologia social. Metodologicamente, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, do tipo documental. O campo empírico escolhido foi a Plataforma *Lattes*, por meio do currículo *lattes* das pesquisadoras e também do Diretório de Grupos de Pesquisa.

Em suma, percebe-se que, no âmbito do PPGCI/IBICT-UFRJ, apenas mulheres produziram teses sobre a temática. Nessa perspectiva, destaca-se a pesquisadora Leyde Klébia Rodrigues da Silva, que explora os estudos de gênero, mulheres e feminismo desde o período do mestrado. A respeito das orientações, 2 trabalhos foram orientados pela Profa. Dra. Gilda Olinto e 1 foi orientado por um homem. A seguir, as teses pertencentes ao PPGCI/UFPB.

5.2.2 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB)

No PPGCI/UFPB, apenas em 2019 foi defendida a primeira tese sobre a temática na instituição e, logo em seguida, outra em 2020. A primeira tese foi a de **Claudialyne da Silva**

Araújo, sob a orientação de **Gisele Rocha Côrtes**. A tese intitula-se “Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica”, inserida na linha de pesquisa “Organização, acesso e uso da informação”. A pesquisa de campo possui uma abordagem qualitativa e foi executada no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL). Teve como objetivo analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos.

Em 2020, no PPGCI/UFPB, a tese intitulada “Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil”, de autoria de **Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos**, analisou o regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, identificando os elementos que os compõem, como os contextos, atores sociais, dispositivos de informação, artefatos e ações de informação. Sob a orientação de **Isa Maria Freire**, o estudo de doutoramento está inserido na linha de pesquisa “Ética, gestão e políticas de informação”. A pesquisa é uma pesquisa-ação, com abordagem quali-quantitativa, do tipo documental e bibliográfica, descritiva e aplicada.

Nota-se que há 1 mulher e 1 homem nas autorias das teses sobre gênero, mulher e feminismo no PPGCI/UFPB. Em relação às orientações, as 2 teses são orientadas por mulheres. Mais adiante, serão delineadas as teses que pertencem às instituições: UFBA, USP e UnB.

5.2.3 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA)

A primeira e única tese recuperada e defendida no PPGCI/UFBA sobre a temática gênero, mulher e feminismo é de 2018, de autoria da pesquisadora **Cleyciane Cássia Moreira Pereira**, orientada por **Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**. A tese está inserida na linha de pesquisa “Produção, circulação e mediação da informação” e intitula-se “Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatiua – Maranhão”. A pesquisa etnográfica e de campo foi realizada na comunidade quilombola de Itamatatiua, no estado do Maranhão, com abordagem quanti-qualitativa. Analisou-se as necessidades informacionais das comunidades, no que se refere à otimização da produção, acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas. A seguir, será descrita a tese que pertence ao PPGCI/USP.

5.2.4 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (PPGCI/USP)

No PPGCI/USP, apenas a tese de **Bianca Maria de Santana Brito**, intitulada “A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo” e orientada por **Marco Antônio Almeida** faz parte do *corpus* da pesquisa. A tese está inserida na linha de pesquisa “Apropriação social da informação” e foi defendida em 2020. Tratou-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, em uma investigação nos escritos de mulheres negras. A tese foi escrita por 1 mulher e orientada por 1 homem. Por fim, no próximo subtópico, será apresentada a tese pertencente ao PPGCI/UnB.

5.2.5 Teses sobre mulher, gênero e feminismo do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (PPGCI/UnB)

No PPGCI/UnB, apenas em 2020 que a pesquisadora **Maria Ivonete Gomes do Nascimento**, orientada de **Eliane Braga de Oliveira**, defendeu sua tese intitulada “Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros”, vinculada à linha de pesquisa “Organização da informação”. A tese, metodologicamente, é do tipo documental com abordagem quanti-qualitativa e teve como objetivo analisar os documentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros para verificar em que medida eles reforçam (ou tendem a reforçar) a invisibilidade da mulher na vida política do país. O campo empírico do estudo é o Arquivo Nacional, o Arquivo da Câmara de Deputados e o Arquivo do Senado Federal. A tese também foi desenvolvida e orientada por mulheres, o que visibiliza o protagonismo das mulheres no âmbito das teses do PPGCI/UnB.

5.2.6 Algumas considerações pertinentes

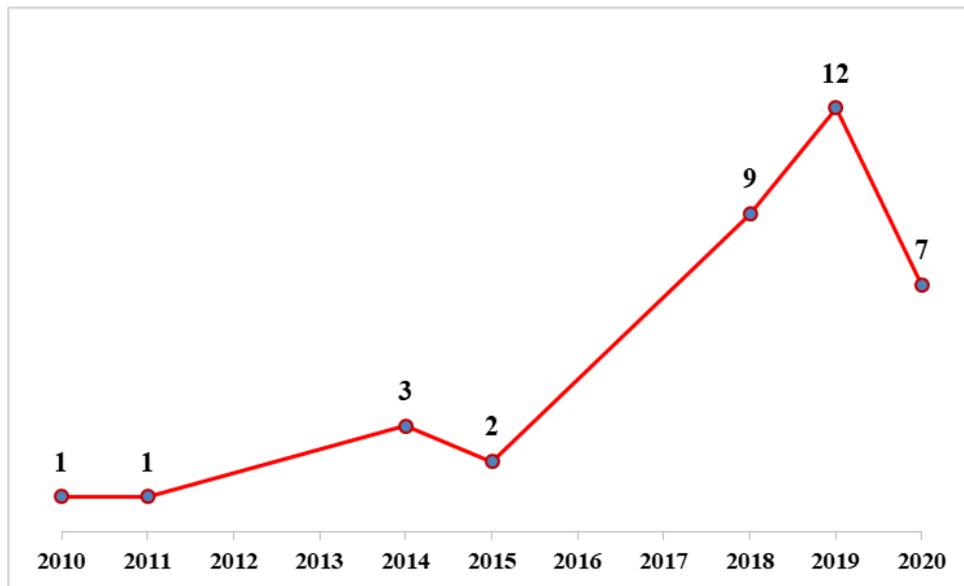
No que concerne aos objetos de estudos das teses recuperadas, 3 abordam a questão do gênero, e dentre essas, 1 tese aborda questionamentos a respeito da comunidade LGBTQIA+; 4 possuem o objeto de pesquisa sobre mulheres, e 1 tese sobre o feminismo. Das 8 teses recuperadas, 7 foram escritas por mulheres e 1 por homem. Em relação às orientações, 6 foram orientadas por mulheres e 2 por homens.

Mesmo que incipiente, nota-se que os estudos de doutorado sobre gênero, mulher e feminismo têm avançado nos últimos anos. A primeira tese apresentada sobre a temática foi em

2015, e somente 3 anos depois é que outra tese surgiu dentro do recorte da temática. Em 2019, esse número salta para 2 dissertações. Até abril de 2020, este número duplica, trazendo para este estudo um total de 4 teses a respeito dos temas.

A respeito do crescimento e desenvolvimento de pesquisas de mestrado e doutorado, o gráfico 3, a seguir, apresenta os dados desta pesquisa levando em consideração o ano de publicação.

Gráfico 3 – Crescimento das dissertações e teses publicadas sobre gênero, mulher e feminismo nos repositórios institucionais



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

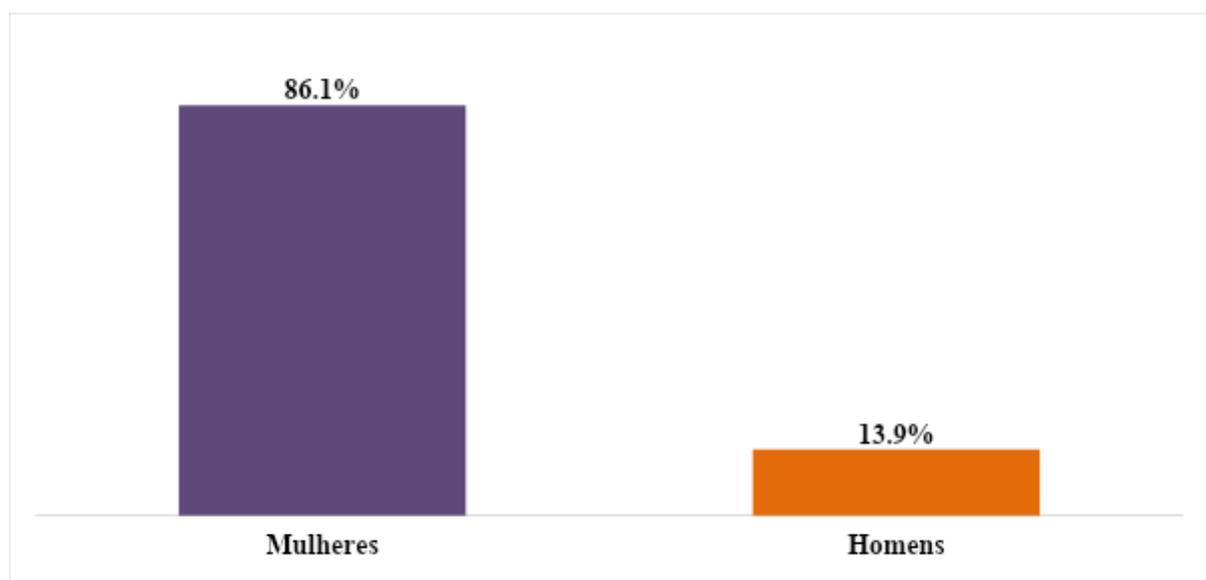
Percebe-se no gráfico 1 que, em 2012 e 2013, nenhuma dissertação ou tese foi publicada sobre a temática. Em 2014, 3 dissertações foram defendidas, 2 no PPGCI/IBICT-UFRJ e 1 no PPGCI/UFPB. Nos anos de 2016 e 2017, nenhuma dissertação ou tese foi defendida sobre as temáticas “gênero”, “mulher” e “feminismo”. Em contrapartida, no ano de 2018, 8 dissertações foram produzidas nos PPGCI do IBICT/UFRJ (3), UFBA (1), USP (2), UNESP (1), UnB (1) e 1 tese na UFBA. Em 2019, esse número salta para 12 pesquisas, sendo 9 dissertações, distribuídas nas instituições: IBICT/UFRJ (1), UFPB (4), UFBA (1), USP (1), UNESP (1) e UFSC (1). Em relação às teses, as instituições são: IBICT (1) e UFPB (1). É possível perceber que algumas instituições, como a USP e a UNESP, que até então não desenvolviam pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática “mulher”, “gênero” e “feminismo”, passam a fazer parte desse panorama. Em 2020, os dados coletados correspondem às publicações de mestrado e doutorado

disponibilizadas nos repositórios até o mês de abril do mesmo ano, sendo 3 dissertações nas seguintes instituições: IBICT/UFRJ (1), UFPB (1) e UNESP (1), além de 4 teses: IBICT (1); UFPB (1); USP (1) e UnB (1).

É importante ressaltar que algumas autoras pautaram quantitativamente sobre a produção científica no que tange aos estudos sobre mulheres e gênero na área, como as dissertações de Martha Moreira (2018) no IBICT/UFRJ, Carolina Ito Messias (2018) na USP, Gislaine Matos (2018) na UNESP, Denise Fiovaranti (2019) na UNESP e Mariana dos Passos (2019) na UFSC. Supõe-se que o crescimento exponencial de dissertações e teses sobre gênero, mulheres e feminismo entre 2018 e abril de 2020 é reflexo das pesquisas de mestrado, que também se desdobram em publicações científicas - artigos de periódico, capítulos de livro e trabalhos publicados em eventos da área - sobre a produção científica das mulheres e estudos de gênero, evidenciando a urgência e necessidade de aprofundamento sobre a temática na área, a fim de desnaturalizar as desigualdades de gênero que se perpetuam e se estendem ao âmbito científico.

Como demonstrado em pesquisas anteriores, as mulheres são responsáveis pela maioria das produções científicas sobre os estudos de gênero, mulher e feminismo, em um total de 30 mulheres autoras e 5 homens autores das dissertações e teses. Esses números correspondem ao percentual de 86,1% em relação às mulheres e 13,9% aos homens, conforme o gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4 – Percentual de mulheres e homens que desenvolveram pesquisas nos PPGCIs acadêmicos sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo



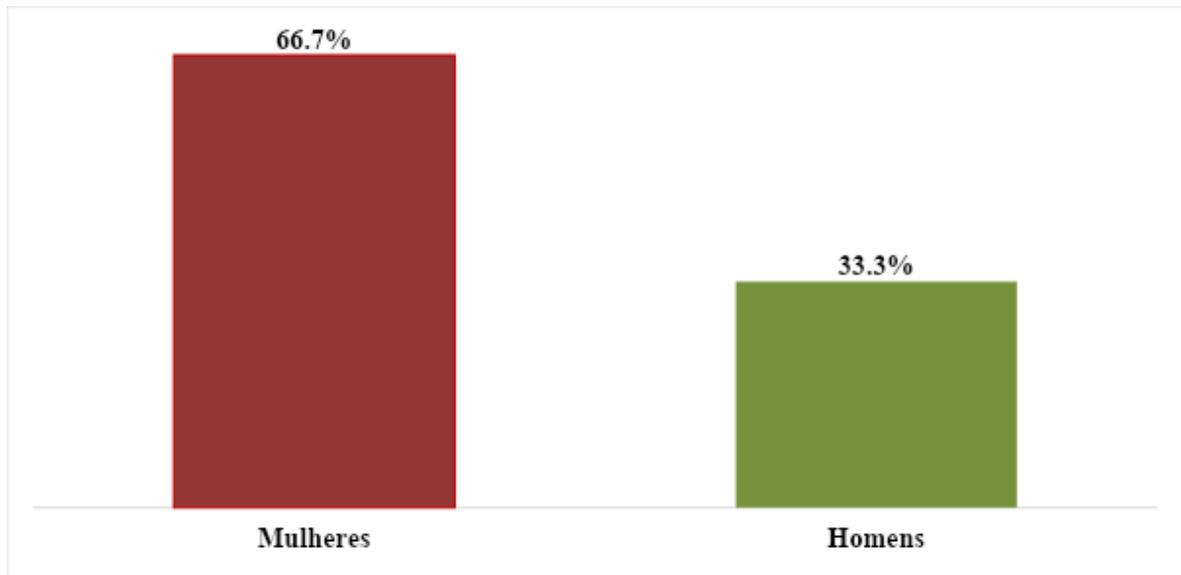
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Bruna Nascimento e Leilah Bufrem (2012) justificam o predomínio das mulheres na produção científica sobre os estudos de gênero devido, não só pela relação das mulheres com o movimento feminista, mas também ao fato de que, historicamente, a CI é consolidada pelas mulheres em razão das interferências da Biblioteconomia, pois a maioria das/os discentes dos PPGCIs são advindas/os da Biblioteconomia. Porém, nas dissertações e teses inseridas nos PPGCIs este cenário não se estende, mesmo que o contexto da Biblioteconomia possua forte influência da feminização da área (MARTUCCI, 1995). A feminização da biblioteconomia, segundo Elisabeth Martucci (1995), é semelhante ao processo histórico do magistério superior – quando as atividades laborais eram assimiladas às funções domésticas, e que exigiam características consideradas das mulheres como: disciplina, submissão, trabalho sem tréguas, lealdade e pureza.

Diante do exposto, percebe-se que ainda não se alcançou a quantidade ideal de pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática. Entende-se também que, quando as mulheres publicam sobre mulheres e os estudos de gênero na CI, elas denunciam as opressões vivenciadas nos mais diversos contextos sociais, com vistas a desconstruir as estruturas hegemônicas que beneficiam os homens e negam espaços para as mulheres, principalmente as mulheres negras e pobres.

Além de serem maioria nas autorias das dissertações e teses, as mulheres também correspondem à maior parte das orientações, sendo orientadoras de 66,7% das dissertações e teses apresentadas, contra 33,3% dos homens, conforme o gráfico 5, a seguir:

Gráfico 5 – Percentual entre mulheres e homens que orientaram pesquisas de mestrado e doutorado nos PPGCIs acadêmicos sobre as temáticas mulher, gênero e feminismo



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Os percentuais apresentados no gráfico 4 correspondem, de maneira mais exata, a 16 dissertações e 6 teses orientadas por mulheres. Já em relação às orientações realizadas pelos homens, o número é inferior, o que corresponde a 11 dissertações e 2 teses. A fim de detalhar os dados apresentados nos gráficos 3 e 4, o quadro 4, a seguir, apresenta o corpo autoral das pesquisadoras, primeiramente expondo as pesquisadoras de mestrado, seguidas das de doutorado, contendo o nome da instituição a qual a pesquisadora foi vinculada e a orientação.

Quadro 4 – Corpo autoral das pesquisadoras/es que abordam as temáticas mulher, gênero e feminismo nas dissertações

AUTORIA	ORIENTAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Elinielle Pinto Borges	Gilda Olinto	PPGCI/IBICT-UFRJ
Leididaiana Araújo e Silva	Gilda Olinto	PPGCI/IBICT-UFRJ
Carla Maria Martellote Viola	Marco André F. Schneider	PPGCI/IBICT-UFRJ
Deborah Abreu de Araújo	Gilda Olinto	PPGCI/IBICT-UFRJ
Martha Maria Neiva Moreira	Rose Marie Santini	PPGCI/IBICT-UFRJ

Nathália Lima Romeiro	Arthur Coelho Bezerra	PPGCI/IBICT-UFRJ
Amanda C. Salomão	Gustavo Silva Saldanha	PPGCI/IBICT-UFRJ
Leyde Klébia Rodrigues da Silva	Mirian de A. Aquino	PPGCI/UFPB
Laelson Felipe da Silva	Gisele Rocha Côrtes	PPGCI/UFPB
Daniella Alves de Melo	Edvaldo Carvalho Alves	PPGCI/UFPB
Maria da Conceição Davi	Joana Coeli Ribeiro Garcia	PPGCI/UFPB
Michel Batista da Silva	Henry Poncio C. Oliveira	PPGCI/UFPB
Aurekelly Rodrigues da Silva	Gisele Rocha Côrtes	PPGCI/UFPB
Bruna S. do Nascimento	Maria Yêda F. Gomes	PPGCI/UFBA
Bruno Almeida dos Santos	Nídia Maria Lienert Lubisco	PPGCI/UFBA
Vanessa Jamile Santana dos Reis	José Carlos Sales dos Santos	PPGCI/UFBA
Larissa Akabochi de Carvalho	Giulia Crippa	PPGCI/USP
Mariana Xavier	Nair Yumiko Kobashi	PPGCI/USP
Carolina Ito Messias	Giulia Crippa	PPGCI/USP
Thaís Pereira da Silva	Marco Antônio Almeida	PPGCI/USP
Suellen Oliveira Milani	José Augusto C. Guimarães	PPGCI/UNESP
Gislaine I. de Matos	Ely Francina T. Oliveira	PPGCI/UNESP
Denise Cristina B. Fioravanti	Daniel Martinez-Ávila	PPGCI/UNESP
Ana Laura S. Xavier	Deise Maria Antonio Sabbag	PPGCI/UNESP
Ada Suyin Sosa Solano	Elmira Luiza M. S. Simeão	PPGCI/UnB
Elton Mártires Pinto	Fernando César L. Leite	PPGCI/UnB
Mariana Faustino dos Passos	Ursula Blattmann	PPGCI/UFSC

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme visto no quadro 4, em conformidade com os gráficos 4 e 5, as mulheres são protagonistas, tanto na autoria das pesquisas, como também na orientação sobre gênero na CI. Elas são responsáveis pela evolução e desdobramento destes estudos na área. Para tanto, faz-se

necessário identificar e mapear o percurso acadêmico de cada uma/um das/os pesquisadoras/es em relação a sua atuação e formação acadêmica.

Elinielle Borges é bibliotecária pelo Instituto Federal do Amapá (IFAM) e mestra em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2012-2014). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2006-2011) e é especialista em gênero, sexualidade e direitos humanos.

Leididaiana Araújo e Silva atua como bibliotecária no Ministério Público do Estado do Amapá e é mestra em Ciência da Informação. Concluiu sua graduação em Biblioteconomia na UFMA (2006-2011) e o mestrado em CI pelo IBICT/UFRJ (2013-2014). Além disso, a pesquisadora é especialista em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

Carla Maria Viola é graduada em Comunicação Social pela Faculdade Integrada Hélio Afonso (FACHA) (1982-1985), em Direito pela Universidade Santa Úrsula (USU) (1993-1997), além de ser especialista em Gestão Estratégica da Comunicação (2010-2011), em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil (2012-2013) e em Gênero e Direito (2019-2018). É também mestra (2016-2018) e doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ.

Deborah de Araújo é mestra em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2015-2018) e bacharela em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFRJ (2010-2014).

Martha Maria Moreira atua como coordenadora de comunicação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. É mestra em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2015-2017) e bacharela em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio) (1992-1997).

Nathália Romeiro é doutoranda em Ciência da Informação pela UFMG, licenciada em Biblioteconomia (2010-2016) pela UNIRIO e mestra em Ciência da Informação (2017-2019) pelo IBICT/UFRJ.

Amanda Salomão atua como auxiliar de biblioteca na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2012-2017) e mestrado em Ciência da Informação no IBICT/UFRJ (2018-2020).

Laelson Felipe da Silva é doutorando e mestre em Ciência da Informação (2017-2019), graduado em Ciências Contábeis (2008-2014) e está na graduação em Biblioteconomia, todos pela

UFPB. **Daniella de Melo** é doutoranda e mestra em Ciência da Informação (2017-2019), possui graduação em Comunicação Social - Relações Públicas (2011-2016) e graduação em andamento em Arquivologia, todos pela UFPB.

Maria da Conceição Davi é professora substituta do Departamento de Ciência da Informação da UFRN. Possui graduação em Biblioteconomia pela UFRN (2013-2016), especialização em andamento em Biblioteconomia e Gestão de Bibliotecas Escolares pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e mestrado em Ciência da Informação pela UFPB (2017-2019).

Michel Silva é doutorando e mestre em Ciência da Informação (2017-2019), licenciado em Pedagogia (2007-2014) e está na graduação de Biblioteconomia. **Aurekelly Rodrigues da Silva** é doutoranda e mestra em Ciência da Informação (2018-2020) e possui graduação em Arquivologia (2012-2017), todos pela UFPB.

Bruna Nascimento atua como professora adjunta I na UNIRIO, no departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos. Tem graduação em Biblioteconomia (2004-2008), possui mestrado em Ciência da Informação (2009-2011), ambos pela UFBA, e é doutora em Educação (2012-2016) pela UFPR.

Bruno dos Santos é doutorando em Ciência da Informação, graduado em Biblioteconomia (2009-2014) e mestre em Ciência da Informação (2015-2018), todos pela UFBA.

Vanessa Jamile dos Reis é bibliotecária na UFBA, graduada em Biblioteconomia (2009-2013) e mestra em Ciência da Informação (2017-2019), todos pela UFBA. Ainda é especialista em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (2015-2015).

Larissa de Carvalho atua como analista de informação, cultura e desporto na Prefeitura Municipal de São Paulo. A pesquisadora é mestra em Ciência da Informação (2012-2014) pela USP, especialista em Tradução de Inglês (2016-2017) na Faculdade Estácio e graduada em Ciência da Informação e Documentação (2008-2011) na USP.

Mariana Xavier é doutoranda em Ciência da Informação, possui graduação em Biblioteconomia (2010-2015) e mestrado em Ciência da Informação (2016-2018), todos pela USP. **Carolina Ito Messias** é mestra em Ciência da Informação pela USP (2016-2018) e graduada em Comunicação Social na UNESP (2011-2015).

Thaís da Silva é doutoranda em Ciência da Informação pela USP, possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pelo Centro Universitário UNIFIEO (2000-

2003). É especialista em mídia, informação e cultura (2014-2015) e mestra em Ciência da Informação (2017-2019) pela USP.

Suellen Milani é doutora em Ciência da Informação pela UNESP, câmpus Marília, e atua como professora adjunta A2 do departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Biblioteconomia (2004-2007), mestrado em Ciência da Informação (2008-2010), doutorado em Ciência da Informação (2010-2014) e pós-doutorado (2016-2017), todos pela UNESP, câmpus Marília.

Gislaine de Matos é bibliotecária do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), possui graduação em Biblioteconomia e mestrado em Ciência da Informação pela UNESP (2007-2010). É especialista em Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2019-2021) e doutorado em andamento, ambos pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

Denise Fioravanti é doutoranda e mestra em Ciência da Informação (2017-2019), possui graduação em Biblioteconomia (2012-2015), todos pela UNESP, câmpus Marília. **Ana Laura Xavier** atua como bibliotecária na Biblioteca Municipal de Marília João Mesquita Valença. É graduada em Biblioteconomia (2014-2018) e mestra em Ciência da Informação (2018-2020) pela UNESP, câmpus Marília.

Ada Suyin Solano possui graduação em Bibliotecología y Ciencias de la Información pela UNSM - Peru (1998-2002), especialização em Diseño y Gestión de Proyectos Sociales pela PUC/Peru (2006-2006), mestrado em Gerencia Social pela PUC/Peru e mestrado em Ciência da Informação pela UnB (2013-2015).

Élton Pinto atua como professor voluntário do curso de Biblioteconomia da UnB. É graduado em Biblioteconomia (2010-2015), mestre (2016-2018) e doutorando em Ciência da Informação, todos pela mesma instituição.

Mariana dos Passos atua como bibliotecária no museu ferroviário de Curitiba. Possui graduação em Biblioteconomia (2013-2016) e mestrado em Ciência da Informação (2017-2019), ambos pela UFSC.

Quadro 5 – Corpo autoral das/os pesquisadoras/es que abordam as temáticas mulher, gênero e feminismo nas teses

AUTORIA	ORIENTAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Ariane Durce Maciel	Gilda Olinto	PPGCI/IBICT-UFRJ
Nádia Bernuci dos Santos	Gilda Olinto	PPGCI/IBICT-UFRJ
Leyde Klébia R. da Silva	Gustavo Silva Saldanha	PPGCI/IBICT-UFRJ
Claudialyne da Silva Araújo	Gisele Rocha Côrtes	PPGCI/UFPB
Raimundo Nonato R. dos Santos	Isa Maria Freire	PPGCI/UFPB
Cleyciane Cássia Moreira Pereira	Maria Isabel Barreira	PPGCI/UFBA
Bianca Maria Santana de Brito	Marco Antônio Almeida	PPGCI/USP
Maria Ivonete Gomes do Nascimento	Eliane Braga de Oliveira	PPGCI/UnB

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ariane Maciel é graduada em Agronomia pela UFRJ (1983-1987), possui mestrado em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP (1999-2001) e é doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2010-2015).

Nádia Bernuci atua como tecnologista em Informação Geográfica e Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na área de produção editorial. Possui graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela UFSCar (2003-2007), especialização em Gestão Cultural pelo Senac-RJ (2009-2010), mestrado (2011-2013) e doutorado (2015-2019) em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ.

Leyde Klébia Silva atua como professora adjunta do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da UFBA e é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Possui graduação em Biblioteconomia (2006-2010), mestrado em Ciência da Informação (2012-2014), ambos pela UFPB, e doutorado em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ (2015-2020).

Claudialyne Araújo é professora adjunta I do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. É graduada em Biblioteconomia (2006-2010) e em Arquivologia (2016-2019), possui mestrado (2011-2013) e doutorado em Ciência da Informação (2017-2019), todos pela UFPB.

Raimundo Nonato é bibliotecário na UFC, é mestre (2012-2014) e doutor em Ciência da Informação (2016-2020) pela UFPB.

Cleyciane Cássia Pereira é bibliotecária na UFPB, possui graduação em Biblioteconomia pela UFMA (2002-2007), mestrado em Ciência da Informação pela UFPB (2009-2011) e doutorado em Ciência da Informação pela UFBA (2014-2018).

Bianca Maria de Brito é colunista da “Revista Cult”, possui graduação em Jornalismo pela Fundação Cásper Líbero (FCL) (2003-2006), mestrado em Educação (2008-2012) e doutorado em Ciência da Informação (2016-2020), ambos pela USP.

Maria Ivonete do Nascimento é professora substituta do Departamento de Ciência da Informação da UnB. Possui graduação em Arquivologia pela UnB (1996-2001), é especialista em Gestão em Controladoria Governamental pela Faculdade Omni (2007-2007) e em Gestão Pública pelo Centro Universitário Projeção (2007-2008). Possui mestrado e doutorado em Ciência da Informação, ambos pela UnB.

Em relação às/aos pesquisadoras/es, destaca-se a Profa. Dra. Leyde Klébia Rodrigues da Silva, que desenvolveu pesquisa sobre os estudos de gênero, tanto no mestrado, quanto no doutorado. Em levantamento realizado no currículo *lattes* da pesquisadora, percebe-se que as suas produções científicas têm pautado o paradigma social (CAPURRO, 2003) da CI, explorando os estudos de gênero na área, desde a sua graduação em Biblioteconomia. A pesquisadora é atuante no ENANCIB, segundo pesquisa de mestrado realizada por Maria Cristina Luciano (2021), e aborda assuntos sobre informação étnico-racial, mulheres negras, mediação da informação e violência doméstica, articulados ao fenômeno informacional em uma perspectiva social da área.

Em pesquisa realizada por Felipe Alves (2021), o autor constata que a pesquisadora também tem se debruçado nas pesquisas sobre a temática étnico-racial antes de publicar no ENANCIB, colocando-se em posição de enfrentamento e resistência para o combate ao epistemicídio negro na CI, tornando-se protagonista social (GOMES, 2019) também nesse âmbito. O autor também destaca a sua orientadora, a Profa. Dra. Mirian Aquino, que é uma referência indispensável para os estudos étnico-raciais na CI e que tem inspirado outras/os pesquisadoras/es a disseminar informações a respeito de grupos sociais que são excluídos da sociedade. A pesquisadora tem pautado a democratização da informação e do conhecimento como ferramenta que proporciona transformações sociais.

Em relação às orientações das dissertações e teses, merecem destaque as/os orientadoras/es que realizaram mais de uma orientação. Nesse sentido, destacam-se a Profa. Dra. Gilda Olinto com orientação de 3 dissertações e 2 teses; a Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes com 3 orientações de mestrado; a Profa. Dra. Giulia Crippa com 2 orientações de mestrado; o Prof. Dr. Gustavo Saldanha com 1 orientação de mestrado e 1 de doutorado; e o Prof. Dr. Marco Antônio Almeida, orientador de 1 dissertação e de 1 tese.

O currículo *lattes* das/os referidas/os orientadoras/es foi consultado para visualizar de maneira mais evidente a trajetória acadêmica das/os orientadoras/es.

A **Profa. Dra. Gilda Olinto** é professora permanente do PPGCI/IBICT-UFRJ, líder do grupo de pesquisa Tecnologia de Informação e Sociedade. Possui graduação em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestrado em Ciência Política pela University of Michigan (UMICH), nos Estados Unidos, e doutorado em Comunicação em Cultura pela UFRJ.

É importante ressaltar que a pesquisadora é referência para os estudos de gênero na CI, o que a torna protagonista na área. Conforme pesquisa realizada por Maria Cristiana Luciano (2021), a Profa. Dra. Gilda Olinto foi a precursora dos estudos de gênero do ENANCIB, em 1995, abordando, inicialmente “a importância e o impacto da cultura adquirida pelas pessoas fora do âmbito escolar – hábitos, concepções e representações para enfrentar as contradições de classe e gênero” (LUCIANO, 2021, p. 93). Atualmente, Gilda Olinto têm investigado as diferenças de gênero na ciência e na tecnologia, analisando as diferenças de oportunidades das mulheres e de outros segmentos em desvantagem social, quanto ao ingresso e progressão na ciência e o uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A Profa. **Dra. Gisele Rocha Côrtes** é professora associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, coordenadora do GT3 - Mediação, circulação e apropriação da informação da ANCIB (2021-2013), vice-coordenadora do PPGCI/UFPB (2021-2023), fundadora e vice-líder do GeMinas. Possui graduação em Pedagogia e Ciências Sociais, mestrado e doutorado em Ciências Sociais, todos pela UNESP, câmpus Araraquara. Desde a sua graduação em Pedagogia, a pesquisadora tem se dedicado às pesquisas sobre gênero e mulheres, iniciando pelo seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, ao investigar sobre a feminização do magistério.

No mestrado e doutorado, a pesquisadora dedicou-se aos estudos sobre gênero e mulheres, com foco na violência doméstica contra as mulheres. Atualmente tem se debruçado no

protagonismo social das mulheres na área por meio das produções científicas e a mediação da informação enquanto um processo que auxilia no combate e prevenção à violência contra as mulheres. Conforme Maria Cristiana Luciano (2021), a Profa. Dra. Gisele Côrtes também se destaca no *hall* das produções científicas do ENANCIB, desenvolvendo trabalhos científicos em parceria com professores/as e orientandas/os.

A **Profa. Dra. Giulia Crippa** é professora associada do Departamento de Bens Culturais da Universidade de Bolonha (Itália), professora titular em Ciências da Informação da USP, professora credenciada de mestrado e doutorado do PPGCI/USP. A pesquisadora possui graduação em Letras Modernas pela *Unviersità degli Studi de Bologna*, mestrado e doutorado em História Social pela USP. Os seus estudos sobre mulheres iniciou-se no doutorado, ao analisar as representações dos corpos femininos nas artes plásticas brasileiras (1900-1940). Neste momento, a pesquisadora tem se dedicado aos estudos sobre memória, museus e patrimônio vinculados aos estudos de gênero, conforme verificado nas produções científicas registradas no seu currículo *lattes*.

Dois orientadores também se destacaram neste estudo: o Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha e o Prof. Dr. Marco Antonio Almeida. O Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha é pesquisador titular do IBICT, professor Adjunto da UNIRIO. O pesquisador possui graduação em Biblioteconomia e mestrado em Ciência da Informação pela UFMG e doutorado pelo IBICT-UFRJ; e agora tem se dedicado às pesquisas no âmbito epistemológico da área.

O Prof. Dr. Marco Antonio Almeida é professor associado da USP, possui bacharel em Ciências Sociais e mestrado em Sociologia, ambos pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ultimamente tem se dedicado às pesquisas sobre teoria social da comunicação e da informação, mediação e ação cultural, sociologia da cultura, sociabilidade e novas tecnologias e políticas culturais e da informação.

A partir da consulta realizada nos currículos *lattes* dos pesquisadores, percebeu-se que as suas produções científicas sobre os estudos de gênero foram realizadas em conjunto com as orientandas, frutos das suas pesquisas de mestrado e doutorado.

Donna Haraway (1988) alerta que trazer os homens para o debate feminista é valorizar outras perspectivas de gênero na ciência, desde que a epistemologia feminista seja preservada, como também com o seu papel fundamental na busca pela diminuição das desigualdades entre os gêneros em todos os âmbitos sociais. Partindo da perspectiva de Donna Haraway (1988), para os

homens poderem entrar no debate, faz-se necessário que eles tenham consciência dos espaços de privilégio que ocupam, entendendo que, mesmo que estejam em posição de enfrentamento e resistência contra o sexismo, misoginia e patriarcado, modelos de opressões que permeiam a sociedade, eles usufruem das estruturas de poder que lhes são concebidas.

5.3 LINHAS DE PESQUISA

Também foram recuperadas as linhas de pesquisa em que as dissertações e teses estão vinculadas. Entretanto, em relação ao PPGCI/IBICT-UFRJ, não constam os dados sobre as linhas de pesquisa nas dissertações e teses. Esses dados foram extraídos do *site*⁶ do programa e foram consideradas as linhas de pesquisa as quais as/os orientadoras/es estão vinculadas/os. A seguir, no quadro 6, a relação de linhas de pesquisa que foram localizadas nos PPGCIs que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

Quadro 6 – Linhas de pesquisa

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação	Linhas de Pesquisa
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	1: Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento 2: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação
Universidade de Brasília (UnB)	1: Organização da informação 2: Comunicação e mediação da informação
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	1: Informação e tecnologia 2: Produção e organização da informação 3: Gestão, mediação e uso da informação
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1: Políticas e tecnologias da informação 2: Produção, circulação e mediação da informação
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1: Organização, representação e mediação da informação e do conhecimento 2: Informação, gestão e tecnologia
Universidade de São Paulo (USP)	1: Apropriação social da informação 2: Gestão de dispositivos de informação 3: Organização da informação e do conhecimento
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1: Informação, memória e sociedade 2: Organização, acesso e uso da informação 3: Ética, gestão e políticas de informação

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

⁶ Para saber mais, acesse: <http://www.ppgci.ufrj.br/pt/>.

Conforme apresenta o quadro 6, o PPGCI/IBICT-UFRJ possui 2 linhas de pesquisa: “Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento” e “Configurações socioculturais, políticas e econômicas de informação”; o PPGCI/UnB com 2 linhas de pesquisa: “Organização da informação” e “Comunicação e mediação da informação”; o PPGCI/UNESP com 3 linhas de pesquisa: “Informação e tecnologia”, “Produção e organização da informação” e “Gestão, mediação e uso da informação”; o PPGCI/UFBA com 2 linhas de pesquisa, que são: “Políticas e tecnologias da informação” e “Produção, circulação e mediação da informação”; o PPGCI/UFSC com 2 linhas de pesquisa: “Organização, representação e mediação da informação e do conhecimento” e “Informação, gestão e tecnologia”. No PPGCI/USP e no PPGCI/UFPB são encontradas 3 linhas de pesquisa em cada programa. Na USP, “Apropriação social da informação”, “Gestão de dispositivos de informação” e “Organização da informação e do conhecimento”; na UFPB, conta-se com “Informação, memória e sociedade”, “Organização, acesso e uso da informação” e “Ética, gestão e políticas de informação”.

De acordo com os dados levantados, algumas linhas de pesquisa não foram contempladas para a elaboração das dissertações e teses. A seguir, no quadro 7, serão expostas as pesquisas que estão vinculadas às linhas de pesquisa dos seus respectivos PPGCIs.

Quadro 7 – Dissertações e teses vinculadas às linhas de pesquisa dos PPGCIs

PPGCI/IBICT-UFRJ	
Linha de pesquisa 1: Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento	
Título: Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura	Autoria: Amanda Christina Salomão Orientação: Gustavo Silva Saldanha Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2020
Título: Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação	Autoria: Leyde Klebia Rodrigues da Silva Orientação: Gustavo Silva Saldanha Tipo: Tese Ano de defesa: 2020
Linha de pesquisa 2: Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação	
Título: Gênero, ciência e contexto regional: analisando diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras	Autoria: Elinielle Pinto Borges Orientação: Gilda Olinto Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2014

Título: Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação	Autoria: Leididaiana Araújo e Silva Orientação: Gilda Olinto Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2014
Título: Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do Programa Federal GESAC	Autoria: Ariane Durce Maciel Orientação: Gilda Olinto Tipo: Tese Ano de defesa: 2015
Título: Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados	Autoria: Carla Maria Martellote Viola Orientação: Marco André Feldman Schneider Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Título: Herdeiras de Ada Lovelace: iniciativas para fomentar a participação feminina na computação no Brasil e no mundo	Autoria: Deborah Abreu de Araújo Orientação: Gilda Olinto Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Título: Visibilidades na pesquisa sobre aborto induzido no Brasil: onde estão as palavras e as coisas?	Autoria: Martha Maria Braga Neiva Moreira Orientação: Rose Marie Santini Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Título: Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II	Autoria: Nádia Bernuci dos Santos Orientação: Gilda Olinto Tipo: Tese Ano de defesa: 2019
Título: Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil	Autoria: Nathália Lima Romeiro Orientação: Arthur Coelho Bezerra Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
PPGCI/UnB	
Linha de pesquisa 1: Organização da Informação	
Título: Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros	Autoria: Maria Ivonete Gomes do Nascimento Orientação: Eliane Braga de Oliveira Tipo: Tese Ano de defesa: 2020
Linha de pesquisa 2: Comunicação e Mediação da Informação	

Título: Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)	Autoria: Ada Suyin Sosa Solano Orientação: Elmira Luzia Melo Soares Simeão Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2015
Título: Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero	Autoria: Elton Mártires Pinto Orientação: Fernando César Lima Leite Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
PPGCI/UNESP	
Linha de pesquisa 2: Produção e Organização da Informação	
Título: Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina nas linguagens documentárias brasileiras	Autoria: Suellen Oliveira Milani Orientação: José Augusto Chaves Guimarães Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2010
Título: Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas	Autoria: Gislaine Imaculada de Matos Orientação: Ely Francina Tannuri de Oliveira Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Título: A pesquisa brasileira acerca do feminismo: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados <i>Scopus</i>	Autoria: Denise Cristina Belam Fioravanti Orientação: Daniel Martinez-Ávila Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Título: A presença do feminino na biblioteconomia brasileira: aspectos históricos	Autoria: Ana Laura Silva Xavier Orientação: Deise Maria Antonio Sabbag Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2020
PPGCI/UFBA	
Linha de pesquisa 1: Políticas e Tecnologia da Informação	
Título: Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo	Autoria: Bruno Almeida dos Santos Orientação: Nídia Maria Lienert Lubisco Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Linha de pesquisa 2: Produção, Circulação e Mediação da Informação	
Título: A Ciência da Informação no Brasil: um retrato da área através do estudo de autoria e da análise das redes de colaboração	Autoria: Bruna S. do Nascimento Orientação: Maria Yêda Filgueiras Gomes Tipo: Dissertação

científica	Ano de defesa: 2011
Título: Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatiua – Maranhão	Autoria: Cleyciane Cássia Moreira Pereira Orientação: Maria Isabel J. Sousa Barreira Tipo: Tese Ano de defesa: 2018
Título: A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento: uma abordagem de representatividade social	Autoria: Vanessa Jamile Santana dos Reis Orientação: José Carlos Sales dos Santos Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
PPGCI/UFSC	
Linha de pesquisa 2: Informação, Gestão e Tecnologia	
Título: Estudos de gênero na Ciência da Informação: análise dos anais do ENANCIB	Autoria: Mariana Faustino dos Passos Orientação: Ursula Blattmann Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
PPGCI/USP	
Linha de pesquisa 1: Apropriação Social da Informação	
Título: As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura	Autoria: Larissa Akabochi de Carvalho Orientação: Giulia Crippa Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2014
Título: Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil	Autoria: Carolina Ito Messias Orientação: Giulia Crippa Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
Título: Construções identitárias & TICs: o caso do blog "Blogueiras Negras"	Autoria: Thais Pereira da Silva Orientação: Marco Antônio Almeida Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Título: A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo	Autoria: Bianca Maria Santana de Brito Orientação: Marco Antônio Almeida Tipo: Tese Ano de defesa: 2020
Linha de pesquisa 2: Gestão de Dispositivos de Informação	

Título: Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação	Autoria: Mariana Xavier Orientação: Nair Yumiko Kobashi Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2018
PPGCI/UEPB	
Linha de pesquisa 1: Informação, Memória e Sociedade	
Título: Arquitetura da informação pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba	Autoria: Michel Batista Silva Orientação: Henry Poncio Cruz de Oliveira Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Linha de pesquisa 2: Organização, Acesso e Uso da Informação	
Título: Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba	Autoria: Leyde Klebia Rodrigues da Silva Orientação: Mirian de Albuquerque Aquino Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2014
Título: Práticas informacionais e a construção da competência crítica da informação: Um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba	Autoria: Daniella Alves de Melo Orientação: Edvaldo Carvalho Alves Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Título: Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica	Autoria: Claudialyne da Silva Araújo Orientação: Gisele Rocha Côrtes Tipo: Tese Ano de defesa: 2019
Título: Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade	Autoria: Maria da Conceição Davi Orientação: Joana Coeli Ribeiro Garcia Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Título: Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT	Autoria: Laelson Felipe da Silva Orientação: Gisele Rocha Côrtes Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2019
Título: Asas da informação: Protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo na Paraíba	Autoria: Aurekelly Rodrigues da Silva Orientação: Gisele Rocha Côrtes Tipo: Dissertação Ano de defesa: 2020
Linha de pesquisa 3: Ética, Gestão e Políticas de Informação	

Título: Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil	Autoria: Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos Orientação: Isa Maria Freire Tipo: Tese Ano de defesa: 2020
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No que diz respeito às linhas de pesquisa em que as dissertações e teses estão inseridas, constatou-se que no PPGCI/IBICT as 2 linhas de pesquisa foram contempladas. A primeira, “Comunicação, Organização e Gestão da Informação”, possui 1 dissertação, de autoria de Amanda Salomão e 1 tese, da pesquisadora Leyde Klebia Rodrigues da Silva. Na linha de pesquisa 2, “Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação”, situam-se as dissertações de Elinielle Pinto Borges, Leididaiana Araújo e Silva, Carla Maria Martellote Viola, Deborah Abreu de Araújo, Martha Maria Braga Neiva Moreira, Nathália Lima Romeiro e as teses de Ariane Durce Maciel e de Nádia Bernuci dos Santos.

No PPGCI/UnB, na linha de pesquisa 1, “Organização da Informação”, situou-se a dissertação de Maria Ivonete Gomes do Nascimento. Já na linha de pesquisa 2, “Comunicação e Mediação da Informação”, situam-se as dissertações de Ada Suyin Sosa Solano e Elton Mártires Pinto. No PPGCI/UNESP, apenas 1 das linhas de pesquisa foi contemplada, “Produção e Organização da Informação”, onde estão vinculadas as dissertações de Suellen Oliveira Milani, Gislaine Imaculada de Matos, Denise Cristina Belam Fioravanti e de Ana Laura Silva Xavier. No PPGCI/UFBA, a dissertação de Bruno Almeida dos Santos está inserida na linha de pesquisa “Políticas e Tecnologias da Informação”. As dissertações de Bruna S. do Nascimento, Vanessa Jamile dos Reis e a tese de Cleyciane Cássia Moreira Pereira estão vinculadas à linha de pesquisa “Produção, Circulação e Mediação da Informação.”

O PPGCI/UFSC, 1 dissertação recuperada e inserida no *corpus* desta pesquisa, da pesquisadora Mariana Faustino dos Passos, está vinculada à linha de pesquisa “Informação, Gestão e Tecnologia”. No PPGCI/USP, 2 linhas de pesquisa estão contempladas com a inserção de dissertações e teses com as temáticas de gênero, mulher e feminismo. Nesse sentido, conta-se com as dissertações de Larissa Akabochi de Carvalho, Carolina Ito Messias, Thaís Pereira da Silva e a tese de Bianca Maria Santana de Brito na linha de pesquisa “Apropriação Social da Informação”. Já na linha de pesquisa “Gestão de Dispositivos de Informação”, aparece a dissertação de Mariana Xavier.

No PPGCI/UFPB, todas as linhas de pesquisa possuem pesquisas sobre “gênero”, “mulher” e “feminismo”. Na linha de pesquisa “Informação, Memória e Sociedade”, a dissertação de Michel Batista Silva. A linha de pesquisa “Organização, Acesso e Uso da Informação” possui as dissertações de Leyde Klébia Rodrigues da Silva, Daniella Alves de Melo, Maria da Conceição Davi, Laelson Felipe da Silva, Aurekelly Rodrigues da Silva e a tese de Claudyaline da Silva Araújo. Por fim, a linha de pesquisa “Ética, Gestão e Políticas de Informação” contém a tese de Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos.

Ao final da coleta de dados, nota-se que a estrutura dos PPGCIs é alicerçada em 17 linhas de pesquisa distribuídas em 7 programas. As 27 dissertações e 8 teses se distribuem em 13 linhas de pesquisa, sendo elas: **Comunicação, Organização e Gestão da Informação e do Conhecimento e Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação** (PPGCI/IBICT-UFRJ); **Organização da Informação e Comunicação e Mediação da Informação** (PPGCI/UnB); **Produção e Organização da Informação** (PPGCI/UNESP); **Políticas e Tecnologia da Informação e Produção, Circulação e Mediação da Informação** (PPGCI/UFBA); **Informação, Gestão e Tecnologia** (PPGCI/UFSC); **Apropriação Social da Informação e Gestão de Dispositivos de Informação** (PPGCI/USP); **Informação, Memória e Sociedade, Organização, Acesso e Uso da Informação e Ética, Gestão e Políticas de Informação** (PPGCI/UFPB).

É notório que a maioria das linhas de pesquisa dos PPGCIs possuem dissertações e teses voltadas para as temáticas gênero, mulher e feminismo. Ainda assim, 4 linhas de pesquisa que estão vinculadas às instituições não fizeram parte deste panorama: a UNESP, com as linhas de pesquisa **Informação e Tecnologia e Gestão, Mediação e Uso da Informação**; a UFSC, com a linha **Organização, Representação e Mediação da Informação e do Conhecimento**; e a USP, com a linha de pesquisa **Organização da Informação e do Conhecimento**.

Percebe-se que, das 4 linhas de pesquisa, 2 possuem vertentes voltadas para a organização e representação da informação e do conhecimento, a da UFSC e a da USP, e isso quer dizer que os recortes de pesquisa sobre representação e organização do conhecimento são pouco explorados no âmbito dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo, especificamente nesses PPGCIs.

Em um estudo realizado por Ana Rosa Ribeiro, Beatriz Decourt e Tatiana de Almeida (2017), as autoras relatam que, devido ao crescimento da produção científica, é urgente que pesquisas sobre o uso do termo “gênero” e os seus desdobramentos, na CI, sejam explorados,

principalmente nos programas de pós-graduação. As pesquisadoras relatam que os instrumentos terminológicos utilizados para classificar, representar e organizar o conhecimento são estruturados a partir de um contexto histórico, social e cultural e que nessa perspectiva do domínio “gênero”, os sistemas de classificação não se adequam a pluralidade das culturas e contextos sociais, sendo necessária uma atualização nesses sistemas.

Essas perspectivas trazidas pelas autoras dão margem para que pesquisas de mestrado e doutorado na CI possam ser voltadas para a representação e organização da informação e do conhecimento a partir de uma ótica do paradigma social (CAPURRO, 2003). Mas, mesmo assim, segundo os dados levantados nesta pesquisa, a partir das dissertações e teses disponibilizadas nos repositórios, os estudos de gênero no âmbito dos PPGCIs iniciaram em 2010, com a dissertação de Suellen Milani, intitulada “Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina nas linguagens documentárias brasileiras”.

A mediação da informação também aparece em 2 linhas de pesquisa que não estão inseridas no panorama, que são as da UNESP e da UFSC. Por meio da perspectiva dos estudos sobre mulher, gênero e feminismo, faz-se necessário que pesquisas voltadas para as ações de mediação da informação sejam exploradas no campo da CI. De acordo com Gisele Côrtes, Edvaldo Alves e Leyde Klébia Silva (2015), a atuação da/o profissional da informação, enquanto agente informacional do processo de mediação da informação, é imprescindível para que esquemas hegemônicos de gênero, que beneficiam os homens, sejam repensados e desnaturalizados no âmbito das pesquisas de mestrado e doutorado nos PPGCIs. A mediação da informação, neste sentido, colabora para que os estudos sobre mulheres possam se desdobrar, explorados por meio de outros recortes de pesquisa, promovendo novas fontes de saberes. A partir de 2022, na UFPB, houve alterações nas linhas de pesquisa do programa. Atualmente, as linhas de pesquisa são denominadas: Memória, Mediação e Apropriação da Informação; Organização, Representação e Tecnologias da Informação; e Ética, Gestão e Políticas da Informação.

O próximo tópico tratará sobre os conteúdos informacionais das dissertações e teses e serão vinculadas às ações de interferência e apropriação da informação, que estão imersas no processo de mediação consciente da informação que promove protagonismo social (GOMES, 2019).

5.4 A BUSCA PELO PROTAGONISMO SOCIAL POR MEIO DE CONTEÚDOS INFORMACIONAIS MEDIADOS CONSCIENTEMENTE PELAS PESQUISADORAS

Neste subtópico serão apresentados os conteúdos informacionais das dissertações e teses, de maneira a compreender como as/os pesquisadoras/es abordaram a temática, sobretudo, no objetivo geral das pesquisas e na maneira em que os estudos sobre gênero foram discutidos nos textos.

5.4.1 O uso das palavras-chave e a ação da mediação consciente da informação

No campo da CI, é de fundamental importância que a área se comprometa com a mediação consciente da informação, com o foco na visibilidade de grupos sociais marginalizados, particularmente, das mulheres e suas pluralidades nos mais diversos contextos sociais, com vistas ao alcance do protagonismo social. Nessa perspectiva, as/os profissionais da informação, enquanto agentes mediadoras/es informacionais, assumem uma postura política de enfrentamento contra o silenciamento das mulheres no âmbito científico (GOMES; CÔRTEZ, 2021).

No contexto desta pesquisa, autoras/es e orientadoras/es das dissertações e teses são consideradas/os agentes informacionais no processo de mediação consciente da informação, que disseminam informações atinentes aos estudos de gênero, mulher e feminismo, tomando para si a *práxis* política que age a favor dos direitos coletivos das mulheres. As/os pesquisadoras/es mediam conscientemente as informações contidas nos estudos de mestrado e doutorado, desde a escolha do tema ao desenvolvimento de suas pesquisas.

Deste modo, levando em consideração a mediação consciente da informação desde a escolha das temáticas à finalização e disseminação de conhecimento de direitos, considera-se que as/os pesquisadoras/es, tanto nas autorias como nas orientações, alcançam o protagonismo social (GOMES, 2019). As pesquisas delineadas no *corpus* deste estudo denunciam as opressões vivenciadas pelas mulheres nas esferas pública e privada, levando em consideração as pluralidades das mesmas. Desta forma, expor as repressões sofridas pelas mulheres no âmbito científico tem o intuito de diminuir as desigualdades entre os gêneros, buscando uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres (GOMES; CÔRTEZ, 2021).

Conforme Maria Cristiana Luciano et al (2022), visibilizar quem está à frente das produções científicas - que no âmbito desta pesquisa são as dissertações e teses -, como também investigar os conteúdos informacionais que são mediados conscientemente pelas/os pesquisadoras/es, contribui

diretamente para a busca do protagonismo social, tendo em vista que o exercício mediador da informação é ação central do protagonismo social.

Conforme Santos Neto e Almeida Júnior (2019), algumas pesquisas têm uma propensão de atribuir a neutralidade científica para a ação e o conceito de mediação da informação, o que nega a natureza dialógica, ética, estética, formativa e política (GOMES, 2019) existente na mediação consciente da informação, bem como a interferência das/os agentes informacionais. Os autores alertam para que as pessoas que mediam informações estejam dispostas a uma transformação constante, tanto na apropriação das novas epistemologias da mediação da informação, como em novos contextos onde a ação de mediação da informação possa ser exercida, estando ligada diretamente a contextos históricos, políticos e culturais que visam a solução para os conflitos que permeiam a sociedade.

Tomando como base os argumentos de Santos Neto e Almeida Júnior (2019) a respeito da ação da mediação da informação, as autorias e orientações que estão à frente das produções científicas de dissertações e teses sobre gênero, mulher e feminismo, renunciam a ideia da neutralidade científica na ação mediadora da informação, mediando e disseminando informações, com vistas a confrontar os esquemas hegemônicos de gênero, assumindo um posicionamento político pautado na desnaturalização das estruturas de poder patriarcais e androcêntricas.

De acordo com Gisele Côrtes e Gracy Kelli Martins (2020), a atuação das mulheres na CI é resultado de uma trajetória de luta e resistência. As pesquisadoras relatam que as ações exercidas pelo movimento feminista são fundamentais para a conquista de direitos das mulheres, incluindo a ocupação dos espaços públicos nas instituições de ensino superior, e, no contexto desta pesquisa, no desenvolvimento de pesquisas de mestrado e doutorado, que expõem o percurso político das mulheres, articulados, principalmente, aos marcadores sociais da diferença de raça, gênero e classe social.

Com o intuito de representar as dissertações e teses também foram recuperadas, no *corpus* desta pesquisa, as palavras-chave utilizadas pelas autorias das dissertações e teses. Nesse contexto, a informação é considerada um recurso estratégico, intrínseco no encadeamento de geração de conhecimento e, quando mediada conscientemente, no processo de apropriação da informação, além da interferência das/os agentes mediadores, proporciona um momento de dialogia, troca de saberes e desperta o senso crítico entre os sujeitos. Deste modo, todo esse processo exige que o conteúdo seja representado de maneira que possa auxiliar e assimilar as ideias, nos processos de

Dentre os termos utilizados para a representação das dissertações e teses, dentre os descritores utilizados: “gênero”, “mulher” e “feminismo”, o termo ‘feminismo’ foi o menos utilizado para a sua representação. Deste modo, considera-se que não utilizar os termos que representam fielmente, e conseqüentemente, mediam informações em relação aos estudos sobre mulheres, dificulta o processo de recuperação da informação e invisibiliza a contribuição que o feminismo trouxe para a emancipação das mulheres na ciência.

Como abordado anteriormente, as autorias e as orientações, ao delinearem de maneira consciente o recorte e o objeto de pesquisa a serem investigados no âmbito das dissertações e teses dos PPGCIs, dentro da perspectiva dos estudos de gênero, mulher e feminismo, possibilitam a mediação consciente da informação em diversas esferas sociais que negam os espaços às mulheres. Portanto, produzir cientificamente sobre essas temáticas na CI é uma maneira de confrontar os esquemas hegemônicos androcêntricos que permeiam a academia enquanto um “campo de poder” (CÔRTEZ; MARTINS, 2020, p. 282) que, ao longo da história, foi estruturado para excluir as mulheres da sua constituição. Considera-se, então, que as pesquisadoras, enquanto sujeitos políticos que estão constantemente em posição de luta e enfrentamento aos antagonismos estruturais presentes na academia, tornam-se protagonistas sociais no âmbito da CI.

Vê-se, então, a seguir, os conteúdos informacionais das dissertações e teses e como as temáticas de gênero, mulher e feminismo foram abordadas nas pesquisas de mestrado e doutorado.

5.4.2 O protagonismo social das/os pesquisadoras/es nas dissertações e teses sobre “mulher”, “gênero” e “feminismo”

Neste último subtópico, o critério utilizado para a apresentação dos dados, foi por ordem cronológica crescente, partindo da primeira dissertação recuperada no *corpus* da pesquisa, no ano de 2010, às dissertações e teses de 2020.

A dissertação de **Suellen Milani**, intitulada **Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras**, teve como objetivo contribuir para a sedimentação teórica da área de pesquisa em Ética na representação do conhecimento por meio da análise de eventuais *biases* imbuídas de preconceitos relativos à questão feminina em linguagens documentais. Foram recuperados 360 termos relacionados às mulheres nos sistemas de classificação CDDireito, TAFBN e VCB. A autora inseriu os descritores nas categorias: criminalidade, cultura, direito, educação, feminismo, história, indivíduo,

maternidade, religião, saúde e esporte, sexualidade, sociedade e trabalho. A pesquisadora trouxe discussões sobre as mulheres em diferentes contextos sociais, a exemplo das mulheres vítimas de violência, mulheres alcoólatras, e também as questões políticas e de saúde das mulheres.

Dentro dessas realidades, Suellen Milani (2010) não se limita apenas aos sistemas de classificação como uma ordem de conceitos e significados apenas dentro da Biblioteconomia, mas consegue expandir e trazer a realidade vivenciada por mulheres para a organização do conhecimento. Leva-se também em consideração que é necessário discutir sobre as mulheres em diferentes contextos, inclusive nas linguagens documentárias utilizadas nos sistemas de classificação para representação e organização do conhecimento, principalmente ao considerar como os marcadores sociais da diferença se interseccionam a partir das suas vivências e historicidade. Partindo da perspectiva do conceito de mediação consciente da informação, a pesquisadora interfere nos seus objetos de estudo (os sistemas de classificação CDDireito, TAFBN e VCB) ao indagar e abrir margens para que os estudos da Organização do Conhecimento possam ser explorados por meio de uma perspectiva feminista, onde as “as próprias mulheres devem pensar, repensar e discutir descritores das linguagens documentais que as representem, não apenas como procedimento técnico, mas como uma afirmação de identidade, contra uma representação mimetista dos estereótipos proliferados pela sociedade” (MILANI, 2010, p. 117).

O objetivo da pesquisa de **Bruna Nascimento**, denominada **A Ciência da Informação no Brasil: um retrato da área através do estudo de autoria e da análise das redes de colaboração científica**, foi conhecer como se configuram a autoria e a colaboração científica entre os autores/pesquisadores que publicam seus trabalhos nos periódicos brasileiros da área de CI, no período de 2000 a 2010, nos estratos A2, B1, B2 e B3 com base nos critérios de classificação do Qualis/CAPES 2008. Como visto no objetivo geral, a dissertação de mestrado de Bruna Nascimento não possui o recorte sobre as temáticas gênero, mulher e feminismo, o que implica na falta de discussão sobre o conceito de gênero e as suas contribuições para a ciência no texto. Entretanto, nos seus resultados e discussões, foi possível perceber que a autora se atentou ao gênero de quem estava publicando e colaborando cientificamente nos periódicos científicos.

A pesquisadora constatou que 60,63% das publicações científicas da área são de autoria feminina, o que reforça estudos anteriores de Bohn (2003) e Vilan Filho, Souza e Mueller (2008), onde as/os autoras/es relataram, com base na análise de 20 periódicos da área entre os anos de 1972 a 2007, que 58% das autorias eram das mulheres. A pesquisa de Bohn (2003), realizada nos

periódicos “Ciência da Informação”, “Encontros Bibli”, “DatagramaZero” e “Informação & Sociedade”, também reforça que 63% das publicações são de autoria feminina. Porém, esses dados não representam o quanto as mulheres vêm produzindo cientificamente na Ciência sobre os estudos de gênero. Os dados da pesquisa de Bruna Nascimento foram essenciais para que a pesquisadora, juntamente a Leilah Bufrem (2012), pudessem se aprofundar na questão do gênero nas literaturas científicas da CI, analisando a presença das mulheres enquanto produtoras de informação e como essa temática vem sendo trabalhada na área. As autoras realizaram um estudo na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), entre os anos de 1972 e 2011, e perceberam que os artigos que contemplam a temática de gênero na área correspondiam a 16,22%, quantitativamente, esse dado corresponde a 18 publicações durante esses anos. Também constata-se que poucas/os autoras/es publicaram mais de uma vez, o que reforça a incipiência desses estudos na área. Dessas autorias, 79,28% são mulheres, o que responsabiliza o público feminino a continuar produzindo nesta seara. Pode-se considerar, então, que os resultados da dissertação de mestrado de Bruna S. Nascimento foram subsídios para que a pesquisadora pudesse desenvolver outros estudos de gênero na CI.

O objetivo da pesquisa de **Elinielle Borges**, que tem como título **Gênero, ciência e contexto regional: analisando diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras**, foi identificar diferenças de gênero entre docentes-pesquisadores da UFMA e UFRJ, buscando detectar diferenças resultantes do contexto regional e das experiências a que docentes-pesquisadores destas instituições são submetidos dentro e fora do contexto científico. A autora traz questionamentos que possibilitam um debate crítico acerca da temática sobre as mulheres na ciência, levando em consideração as características regionais que as mulheres possuem. Nesse sentido, a interseccionalidade de gênero, regionalidade e, em alguns casos, de raça, se faz presente nos estudos da pesquisadora.

Levando em consideração que a pesquisa de Elinielle Borges é de campo, o seu instrumento de coleta foi a entrevista semiestruturada. As indagações e interferências iniciam-se quando a autora provoca desestabilização às interlocutoras, promovendo uma gama de interpretações e compreensões, no qual as entrevistadas expandem o seu campo cognitivo acerca da problemática. Os questionamentos da pesquisadora surgem de maneira responsável e posicionada, mediando conscientemente o debate crítico acerca da temática, com o intuito de desnaturalizar as desigualdades entre os gêneros na carreira científica. Outra questão notória é a dialogia existente

entre as/os interlocutoras/es, que assegura, também, o respeito à alteridade (GOMES, 2019) sobre os diversos pontos de vista dentro dos seus respectivos contextos sociais. Por fim, baseando-se nas vivências das mulheres entrevistadas, algumas interlocutoras percebem a existência da “guetização” das profissões, como aponta Gilda Olinto (2011).

A dissertação de **Larissa Carvalho, As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura**, teve como objetivo analisar a apropriação da informação na comunidade Skoob, relativa à leitura, através dos comentários que os próprios usuários e usuárias fizeram a respeito das suas leituras. Após a análise dos comentários na plataforma, a pesquisadora se coloca enquanto uma figura de resistência, ao indagar alguns estereótipos expostos nos comentários. Em um dos comentários apresentados, nota-se alguns olhares machistas em relação às leituras realizadas por mulheres. É fato que a leitura também é um espaço negado às mulheres, e nesta mesma análise, a pesquisadora reconhece os comentários sexistas e em seu texto rebate alguns dos comentários apresentados. Segundo a autora, os rótulos utilizados para caracterizar as mulheres se estendem às leituras de algumas obras e aos gêneros literários que possuem mais “afinidade”.

A pesquisa de mestrado de **Leididaiana Araújo e Silva**, intitulada **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação**, teve como objetivo recontar, através da visão das cinco lideranças entrevistadas, a história do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), ressaltando os conflitos e dificuldades, assim como as vitórias e perspectivas para o movimento no futuro. Ao analisar a construção teórica do texto de dissertação, percebeu-se que a pesquisadora também levou em consideração as características e a historicidade das mulheres que residem na zona rural, em uma perspectiva interseccional de gênero, raça e regionalidade.

A autora traz a forma em que as mulheres que fazem parte do movimento resistiram aos conflitos existentes em seus lares para poderem se dedicar ao MIQCB. Na perspectiva da mediação consciente da informação, a pesquisadora teve a intenção de promover visibilidade ao movimento e às mulheres que fazem parte dele. Para além disso, o texto traz reflexões às/leitoras/es sobre as vivências das mulheres nos movimentos sociais. Considera-se, então, que o presente estudo ultrapassa as barreiras entre a academia e a sociedade, pois a pesquisadora, ao trazer as experiências de mulheres atuantes de movimentos sociais, extrapola os limites existentes nos ambientes

informativos, para além de suas “[...] próprias ações, processos, instrumentos, produtos e serviços de informação” (GOMES, 2021, p. 9).

A dissertação **Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)** teve como objetivo reconhecer e descrever a percepção das mulheres em situação de pobreza sobre a informação em saúde sexual e reprodutiva facilitada pelos programas sociais do Governo do Distrito Federal (GDF). O estudo de **Ada Suyin Solano** mostrou-se importantíssimo no âmbito da saúde sexual e reprodutiva das mulheres de baixa renda na Cidade Estrutural, em Brasília - DF, articulando a forma que a informação é veiculada e disseminada entre as mulheres pobres. A condição em que se encontram das mulheres em situação de extrema pobreza se reflete no acesso à informação por meio da utilização das TICs e foi possível perceber que a pesquisadora, por meio das entrevistas semiestruturadas, proporcionou um espaço de troca de informações acerca dos métodos contraceptivos.

Ada Solano relata que a maioria das mulheres entrevistadas engravidaram de maneira indesejada, por não conseguirem acesso à informação sobre as formas de prevenção à gravidez. De maneira consciente, a pesquisadora interfere em contextos sociais de extrema vulnerabilidade, promovendo a transformação de realidades sociais por meio da disseminação e mediação da informação de maneira consciente.

O objetivo do estudo de **Carla Maria Martelotte Viola**, intitulado **Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados**, foi examinar quais os temas e assuntos predominantes nas proposições que tramitam na Câmara dos Deputados com os parâmetros de busca contendo o termo “mulher” até dezembro de 2017, fazendo uso das prerrogativas da Lei de Acesso à Informação. A pesquisadora realizou um levantamento da atuação das deputadas na Câmara Federal junto aos Projetos de Lei (PL) elaborados por elas. Na dissertação, foi possível perceber que a autora trouxe uma relação de todas as temáticas que envolvem os PL. Segundo a autora, a informação que está relacionada às políticas sociais apresentadas nos PL pode ser considerada plural, pois atende as necessidades e promove a emancipação das mulheres enquanto sujeitos políticos.

A dissertação de **Deborah de Araújo**, que é denominada **Herdeiras de Ada Lovelace: iniciativas para fomentar a participação feminina na computação no Brasil e no mundo**, analisa o impacto dos projetos voltados para as mulheres na área da Ciência da Computação, mais precisamente no âmbito da programação. A coleta de dados da pesquisa foi realizada por meio de

entrevistas, nas quais a pesquisadora interferiu nos discursos das entrevistadas, despertando reflexões acerca do protagonismo das mulheres enquanto programadoras. A interferência é um elemento primordial no processo de mediação consciente da informação e pode ser considerada uma ação política, de maneira intencional ou não (GOMES, 2021).

No contexto da pesquisa, fica evidente o uso da interferência ao indagar sobre o envolvimento das interlocutoras em iniciativas das questões femininas na área. A interferência promove desconstrução de estereótipos de gênero que desvalorizam as mulheres na ocupação e nas profissões da área de tecnologia. A temática de gênero foi descrita abordando as diferenças de gênero na área da computação e, logo após, as iniciativas de mulheres na computação. Outro ponto a ser mencionado, é que, após as indagações da pesquisadora, as interlocutoras se reconhecem enquanto feministas e, conseqüentemente, compreendem que atuar enquanto programadoras também é uma ação política de resistência por serem mulheres, considerando que elas são uma pequena parcela que trabalha na área de tecnologia.

O objetivo do estudo de mestrado **Visibilidades na pesquisa sobre aborto induzido no Brasil: onde estão as palavras e as coisas?**, da autoria de **Martha Neiva Moreira**, foi compreender aspectos quantitativos da dinâmica de pesquisa sobre o aborto induzido no país, diante da problemática do contexto restritivo da lei que dificulta a coleta de informações. Para tratar dos estudos de gênero, a pesquisadora analisou, por meio da perspectiva do biopoder de Foucault, o que é visto enquanto um instrumento de controle dos corpos das mulheres. A dissertação de Marta Moreira é a segunda que explora a temática do aborto como um problema de saúde pública para as mulheres. Pelo viés do conceito de gênero, a autora busca desconstruir a ideia da maternidade como algo que está inerente à biologização do corpo das mulheres. A dissertação é de cunho político e rebate a institucionalização dos corpos femininos, que são vistos enquanto propriedades do Estado e do capitalismo.

Élton Mártires Pinto foi a primeira pessoa do gênero masculino a desenvolver uma pesquisa voltada para os estudos de gênero na CI. A pesquisa intitulada **Informação e transgeneridade: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero** teve como objetivo analisar a relação entre o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero. Para a coleta de dados, o pesquisador realizou entrevistas com um grupo de mulheres trans, onde foi possível perceber todo o percurso informacional que as entrevistadas percorreram para se reconhecerem

enquanto mulheres trans. Durante a pesquisa, as mulheres foram indagadas sobre os seus sentimentos em relação ao acesso à informação. Nesse processo, percebe-se a ação de interferência e o despertar do senso crítico, presentes no processo de mediação consciente da informação, principalmente quando as interlocutoras identificam o acesso à informação enquanto um objeto social que promove o próprio reconhecimento enquanto mulheres na construção das suas identidades.

A pesquisa de mestrado de **Gislaine Matos**, que tem como título **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas**, teve como objetivo analisar a produção científica acerca do domínio “Feminismo e Estudos de Gênero”, por meio da aplicação de indicadores bibliométricos aos artigos publicados entre 2001 a 2016 no periódico “Revista Estudos Feministas” (REF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No seu arcabouço teórico, são descritas e apresentadas as influências do movimento feminista para a ciência, discutindo, de maneira breve, algumas vertentes do feminismo, a exemplo do feminismo negro, transfeminismo e feminismo interseccional. Discorrer sobre essas temáticas, mediadas de maneira consciente, demonstra que a pesquisadora está atenta para os debates sobre o feminismo interseccional de raça e gênero.

Bruno dos Santos, em sua pesquisa de mestrado denominada **Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo**, investigou sobre os Centros de Referência LGBT na cidade de São Paulo, que teve como objetivo conhecer em que medida os Centros de Referência LGBT cumprem suas funções na sociedade enquanto espaços de informação, cidadania e cultura, bem como a satisfação das/os usuárias/os.

O pesquisador mostrou-se militante pelas causas LGBTs e em seu arcabouço teórico a respeito dos estudos de gênero foram descritas as lutas do movimento LGBT que originaram os centros de referência voltados para esse público. Gisele Côrtes, Edvaldo Alves e Leyde Klébia Silva (2015) afirmam que os centros de referência também são considerados unidades de informação em que estão situadas as dinâmicas informacionais a fim de suprir as necessidades informacionais das/os usuárias/os. Nesse sentido, a pesquisa contribui diretamente para que a informação seja vista enquanto um dispositivo capaz de resolver problemas relacionados à identidade de gênero e a sexualidade, como também auxilia as pessoas LGBTs no exercício político de cidadania (SANTOS, 2018).

A pesquisa de mestrado de **Mariana Xavier**, intitulada **Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação**, teve como objetivo descrever as unidades de informação especializadas em mulheres no Brasil e realizar um estudo na Biblioteca do Instituto Cultural Rose Marie Muraro. Em relação a como os estudos de gênero foram mencionados na dissertação, a autora aborda a importância do movimento feminista para o surgimento das unidades de informação, passando, inclusive sobre a presença das mulheres na luta contra a Ditadura Militar. Na teoria, também promove visibilidade às mulheres da CI, apresentando a produção científica sobre mulheres na área. A memória é considerada um espaço negado às mulheres e, enquanto um objeto da CI, a autora resgatou a memória política das mulheres ao apresentar as unidades de informação existentes no país.

A pesquisa de mestrado de **Carolina Ito Messias**, intitulada **Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet no Brasil**, versa sobre a produção de histórias em quadrinhos feitas por mulheres disponíveis na internet no Brasil e tem como objetivo elaborar um panorama das principais publicações on-line de histórias em quadrinhos feitas por mulheres no Brasil. Dentre os materiais coletados, a autora recuperou 8 quadrinistas e suas respectivas obras. Conta-se, nessa pesquisa, com a Bianca Pinheiro, responsável pela “Bear”; Brendda Costa Lima, com o “Manual de sobrevivência à vida adulta”; Cátia Ana, com “O diário de Virgínia”; Cris Peter, com a obra “Quimera”; Fernanda Ferreira, com “Como eu realmente...”; Gabriela Masson, autora da “Garota Siririca”; Germana Viana, com a “Lizzie Bordello e as Piratas do Espaço”; e Lita Hayata, autora da “Bete vive”.

Os assuntos abordados pelas autoras nas histórias em quadrinho percorrem todo o cotidiano das mulheres, pois tratam de assuntos como a amizade, a vida adulta no âmbito do trabalho e dos estudos, sexo, morte, amigo imaginário, gênero, autoestima e relacionamento amoroso. Alguns desses assuntos são considerados temas polêmicos para as mulheres, principalmente no que diz respeito à sexualidade e é necessário trazer esses assuntos para a ciência para que esta auxilie no processo da desconstrução de padrões patriarcais que invisibilizam as vivências sexuais das mulheres. A pesquisadora tem abordado os estudos de gênero, relatando de maneira breve, a contribuição do movimento feminista para a elaboração das histórias em quadrinho que versam sobre mulheres. Outro aspecto descrito é a atuação das mulheres enquanto profissionais editoras por meio do contexto histórico.

A pesquisa de **Nathália Romeiro**, que tem como título **Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil**, faz uma análise das formas de ativismo que são utilizados pelas mulheres nas redes sociais (Facebook e Twitter) através do uso de folksonomia. A folksonomia, por meio do uso das hashtags, foi o corpus da pesquisa, e articula-se com o seu uso e organização nas mídias sociais, vinculado às suas teorias e conceitos na CI.

No tocante às folksonomias e o processo de mediação da informação, Souza e Jorente (2021) afirmam que a folksonomia é responsável pela aproximação entre os sujeitos e agentes informacionais, garantindo a interação entre as/os interlocutoras/es, que são elementos primordiais no processo de mediação. As hashtags asseguram a recuperação da informação de maneira mais precisa, levando em consideração que também permitem saber como um grupo de pessoas poderia categorizar um determinado assunto nas redes e, conseqüentemente, como essa temática específica deveria ser pesquisada em qualquer sistema informacional.

Ao articular e analisar o conceito das folksonomias e uso das hashtags nas mídias sociais com a mediação da informação, percebeu-se que a utilização das hashtags podem abrir mão da “neutralidade”, no que se refere ao âmbito científico, colocando-se como um recurso posicionado politicamente, tanto de recuperação da informação, como de apropriação da informação das/os usuárias/os.

No contexto da pesquisa de Nathália Romeiro, percebe-se que a disseminação do #primeiroassedio, no *Facebook* e no *Twitter*, foi capaz de realizar uma comunicação entre as/os usuárias/os dessas redes sociais, permitindo ações de interferência entre as/os usuárias/os. Por meio da recuperação de informação por meio do uso das hashtags, é possível reconhecer as próprias vivências ao se ter acesso às histórias de assédio vividas por mulheres em diferentes contextos sociais. O que torna diferente esse âmbito abordado pela pesquisadora são os marcadores sociais de raça, cor, etnia, gênero e classe que perpassam as mulheres que compartilham as suas experiências nas mídias sociais.

O estudo de mestrado de **Denise Fioravanti**, **A pesquisa brasileira acerca do feminismo: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados Scopus**, compreende o domínio feminista a partir da produção científica brasileira indexada pela base de dados Scopus e busca entender como o feminismo vem sendo abordado pela comunidade científica brasileira. A respeito da discussão sobre como o gênero é tratado na dissertação, nota-se que a pesquisadora

ressaltou a importância dos movimentos sociais, como o movimento feminista, vinculados ao conceito de informação. Além disso, a pesquisadora analisou como a organização e representação do conhecimento atuam a favor da visibilidade das mulheres e desconstrução de preconceitos no processo de indexação de assuntos nos suportes informacionais.

A dissertação de **Vanessa Reis**, intitulada **A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento**, teve como objetivo analisar como a literatura feminista negra pode revelar a necessidade de adequações das linguagens documentárias diante das terminologias nos instrumentos de representação da informação. O texto aborda questões a respeito da representação do conhecimento em duas obras que possuem a temática “feminismo negro”. A autora utilizou como aporte teórico e base para a análise de representação do conhecimento duas obras: “Úrsula”, de autoria de Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira literatura afro-brasileira; e “Ponciá Venâncio”, de Conceição Evaristo, que é uma obra mais contemporânea, na qual a autora relata as condições de existência de uma mulher negra.

A pesquisadora utilizou para a sua análise dos dados o instrumento de representação do conhecimento da Fundação Carlos Chagas (FCC), Biblioteca Mujeres de Madrid, Biblioteca Nacional e da *Library of Congress*, levando em consideração os sentimentos que envolvem tais histórias. A informação, no contexto da mediação consciente da informação, apresenta-se como um objeto que está entre as/os agentes informacionais envolvidas/os no processo. Para que a emancipação ocorra por meio da mediação consciente da informação, a autora afirma que a visibilidade das narrativas das pessoas negras contribui para uma construção de representatividade para uma produção intelectual. Segundo Henriette Gomes (2021), a informação é o objeto da mediação da informação e, quando mediada conscientemente, ela é capaz de romper estruturas de poder que privilegiam algumas categorias e marginalizam outros grupos. Na mediação consciente da informação a problematização é uma peça chave para o alcance do protagonismo social.

A pesquisa de mestrado de **Mariana dos Passos**, que tem como título **Estudos de gênero na Ciência da Informação: análises dos anais do ENANCIB**, consiste em analisar as temáticas de gênero abordadas na CI a nível nacional, por meio do evento científico ENANCIB. A autora aborda os estudos de gênero, intercalando com o contexto histórico da CI e, em seguida, discorre sobre a mulher greco-latina, medieval, moderna, contemporânea e brasileira. Traz também a perspectiva de que os estudos de gênero na CI são utilizados como embasamento para justificar a necessidade da não-neutralidade científica da área.

A dissertação de **Thaís Pereira da Silva, Construções identitárias & TICs: o caso do blog “Blogueiras Negras”**, buscou refletir sobre a apropriação das TICs pelas mulheres negras brasileiras, como tática e estratégia para a resistência contra o racismo, sexismo e a exploração de classe, entre outras opressões. A autora traz para reflexão as experiências de vida das mulheres negras e ainda relata sobre a construção identitária de mulheres negras a partir do acesso aos blogs “True Love”, “Transfeminismo” e “Blogueiras Feministas”. A autora afirma que, inicialmente, os blogs eram espaços de compartilhamento de histórias e vivências, entretanto, com o passar do tempo, estes se materializaram em eventos e campanhas antirracistas e antimachistas na *web*. É imprescindível que seja mencionado a maneira pela qual a pesquisadora discorre sobre a identidade das mulheres negras e a ação política que os seus corpos exercem na sociedade, utilizando-se das TICs como uma maneira de se manterem em posição de enfrentamento e resistência.

A dissertação de **Daniella Alves de Melo**, que é denominada **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em informação: um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba**, teve o objetivo de compreender se/como as Práticas Informacionais desenvolvidas pelas feministas negras que atuam na Bamidelê, Organização de Mulheres Negras da Paraíba, têm contribuído para a construção de Competências Críticas em Informação que as possibilitem orientar suas ações de enfrentamento às relações de dominação/submissão de gênero e étnico/raciais.

A autora constatou que na Bamidelê as práticas informacionais se subdividem e se manifestam de duas maneiras: a partir da ótica do sujeito, que é no momento em que as vivências e opressões são resgatadas e compartilhadas entre as mulheres e como conseguem se articular para buscarem fortalecimento; e o da instituição, que tem como objetivo o empoderamento das mulheres. Sobre os estudos de gênero com foco nas mulheres negras, a pesquisadora inicia a sua discussão apresentando um breve histórico sobre a não representação das mulheres na sociedade, levando em consideração as lutas enfrentadas. Há um capítulo que retrata o conceito de interseccionalidade, relevante para o feminismo negro, que descreve como os marcadores sociais da diferença podem influenciar nas opressões vivenciadas pelas mulheres. Destarte, percebe-se que a pesquisadora colocou-se como agente político de toda construção de sua pesquisa.

A dissertação de **Laelson Felipe da Silva**, intitulada **Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no espaço LGBT**, consistiu em analisar as práticas informacionais das/os usuárias/os do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTs e Enfrentamento à

Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar as suas influências no processo de empoderamento. Para explorar o campo dos estudos de gênero, o pesquisador levou em consideração o conceito de gênero vinculado às temáticas sobre sexualidade, também trouxe o conceito de empoderamento, associando às práticas informacionais dos sujeitos. O autor apresentou as práticas informacionais exercidas pelas/os usuárias/os do Espaço LGBT e como o exercício da prática informacional fomenta o empoderamento das pessoas LGBTQIAP+. De acordo com Silva (2019), para atuar/pesquisar nos espaços LGBTs, é necessário que as pessoas sejam comprometidas politicamente e socialmente pela causa, tornando-se, no âmbito da unidade informacional, mediadoras/es conscientes de informação.

A pesquisadora **Amanda Salomão**, em sua dissertação de mestrado intitulada **Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura**, investiga sob quais condições os saberes apropriados por meio do compartilhamento em clubes de leitura favorecem e possibilitam potenciais de modificação na vida das mulheres. O campo escolhido pela autora foi o de Leitura “Leia Mulheres”, localizado no Rio de Janeiro. Segundo a autora, esse clube está presente em várias localidades do país, com encontros que acontecem mensalmente para discussão de obras escritas por mulheres. O clube permite a participação de homens nos encontros, mas as mediações de leituras só são feitas por mulheres. Como resultado da pesquisa, a autora constatou que as experiências nos clubes de leitura inferem nos potenciais de transformação pessoal, a partir das possibilidades de leitura que surgem, através da apropriação da informação, o enfrentamento de contextos de crise das entrevistadas, como também o alargamento das suas reflexões sobre os assuntos existentes na sociedade. Em suma, o resultado geral da pesquisa evidencia a mediação da informação com os seus devidos elementos: a interferência, os sujeitos informacionais e a apropriação da informação.

A dissertação de **Ana Laura Xavier**, que tem como título **A presença do feminino na biblioteconomia brasileira: aspectos históricos**, traçou o contexto histórico do curso de Biblioteconomia no Brasil, levando em consideração a atuação das mulheres nesse âmbito. Teve como objetivo evidenciar a presença de mulheres no percurso histórico da Biblioteconomia brasileira. A autora relata que existe uma escassez de materiais bibliográficos e documentais que permitam a análise da presença e atuação das mulheres na Biblioteconomia, o que tornou o conteúdo informacional da dissertação um traçado de contexto histórico da área. Em relação à

temática de gênero, a autora discute os aspectos centrais que envolvem os estudos de gênero, trazendo para o debate outras possibilidades a serem exploradas na área, como: acesso a saúde e a educação; a violência de gênero; a desigualdade salarial entre mulheres e homens, temas que possuem a informação enquanto um objeto de estudo em comum.

No estudo de mestrado realizado por **Aurekelly Rodrigues da Silva, Asas da informação: protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba**, a pesquisadora analisou a maneira em que a mediação dos conteúdos informacionais dinamizados pela Casa Abrigo da Paraíba contribui para o desenvolvimento do protagonismo das mulheres, causando o rompimento dos ciclos de violência vivenciados. A autora analisou os dispositivos de mediação consciente da informação utilizados pela Casa Abrigo da Paraíba, tanto em suportes informacionais, como através das agentes mediadoras de informação. A dissertação de Aurekelly Silva foi a primeira dos PPGCIs acadêmicos do Brasil que articulou os estudos de gênero, sobretudo a violência doméstica contra mulheres, com o protagonismo social da CI, e que serviu de incentivo e inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. No contexto da dissertação de Aurekelly Silva, a pesquisadora aborda os estudos de gênero por meio da elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres, percorrendo a implantação dos serviços de apoio às mulheres vítimas de violência tanto em um âmbito nacional, como também estadual.

A tese de doutorado **Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatiua – Maranhão**, de autoria de **Cleyciane Pereira**, teve como objetivo analisar as necessidades informacionais da comunidade quilombola de Itamatatiua, relativas à otimização da produção, ao acesso e uso da informação pelas mulheres dessa comunidade. A questão de gênero foi discutida vinculada aos objetos de estudos da CI, onde foi possível analisar o comportamento informacional das mulheres quilombolas, identificando as lacunas informacionais existentes na comunidade. A pesquisadora mediou conscientemente o conteúdo informacional da sua pesquisa e constatou que necessita de mais estudos sobre mulheres que residem em áreas rurais, principalmente porque estas vivências são negligenciadas pelo Estado. Dessa forma, a tese de Cleyciane Pereira contribui para a diminuição da desigualdade de gênero e promove visibilidade para as mulheres quilombolas residentes de áreas rurais.

A tese de doutorado de **Ariane Marcel**, intitulada **Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC**, teve como objetivo buscar identificar as diferenças de gênero no uso e apropriação das tecnologias de informação e

comunicação (TICs) disponíveis para os usuários do programa de inclusão digital do governo federal. A temática de gênero foi explorada pela perspectiva das mulheres e da tecnologia, levando em consideração o contexto histórico da inserção das mulheres na tecnologia, bem como os impasses e conflitos que as mulheres enfrentaram, devido ao processo de exclusão social. A pesquisadora constatou que não há diferença no uso das TICs entre mulheres e homens. Porém, ao se tratar de carreira profissional ou acadêmica tecnológica, a disparidade entre mulheres e homens é eminente, impactando social e economicamente para a sobrevivência das mulheres.

A tese de doutoramento de **Claudialyne Araújo**, intitulada **Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica**, constatou que as ações informacionais exercidas no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes, localizada em Campina Grande - PB, auxiliam no rompimento de ciclos de violência das mulheres vítimas de violência doméstica, fomentando o desenvolver do protagonismo social. Objetivou-se analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos. Para analisar a perspectiva de gênero, a autora articulou o paradigma social (CAPURRO, 2003) da CI e traçou o contexto histórico do movimento feminista e as relações de gênero. Todos os aportes teóricos de gênero, vinculados ao protagonismo social, permitem com que, segundo a autora, seja vista uma ação efetiva do Estado em prol da vida das mulheres. Além disso, a pesquisadora ainda reforça que as políticas públicas de gênero são responsáveis por mediar conscientemente as informações, com o intuito de ressignificar os padrões hegemônicos estabelecidos pela sociedade.

A tese de **Maria Ivonete do Nascimento**, que tem como título **Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros**, realizou uma análise dos instrumentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros para verificar em que medida esse material reforça ou tende a reforçar a invisibilidade das mulheres na vida política do país. O universo da pesquisa se constitui pelo Arquivo Nacional, Arquivo da Câmara dos Deputados e Arquivo do Senado Federal. A pesquisadora realizou um levantamento dos acervos existentes e dos acontecimentos que registravam a vida política das mulheres, apresentado em um quadro comparativo com todas essas informações. Como resultado da pesquisa, Maria Ivonete do Nascimento constatou que nem todas as descrições apresentadas nos documentos conferem visibilidade às ações políticas desempenhadas pelas mulheres, da mesma forma que a descrição de alguns itens documentais sobre as mulheres foi atrelado a uma perspectiva conservadora, da moral

e dos bons costumes. A pesquisadora trouxe para a sua pesquisa um referencial teórico que contempla a perspectiva da escrita das mulheres e o patriarcado, perpassando pelas condições de subordinação e a desnaturalização das violências, pelo movimento feminista, e a condição das mulheres na história brasileira.

Bianca Maria Brito, em sua tese denominada **A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo**, reuniu textos escritos por mulheres negras, que foram interpretados através das teorias de memória, arquivos, organização política de mulheres negras, resistência e informações relativas ao contexto em que foram escritos. A pesquisadora dividiu os textos em sete eixos temáticos, que transformaram-se nas subseções do capítulo de análise de dados da tese: sobrevivência física; preservação da saúde e da capacidade cognitiva; elaboração de traumas; organização de sujeitos coletivos; crítica aos processos de exclusão racial, social e de gênero; ruptura com a subordinação e a subalternização aos discursos de dominação racial, de gênero e social; olhar a partir de uma perspectiva própria; proposição de caminhos de emancipação individual e coletiva.

Raimundo Nonato dos Santos, em sua tese **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**, analisou o regime de informação na construção de políticas públicas LGBTI+, identificando os contextos, atores sociais, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação. Como resultados da pesquisa, foi apresentado um panorama de políticas públicas LGBTQIAP+ a nível nacional e estadual. Ademais, o pesquisador construiu um modelo de regime de informação com todos os seus elementos para que fosse descrito o regime de informação presente nas políticas públicas LGBTQIAP+. No que tange à temática de gênero, a tese contempla os estudos de gênero, diversidade sexual e pessoas LGBTI+ e as contribuições do movimento LGBTI+ para a construção teórica da temática.

A pesquisadora **Leyde Klébia Rodrigues da Silva**, em sua tese de doutorado **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, re(contou) as trajetórias de vida de pesquisadoras negras no campo da Biblioteconomia e CI, discutindo a epistemologia social como base teórica para a análise das trajetórias de vida, refletindo sobre o feminismo negro, levando em consideração os enfrentamentos de mulheres negras na ciência.

Por meio de materiais autobiográficos disponibilizados pelas protagonistas da pesquisa, foi possível perceber que os fragmentos narrativos das trajetórias de vida das pesquisadoras e os

respectivos Baobás genealógicos serviram de subsídio para compreender a atuação, protagonismo e resistência das pesquisadoras negras nos seus espaços. A pesquisadora explica todo o percurso analisado por meio da epistemologia social, iniciando-se pela apropriação do conhecimento, onde analisa-se o pertencimento do conhecimento na área da Biblioteconomia e CI; epistemicídio, identificando quais são os conhecimentos presentes na área, e quais os que são excluídos dos currículos; deslegitimação do saber, onde se identifica qual o tipo de conhecimento é considerado legítimo na área e qual não é; as práticas sociais, percebendo-se quem pode produzir os conteúdos disseminados na Biblioteconomia e na CI; a socialização do saber, na qual se apresenta quem pode ensinar o conhecimento nos campos da Biblioteconomia e CI; e a compreensão de redes, na qual entende-se quem tem reconhecimento como alguém que detém o conhecimento no campo.

Discutido em diferentes recortes e objetos de pesquisa, foi possível verificar que os escritos foram mediados conscientemente pelas/os pesquisadoras/es. Os estudos de mestrado e doutorado no âmbito dos PPGCIs sobre gênero, mulher e feminismo, tem sido investigado em âmbitos sociais diversos, buscando a interface do fenômeno informacional e as suas contribuições para a emancipação e visibilidade das mulheres na CI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne ao referencial teórico desta dissertação, sobretudo no capítulo 2 - Mediação e protagonismo social - e no 3 - Breve histórico da inserção das mulheres na ciência: resistência e poder -, foi possível verificar e compreender alguns marcos históricos para a consolidação da CI, trilhado nos conceitos de mediação da informação, enquanto ação central em busca do protagonismo social. As teorias informacionais foram vinculadas aos estudos de gênero, pautados no feminismo interseccional de raça e gênero, onde foi possível me situar, compreendendo os meus privilégios enquanto pesquisadora branca e entendendo que, em algumas instâncias, os espaços de poder também me são negados, enquanto mulher lésbica.

Porém, encerro este estudo me enxergando, também, como parte do *corpus* da pesquisa, me considerando protagonista social, estando em posição de enfrentamento, resistência e militância, não só no âmbito científico, como nos espaços em que tenho ocupado, principalmente no contexto político que estamos vivenciando, onde a democracia está posta em risco por um governo fascista, que fomenta a violência contra as mulheres e coloca em risco todas as nossas conquistas enquanto sujeitos políticos.

A respeito do objetivo geral desta pesquisa de mestrado, que analisou a mediação consciente da informação em dissertações e teses produzidas sobre gênero, mulher e feminismo nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIs) acadêmicos no Brasil indexadas nos repositórios institucionais, é notório perceber os avanços e tendências dos estudos de gênero na CI e o protagonismo social das mulheres por meio da mediação consciente da informação, visto que elas definiram os seus recortes de pesquisas pautados na desnaturalização das desigualdades de gênero nas mais diversas esferas sociais, articuladas à informação enquanto um bem simbólico, que é capaz de promover transformações de realidades sociais.

Com o intuito de atender ao objetivo “a” desta pesquisa, mapear as dissertações e as teses produzidas sobre mulher, gênero e feminismo nos PPGCIs no Brasil indexadas nos repositórios institucionais dos PPGCIs do Brasil, as buscas pelas dissertações e teses realizadas nos repositórios institucionais recuperaram 35 estudos. Destes, 27 são dissertações e 8 são teses, sendo perceptível a incipiência da temática no delineamento de pesquisas no âmbito das dissertações e teses dos PPGCIs indexadas nos repositórios institucionais, fazendo-se necessário que o fenômeno informacional seja mais explorado enquanto subsídio para a visibilidade e emancipação das

pesquisadoras, a fim, também, de denunciar as opressões que as mulheres sofrem em uma sociedade machista e misógina.

Recuperou-se, além disso, os assuntos abordados nas pesquisas de mestrado e doutorado, que foram: a atuação das mulheres na ciência e na carreira de tecnologia; mulheres e movimentos sociais; mulheres na política; violência de gênero nas redes sociais; violência doméstica contra as mulheres; mulheres em privação de liberdade; práticas informacionais das mulheres negras e da comunidade LGBTQIAP+; LGBTfobia; inteseccionalidade de raça e gênero; acesso e apropriação da informação das mulheres em diferentes contextos culturais; os estudos de gênero e a representação do conhecimento; aborto; comportamento informacional de mulheres transgêneras; regime de informação voltado para as/os LGBTQIAP+; e políticas de informação de gênero. Sendo necessário que o feminismo seja implantado nas pesquisas enquanto objeto de estudo, enquanto base para a elaboração e atualização do conceito de gênero no campo social.

Outro ponto abordado foram as instituições que possuem estudos sobre a temática, constatando-se que menos da metade dos PPGCIs desenvolveram pesquisas de mestrado e doutorado sobre a temática. Dos 17 PPGCIs acadêmicos existentes no Brasil, apenas 7 possuem pesquisas de mestrado e doutorado nas instituições: IBICT-UFRJ, UFPB, USP, UNESP, UFBA, UnB e UFSC. Reforçamos a necessidade de que as temáticas de gênero, mulher e feminismo sejam exploradas também no âmbito dos outros programas, visto que é possível atrelar os estudos de gênero, mulher e feminismo ao viés epistemológico da CI e as suas ações informacionais, como o uso, apropriação e mediação da informação; tecnologias da informação e comunicação; recuperação da informação e do conhecimento; políticas e regime de informação, dentre outros.

Ao alcançar o objetivo específico “b”, identificar as/os pesquisadoras/es que mediarão conteúdos informacionais atinentes às temáticas de gênero, mulher e feminismo, percebeu-se que as mulheres são as mais atuantes sobre a temática, tanto nas autorias, quanto nas orientações. No tocante a estes dados, constatou-se que, das 35 dissertações e teses sobre as temáticas, 30 foram escritas por mulheres e 5 pelos homens. Entre as autoras, destaca-se a pesquisadora e protagonista social Leyde Klébia Rodrigues da Silva, que foi a única que investigou sobre os estudos de gênero, mulheres e feminismo no mestrado e no doutorado.

Quanto ao gênero de quem orienta esses estudos, percebeu-se que as mulheres, mais uma vez, são maioria, aparecendo em 22 trabalhos de dissertações e teses orientados, contrastando com os 13 trabalhos orientados por homens. Julgamos necessário destacar o protagonismo das

pesquisadoras Profa. Dra. Gilda Olinto, Profa. Dra. Gisele Côrtes e a Profa. Dra. Giulia Crippa, expoentes em relação aos estudos de gênero, mulher e feminismo na CI, assumindo a *práxis* política de transformação social e fomentando a diminuição das desigualdades de gênero.

Ao atingir o objetivo específico “c”, o qual relacionou os conteúdos informacionais mediados conscientemente pelas pesquisadoras, com o protagonismo social, visando verificar a interface entre os conteúdos informacionais e o protagonismo social das mulheres, foi possível captar o quanto o campo da CI é múltiplo e interdisciplinar e que tem espaço e perspectiva para que os estudos de gênero, mulher e feminismo sejam explorados em todas as instâncias onde a informação é considerada um bem simbólico, que impacta diretamente nas transformações sociais dos grupos marginalizados, sobretudo, o das mulheres.

A metodologia delineada foi suficiente para alcançar os objetivos da pesquisa, desde a busca pelos materiais bibliográficos até o difícil rastreamento realizado nos repositórios institucionais, Plataforma *Lattes* e Plataforma Sucupira, para a recuperação do *corpus* desta pesquisa. Por meio das investigações, foi possível suprir as minhas lacunas informacionais a respeito das temáticas traçadas.

Há o intuito de aprofundamento desta pesquisa em propostas futuras, a fim de examinar as dimensões da mediação consciente da informação, dialógica, formativa, ética, estética e política, no construto das pesquisas de mestrado e doutorado, desde a escolha do tema às percepções finais das/os pesquisadoras/es ao serem consideradas/os protagonistas sociais. Por fim, reitero a necessidade de mais estudos de gênero, mulheres e, principalmente, feminismo, no âmbito dos PPGCIs, a fim de priorizar a teoria crítica feminista voltada para a construção epistemológica da área da CI, ampliando a perspectiva da mediação consciente da informação sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Inteseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. *In: SANTOS, Jussara Pereira dos. (org.). A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33- 45.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119300>. Acesso em: 01 set. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da Informação: Dimensões**. 2015. Disponível em: https://ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939. Acesso em: 30 nov. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In: SILVA, Terezinha Elizabeth da. (org.). Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação*. Recife: Néctar, 2008.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998. 225 p.

ALVES, Daniela Maçaneiro. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC**, Criciúma, v. 6, n. 2, p. 1-22, 2007. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Daniela-Ma%C3%A7aneiro-Alves.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro. **A mediação da informação como epicentro do protagonismo social negro: do epistemicídio à [des]colonialidade nos anais do ENANCIB**. 2021. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural. **Inclusão Social**, Brasília, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/repositorio/2011/07/pdf_328668f599_0009736.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA, Alba Lígia de Almeida. A responsabilidade ético-social da produção do conhecimento na Ciência da Informação. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 721-728, jul./dez. 2015.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, p. 106-120, dez. 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO E SILVA, Leididaiana. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 161-176, mar./set. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/3817/3163>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958/14205>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Revista Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/article/view/7372>. Acesso em: 10 set. 2020.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 91-106, jun. 2009.

BAIROS, Luiza. A Mulher Negra e o Feminismo. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar. (org.). **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar. (org.). **O feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismovinteano s.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BARRETO, Aldo. Uma quase história da ciência da informação. **Data Grama Zero: Revista de Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/6633>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

- BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2010. p. 1-8. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- BOHN, Maria del Carmen Rivera. Autores e autoria em periódicos brasileiros de ciência da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 8, n. 16, p. 1-19, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BUFREM, Leilah; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 199-214, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/33285/23782>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 1-18, 2000.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 18 nov. 2019.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 149-207, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33134>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 1 jul. 2020.
- COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a biblioteca comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135662>. Acesso em: 05 out. 2021.
- CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2015.
- CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 16., 2015. João Pessoa-PB. **Anais [...]**. João Pessoa, PB: UFPB, 2015.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; MARTINS, Gracy Kelli. Protagonismo social das mulheres na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. *In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas.* Florianópolis: Rocha Editora e Gráfica, 2020. 490 p.

COSTA, Maria de Fátima Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Os conceitos de estudos de usuários e a visão do bibliotecário no processo de mediação da informação. *In: CAVALCANTE, Lidia Eugenia; PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. (org.). Ciência da Informação e contemporaneidade: tessituras e olhares.* Fortaleza: UFC, 2012. p. 59-87.

COSTA, Raphael. **Corpus de Pesquisa.** 2015. Disponível em: <http://www.midia.uff.br/metodologia/?p=169657>. Acesso em: 30 maio 2021.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Informação Mediada como Instrumento de Transformação Social. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p.361-384, 26 dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8873/21362>. Acesso em: 30 ago. 2019.

COSTA, Verônica Soares da; CARVALHO, Carlos Alberto. Mulheres não podem falar de ciência? análise de comentários sexistas em vídeo do canal nerdologia. **Em Questão**, v. 26, n. 1, p. 42-64, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245261.42-64 Acesso em: 05 out. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000012402/1f96844c3f8018ecedfb216a9625433f/>. Acesso em: 3 maio 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DIETRICH, Pascale; LOISON, Marie; ROUPNEL, Manuella. Articular as abordagens quantitativa e qualitativa. *In: PAUGAM, Serge. (org.). A pesquisa sociológica.* Petrópolis: Vozes, 2015. p. 171-182. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/1%20-%20DIQualitativa.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ELSEVIER. **Gender in the Global Research Landscape.** Online: Elsevier, 2017. Disponível em: https://www.elsevier.com/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p.317-332, jan. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389>. Acesso em: 2 set. 2019.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. 127 p.

FOX, Mary Frank. Gender, family characteristics, and publication productivity among scientists. **Social Studies of Science**, v. 35, p. 131-150, 2005.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. 126 p.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação: “de volta para o futuro”. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2002. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/a040d06ef0_0013364.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, fev. 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. In: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida (org.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 91–107.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 10-21, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644/4046>. Acesso em: 2 set. 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil: estudo em periódicos e anais dos ENANCIB (2008-2009). **Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 85-99, jan./dez. 2010.

GOMES, Henriette Ferreira; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. In: ALVES, Edvaldo Carvalho (org.). **Práticas informacionais: Reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: EdUFPB, 2020. p. 122-201.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 18 jul. 2021.

HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial **Perspective**. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 646-478, 1995.

KALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 1-18, 2000.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 7-21, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/SZ5RXSnjnDcjhZ>. Acesso em: 30 out. 2020.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260 p.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Artmed, 1999.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. 2 ed. Brasília: IBICT, 2009. 120 p.

LETA, Jacqueline. Mulheres na ciência brasileira: desempenho inferior? **Revista Feminismos**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2014.

LETA, Jacqueline. **A presença da mulher brasileira no mundo acadêmico e científico**. 2016. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/formacao-e-educacao/a-presenca-da-mulher-brasileira-no-mundo-academico-e-cientifico-por-jacqueline-leta/20541/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 14-36.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix et al. Mediação consciente da informação no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: o uso dos termos “mulheres”, “gênero” e “feminismo” nas pesquisas publicadas no período de 1994 a 2019. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, n. 2, p. 1-19, 2022.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix. **Protagonismo social das mulheres na produção científica dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (1994-2019)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. A Teoria funcional. *In*: BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François. **Teoria sociológica**. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1977.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/17751>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. 255 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-88MHR9>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade?. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/v8K9Hg4J9fJDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MINAYO, Maria. Cecília de Souza. O desafio da Pesquisa Social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MORAES, Alice Ferry de; ARCELLO, Etelvina Nunes. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 105-121, jul./dez. 2000.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 7-13, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/article/view/1405/1105>. Acesso em: 28 jul. 2021.

NEVES, Tatiely Mayara de Oliveira. A mulher e a comunicação científica: uma questão muito além do gênero *. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2,

2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/136739>. Acesso em: 19 jul. 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 26 jul. 2021.

OLINTO, Gilda. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 2 out. 2021.

OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Geração, gênero e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. *In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA*, 4., 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2014. p. 1-7. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/45785>. Acesso em: 10 maio 2021.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Tavares de; BUFREM, Leilah Santiago. Visibilidade da mulher como fonte de informação: mapeamento das produções científicas apresentadas no encontro nacional de pesquisa em ciência da informação (2009-2018). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2019. p. 1-21. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/123781>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 82p.

PAIVA, Eliane Bezerra; RAMALHO, Francisca Arruda. Usuários da informação: a produção científica no periódico 'Perspectivas em Gestão & Conhecimento'. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. Especial, p. 47-68, 2017.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. História da mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 13; SEMINÁRIO INTER. DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 4, 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/lapsape/educere-xiii-congresso-nacional-de-educacao/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set., 1989.

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. *In: GOMES, Henriete Ferreira. Informação e protagonismo social*. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 11-26.

RABELLO, Rodrigo. A ciência da informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 2-36,

jan./mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/article/view/1107/1012>. Acesso em: 10 nov. 2020.

RIBEIRO, Ana Rosa Pais; DECOURT, Beatriz; ALMEIDA, Tatiana. A representação do domínio “gênero” no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 208-234, 2017.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educadas na Colônia. *In*: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SALDANHA, Gustavo Silva. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 300-315, set. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3259>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SANCHES, Vanessa Karam de Chueiri. **Divisão sexual do trabalho**: a repetição de paradigmas na era da revolução digital. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-dez-14/sanches-divisao-sexual-trabalho-revolucao-digital>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 2019. 460 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília, 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: uma análise histórica e discursiva da constituição e desenvolvimento dos conceitos. *In*: XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 20., 2019, Florianópolis-SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/enancib/2019>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **REBECIN**: Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, São Cristóvão, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. *In*: COSTA, Ana Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Barcelar. (org.). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, 2002.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abr. 2008.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?**. Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v.16. p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 2 maio 2020.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação**: Protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba. 2020. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A mediação da informação na Casa Abrigo da Paraíba: o protagonismo das mulheres em enfrentamento à violência doméstica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 94-119, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/103439>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia de pesquisa e elaboracao de teses e dissertacoes 4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20de%20pesquisa%20e%20elaboracao%20de%20teses%20e%20dissertacoes%204ed.pdf). Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência**: vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. 149 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **INCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, São Paulo, v. 6, n. 1, p.93-208, 10 abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89731/96288>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da Ciência da Informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

TONELLO, Izângela Maria Sansone; LUNARDELLI, Rosane Alves; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Palavras-chave: possibilidades de mediação da informação. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 21–34, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 2-17, maio/ago. 2008.

XAVIER, Mariana; KOBASHI, Nair Y. Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 80-84, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3209>. Acesso em: 05 out. 2021.

XAVIER, Mariana; KOBASHI, Nair Yumico. Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 80-84, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3209>. Acesso em: 1 jul. 2020.

REFERÊNCIAS DAS DISSERTAÇÕES

- ARAÚJO E SILVA, Leididaiana. **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.
- ARAÚJO, Deborah Abreu de. **Herdeiras de Ada Lovelace: iniciativas para fomentar a participação feminina na computação no Brasil e no mundo.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.
- BORGES, Elinielle Pinto. **Gênero, ciência e contexto regional: analisando as diferenças entre docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.
- CARVALHO, Larissa Akabochi. **As mulheres na sociedade da informação: acesso, uso e apropriação da leitura.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- DAVI, Maria da Conceição. **Identificação e construção do conceito de qualidade de vida a partir do acesso e uso da informação por mulheres em privação de liberdade.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.
- FIORAVANTI, Denise Cristina B. **A pesquisa brasileira acerca do feminismo: uma análise da produção científica brasileira indexada na base de dados *Scopus*.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2019.
- MARTUCCI, Elisabeth Marcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996.
- MATOS, Gislaíne Imaculada. **Estudos de gênero e feminismos: uma análise bibliométrica da Revista Estudos Feministas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2018.
- MELO, Daniella Alves de. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica da informação: Um estudo na Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.
- MESSIAS, Carolina Ito. **Um panorama da produção feminina de quadrinhos publicados na internet do Brasil.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MILANI, Suellen Oliveira. **Estudos éticos em representação do conhecimento**: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2010.

MOREIRA, Martha Maria Neiva. **Visibilidades na pesquisa sobre aborto induzido no Brasil**: onde estão as palavras e as coisas?. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

NASCIMENTO, Bruna S. do. **A Ciência da Informação no Brasil**: um retrato da área através do estudo de autoria e da análise das redes de colaboração científica. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PASSOS, Mariana Faustino dos. **Estudos de gênero na Ciência da Informação**: análise dos anais do ENANCIB. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PINTO, Élton Mártires. **Informação e transgeneridade**: o comportamento informacional de mulheres transgêneras e as percepções da identidade de gênero. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

REIS, Vanessa Jamile. **A invisibilidade do feminismo negro nos instrumentos de representação do conhecimento**: uma abordagem de representatividade social. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.

SALOMÃO, Amanda C. **Leitura, apropriação de saberes e transformação pessoal**: relações subjetivas e intersubjetivas a partir das perspectivas de mulheres pertencentes a clubes de leitura. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, Bruno Almeida. **Centros de referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação**: Protagonismo das mulheres usuárias da Casa Abrigo da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2020.

SILVA, Laelson Felipe. **Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.

SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. **Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2014.

SILVA, Michel Batista. **Arquitetura da informação pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, João Pessoa, 2019.

SILVA, Thaís Pereira. **Construções identitárias & TICs: o caso do blog "Blogueiras Negras"**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SOLANO, Ada Suyin Sosa. **Percepção das mulheres sobre informação em saúde sexual e reprodutiva na cidade Estrutural (Brasília – DF)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2018.

XAVIER, Ana Laura Silva. **A presença do feminino na biblioteconomia brasileira: aspectos históricos**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Marília, 2020.

XAVIER, Mariana. **Unidades de informação sobre mulheres: reflexões sobre sua constituição e desafios para sua consolidação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

REFERÊNCIAS DAS TESES

- ARAÚJO, Claudialyne da Silva. **Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.
- BRITO, Bianca Maria Santana. **A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MACIEL, Ariane Durce. **Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do Programa Federal GESAC**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2015.
- NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do. **Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. **Necessidades informacionais das mulheres da comunidade quilombola de Itamatatua – Maranhão**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- SANTOS, Nádia Bernuci. **Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019.
- SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro. **Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.
- SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. **Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2020.